



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# Participação e Governança na Era Lula: Um estudo de caso na cultura popular

Hagata Viana Pires

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Sociologia: Exclusões e políticas sociais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro

Covilhã, Outubro de 2017



## **Dedicatória (opcional)**

“E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas.”

(Gilberto Gil, discurso de posse ao cargo de Ministério da Cultura, 2003)



## **Agradecimentos**

O primeiro agradecimento será sempre a minha filha, Beatriz Duarte que, na sua percepção madura apesar da pouca idade, abriu mão de muito do nosso tempo juntas para que este trabalho fosse realizado.

A minha mãe, Sueli Viana Pires e Morena Paiva por criar condições para a finalização deste processo.

Ao meu orientador, professor doutor Alcides Monteiro que sabendo de toda a complexidade deste trabalho e da minha vida foi extremamente generoso, paciente e atencioso.

Aos parceiros da vida que que encontrei na Universidade da Beira Interior, Goretti Nunes, Tânia Neves e professora doutora Ana Rita Ferreira. Sem dúvida esse trabalho tem muito das três.



## Resumo

Durante o século XX, a relação cultura e Estado no Brasil não ocorreu de forma linear, muito menos constante. A ideia de cultura desenvolvida pelos governos desta época, tinha como objetivo um molde social ou um grau de controle que reduziam ou eliminavam subjetividades diversas que fossem contra seus interesses. Este período todo recortado por tensões políticas que incluem uma ditadura com duração de mais de vinte anos demonstra a fragilidade da questão democrática no país. Somente no final do século XX, com a abertura democrática que os primeiros mecanismos de participação social começam entrar em pauta na agenda governamental. Sua prática, entretanto, só chega já no século XXI, com o governo Lula.

Pretendemos aqui, observar esses mecanismos de participação, dentro da área da cultura, durante este período, e como estes mecanismos aplicam-se no meio da cultura popular. Para tal pegamos como objeto de estudo a Instituição Jongo da Serrinha, localizada no bairro de Madureira na cidade do Rio de Janeiro, pois esta para além de uma manifestação centenária tinha já no século XX, moldes de uma instituição do terceiro setor.

A conclusão a que chegamos é que a governança em democracias não maduras como é o caso brasileiro, exige maior compromisso do Estado, em articulação de redes, extrapolando em muitas vezes as áreas de atuação com objetivo de cobrir lacunas de participação em outros setores.

## Palavras-chave

Governança, participação, cultura popular, terceiro setor, políticas públicas.



## Abstract

In the 20th century, the relationship between culture and the State in Brazil was not available linearly, less constant. The idea of culture developed by the governments of this time, goal or a degree of control that reduced or eliminated that were against his interests. This period has been cut by political tensions that a new edition of more than twenty years shows a fragility of the democratic politics in the country. Only at the end of the 20th century, with a democratic The first mechanisms of social participation are beginning to enter the agenda governmental organization. Its practice, however, is enough so that the XXI century is no longer with the Lula government.

We intend here to observe these mechanisms of participation, within the area of culture, during this period, and how these mechanisms apply in the midst of popular culture. For Pieces as object of study the Institution Jongo da Serrinha, located in the Madureira in the city of Rio de Janeiro, because this is beyond a centennial manifestation there were already no twentieth centuries, molds of a third sector institution.

The conclusion we reached is that governance in non-mature democracies as is the case demands greater commitment from the State, in articulating networks, extrapolating them Often as areas of action to cover gaps in participation in other sectors.

## Keywords

Governance, participation, popular culture, third sector, public policies.



# Índice

Introdução.....	1
<b>CAPÍTULO I: História Social e Política brasileira .....</b>	<b>3</b>
1. Era Vargas.....	4
1.1 Eleições e Revolução de 1930 .....	4
1.2 Governo Provisório.....	5
1.2.1 Guerra Civil de 1932.....	5
1.3 Governo Constituinte .....	6
1.3.1 A intentona Comunista .....	7
1.3.2 Plano Cohen .....	7
1.4 A questão da cultura na era Vargas .....	8
2. Período pré-militar e Período militar .....	10
2.1 Juscelino Kubitschek .....	10
2.1.1 O Interregno da cultura .....	10
2.1.1.1 ..... Instituto Superior de Estudos Brasileiros e a fábrica de ideologias.....	11
2.1.2.1 A vida universitária e a cultura .....	11
2.2 Jango (João Goulart) .....	12
2.2.1 A máquina do golpe dentro do Estado.....	13
2.2.2 A cultura, conservadorismo e inovação.....	14
2.3 Golpe Militar.....	14
2.3.1 A noite do Golpe .....	15
2.3.2 O Regime .....	16
2.3.3 A gestão da cultura e o regime militar .....	18
3. Período democrático .....	20
3.1 Movimentos sociais na redemocratização .....	20
3.1.1 Movimentos sindicais paulistas .....	21
3.1.2 Diretas Já .....	21
3.2 A constituição de 1988 e a cultura .....	22
3.2.1 Lei Saney e Lei Rouanet: semelhanças e diferenças .....	23
2.4 Contextos Políticos e o princípio da Era Lula .....	24
2.4.1 Um novo olhar para a cultura .....	25
2.4.2 Avanços estruturais com hábitos do passado .....	26

<b>CAPÍTULO II: CULTURA .....</b>	<b>27</b>
1. A diversidade do conceito de cultura.....	27
1.1 O popular na cultura .....	29
1.1.1 Cultura Popular x Folclore .....	29
2. Abordagens políticas de cultura .....	31
2.1 Abordagem da cultura oficial.....	31
2.2 Abordagem populista.....	32
2.2.1 Cultura e educação.....	33
2.3 Abordagem Neoliberal .....	34
2.3.1 Mercado cultural na abordagem neoliberal.....	34
2.4 Cidadania cultural .....	35
3. Cultura como história .....	37
3.1 Patrimônio Cultural .....	37
3.2 Memória e patrimônio cultural imaterial .....	38
3.3 A questão do patrimônio imaterial no contexto brasileiro .....	39
3.3.1 Jongo como patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro .	40
<b>CAPÍTULO III: HISTORICIDADE DA PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
1. Definições de participação.....	42
1.1 Participação e contextos políticos .....	42
1.1.1 A representação dentro da Participação .....	43
2. Era Lula e a estrutura da participação .....	46
2.1 “Carta ao povo Brasileiro” a chamada pré-eleitoral para a participação .....	46
<b>CAPITULO IV: Governança e gestão de Estado.....</b>	<b>48</b>
1. Governança um conceito complexo.....	48
1.1 A governança local .....	48
2. A estrutura de poderes da cultura na governança Brasileira .....	50
3. Sistema Nacional de Cultural .....	51
3.1 Sistema Estadual de Cultura .....	51
3.1.1 Conselho Estadual de Cultura .....	52
4. Secretaria de identidade e diversidade cultura .....	53
4.1 Cultura Viva, o programa das redes.....	54
4.1.1 Pontos e pontões de cultura.....	55
<b>CAPITULO V: METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>56</b>
1. Objetivos da investigação .....	56

2. Orientações metodológicas.....	56
3. Instrumentos de recolha de dados .....	57
<b>CAPITULO VI: APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>58</b>
1. Sobre a instituição.....	58
1.1 História do Jongo.....	58
1.2 Morro da Serrinha .....	60
1.2.1 Lideranças comunitárias .....	61
1.3 Casa do Jongo .....	62
2. Grelha de dimensão e categorias.....	64
2.1 Análise estratégica de atores .....	64
2.1.1 Atores.....	65
2.2 Análise dos níveis de participação .....	65
2.2.1 Informação.....	66
2.2.2 Consulta .....	68
2.2.3 Pacificação.....	70
2.2.4 Parceria .....	71
2.2.5 Delegação de poder .....	72
2.2.6 Controlo Cidadão ou Empowerment.....	73
2.3 Aplicabilidade da escada na Casa do Jongo da Serrinha .....	73
2.4 Utentes e trajetórias .....	75
2.5 Considerações sobre observações.....	76
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>81</b>
Anexo 1 - entrevista representante de entidade pública .....	81
Anexo 2 - entrevista utente.....	88
Anexo 3 - entrevista representantes da Instituição .....	89



# Introdução

Ao pensar sobre as políticas de cultura de modo geral, o Brasil constrói uma relação bastante ambígua com sua história. Onde cultura e autoritarismo se relacionam de forma peculiar como salienta Rubim(2007), governos autoritários se utilizam da cultura para fabricar ideologias e subjetividades de modo que sua gestão enquanto chefes de Estado sejam aceites de forma mais branda. Cada um a seu modo tentou fabricar uma identidade nacional, mas em comum todos se utilizam da cultura de alguma forma.

Como tema central, optamos por perceber a governança aplicada como modelo de gestão de governo, associado a uma nova postura social nas formulações e aplicabilidade de políticas públicas de cultura. Com este estudo temos como objetivo analisar como a interferência do Estado na manifestação de cultura popular modifica a estrutura, modelo de gestão e natureza da própria manifestação. Assim, percebemos que este estudo possui um caráter interdisciplinar dentro das ciências sociais, atravessando caminhos da sociologia, da ciência política e das artes.

Atualmente começam a surgir estudos sobre o impacto das políticas públicas para cultura e outros setores neste período, pós Era Lula, contudo o impacto em relação a cultura popular é um tema ainda novo e de difícil captação uma vez que cultura popular, como veremos no decorrer deste estudo, possui uma leque enorme de diversidade, onde algumas manifestações terão maior projeção uma vez que sua organização é anterior ao período utilizado neste estudo, porém conseguimos delimitar o objeto de estudo focando em uma instituição denominada “Centro Cultural Jongo da Serrinha” localizado na cidade do Rio de Janeiro, no tradicional bairro de Madureira, dentro do Morro da Serrinha. Optamos por essa instituição por ser uma manifestação centenária e que ganhou grande projeção na área da cultura por sua estrutura organizacional e seu potencial de replicar seu modelo de organização.

Dividimos este estudo em quatro grandes partes, na primeira fazemos um panorama histórico e político deste país a partir da década de 30 do século XX, não deixando de fora a forma como as políticas públicas para cultura, quando existiam, se inseriam no decorrer desses governos. A escolha por iniciar pela década de 30 deu-se por coincidir com o primeiro governo após o fim da República velha, que estava diretamente ligada as oligarquias no país e por ser o primeiro governo a moldar o Estado Brasileiro como conhecemos hoje (Schwarcz & Starling, 2015) finalizando com Lulismo que é uma das faces que moldam este trabalho.

A segunda parte trazemos alguns conceitos de cultura, como este mudou no decorrer da história e as diversas abordagens que governos se utilizam destes conceitos para justificar ou formatar Estados/nações. Nos aprofundamos no conceito de cidadania cultural pois este é o que mais se aproxima do nosso objeto de estudo e por ser a abordagem utilizada na Era Lula na construção das identidades nacionais. Debruçamos também sobre a diferença entre cultura popular e folclore, suas principais diferenças e como estes foram utilizados através do tempo, principalmente no século XX no Brasil. Finalizamos esta parte abordando uma outra

perspetiva a respeito do património imaterial e suas dificuldades em ser visto como princípio de preservação até a chegada do século XXI.

Na terceira parte analisamos o conceito de participação em diversos contextos, dentro do contexto democrático, no contexto representativo e dentro da política. Aprofundamos esta análise aplicando-a no período do governo Lula desde sua campanha até a formação de governo. Aqui percebemos como dá-se e os limites da participação dentro do contexto de uma estrutura representativa, mas também seus avanços e contribuições para a questão da representatividade.

Uma vez introduzido o conceito de participação, na quarta parte entramos no conceito de governança e percebemos sua aplicabilidade na construção das políticas públicas de cultura no Governo Lula. Observamos também como o projeto de governança a nível nacional afetou a forma de construir política a nível estadual e municipal.

Em relação as escolhas metodológicas optou-se realizar entrevistas não estruturadas, uma vez que esta opção nos abria caminhos para orientar as entrevistas num sentido de recolher informações importantes para este estudo, sem ignorar as possibilidades que os conhecimentos dos entrevistados poderiam trazer.

Na parte final realizamos a apresentação da instituição e a análise de dados tendo como modelo estratégia de análise de atores de Isabel Guerra (2006) e a escada de participação de Sherry Arnstein (2002). Relacionamos os dois para identificar os entrevistados, perceber seus espaços de ação dentro da instituição e que os níveis de participação existem, mas não acontecem de forma linear.

# CAPÍTULO I: História Social e Política brasileira

Caracterizada por processos muito próprios, a história sociopolítica do Brasil é permeada por sistemas muito fortes e marcantes que, mesmo com mudanças no decorrer dos séculos, ainda possuem raízes muito fortes na sua estrutura social. Um exemplo que pode-se citar é nomeadamente sistemas exploratórios como, por exemplo, a relação social de produção escravocrata que permaneceu no país por quase quatro séculos e que teve fim há pouco mais de um século, e que ainda estabelecem relações de poder e estratificação social análoga ao trabalho escravo. Assim como também a ditadura militar, mais recentemente, que teve fim na década de oitenta, deixando como legado um Estado bastante musculado no combate e enfrentamento de movimentos sociais e oposição política.

Esses processos contribuíram e ainda contribuem para uma crescente desigualdade social, pobreza, burocratização da máquina pública, criando assim, barreiras estruturais para a formação de uma sociedade efetivamente igualitária e participativa (Schwarcz & Starling, 2015).

O século XX foi, num contexto internacional, um momento de viragem e de processos bastante complexos, o Brasil não seria exceção, tendo um século recortado por ditaduras, revoltas e guerras conseguiu ainda assim terminá-lo inserido em um contexto democrático. Há uma grande discussão sobre a questão do desenvolvimento social do Brasil no período ditatorial, pois no imaginário popular as ditaduras se desenvolvem pela ausência de uma força de contrapoder forte. Entretanto, o que se observa é exatamente o contrário. As estruturas de contrapoder tendem a ser mais incisivas quando não existe uma base de diálogo estabelecida com o Estado (Guerra, 2006).

Assim é necessário estabelecer os limites de cada fase vivida pelo país no seu contexto social e político para entender a culminância no contexto atual.

# 1. Era Vargas

Começamos esta análise pela Era Vargas, por ser o período em que o Estado Brasileiro, como conhecemos, começa a tomar forma. Nomeadamente com o surgimento dos partidos e criminalização de outros, mesmo que com o processo de redemocratização as siglas tenham mudado. Este também é um dos períodos mais complexos da história recente do Brasil. Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre os períodos de 1930 até 1945 e depois de 1951 até 1954, chegou ao poder impulsionado por um cenário político efervescente, culminando com uma nova Era de regime político e social. Era o fim da Velha república, que marcava o fim das relações de duas grandes oligarquias do país, São Paulo e Minas Gerais, a respeito das eleições presidenciais que ocorreriam em 1930.

Pode-se afirmar que a Era Vargas corresponde a três fases com características e programas de governo complexos. O Primeiro corresponde ao período de governo provisório, o segundo de governo constituinte e o terceiro o chamado Estado Novo. Os dois primeiros períodos ainda são controverso entre estudiosos, pois alguns apontam como um presidente eleito que liderou um golpe para permanecer no poder, enquanto outros afirmam que todo esse período não pode considerar democrático, uma vez que finalizou-se com um golpe de Estado. Entretanto aqui o que nos interessa é perceber as características de cada período de modo que justifique a Era Vargas ser a primeira a ser observada neste estudo.

## 1.1 Eleições e Revolução de 1930

O período que precede as eleições de 1930, foi um período de bastante agitação social, contudo essas eleições marcavam o início de uma nova era política e social no país, as relações entre São Paulo e Minas Gerais, as duas principais oligarquias do país, desfaziam-se por falta de acordo para o apoio de quem seria o próximo candidato a presidência. Apesar dessa aclamada efervescência o sistema eleitoral era bastante limitado. O voto restringia era um direito restrito a homens adultos (maiores de vinte e um anos) e alfabetizados, o que correspondia a cerca de 5% da população da época (Schwarcz & Starling, 2015). O candidato vencedor foi Júlio Prestes que não chegou sequer a tomar posse uma vez que o presidente em exercício Washington Luís foi deposto.

A chamada “Revolução de 1930” que culminou com a deposição do então presidente Washington Luís, o impedimento da tomada de posse de Júlio Prestes, que acabaria por ser exilado, tinha como principais articuladores forças do estado de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Esta acaba por levar a presidência, Getúlio Vargas, então presidente do estado do Rio Grande do Sul. Este período, iniciado por Getúlio, ficou conhecido como Governo provisório.

## 1.2 Governo Provisório

Correspondente ao período de 1930 até 1934, teve como principal característica as consequências da quebra da Bolsa de Valores de Nova York de 1929, a resposta do Estado perante essas consequências, a centralização do poder na figura do presidente, o enfraquecimento das oligarquias regionais e a quebra da política da república do café com leite, que no decorrer da República velha alternava a presidência entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo. A militarização do governo também era uma característica forte uma vez que estes ocupavam diversos cargos de grande confiança e influência neste período (Schwarcz & Starling, 2015).

O projeto social do governo provisório calcava-se na necessária expansão da industrialização do país, como consequência o aumento da necessidade de mão-de-obra qualificada instituiu um sistema educacional público e gratuito, o aumento de instituições de ensino superior e secundário com forte inclinação para o mercado de trabalho, a política trabalhista que restringiam as horas da jornada de trabalho em 8 horas, segurança e medicina do trabalho, salário-maternidade, férias remuneradas entre outros.

O controle do Estado dá-se pelos sindicatos que já nascem em total aparelhamento com o mesmo, ou seja, estes eram na verdade “órgãos de colaboração do Estado” (Schwarcz & Starling, 2015: 367). Era através deste mecanismo que o Estado controlava toda a massa trabalhadora.

Politicamente a situação era extremamente delicada uma vez que, mesmo ocupando um cargo provisório, mexe nas estruturas de poder do país, dissolvendo as bases de poder nacional, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas dos estados, assembleias municipais, o poder muitos chefes do poder executivo dos estados foram substituídos por militares interventores<sup>1</sup>.

Ainda durante o governo provisório as oligarquias regionais que viram seu poder de decisão absurdamente diminuído, tentam através de pressão realizar e da “Revolução constitucional de 1932”, também conhecida como “Guerra Civil de 1932” que tinha como objetivo derrubar o governo provisório e constituir uma assembleia constituinte.

### 1.2.1 Guerra Civil de 1932

Como já ressaltado, o enfraquecimento das oligarquias regionais prejudicava principalmente, São Paulo, uma vez que Minas Gerais e Rio Grande do Sul ganhavam naturalmente maior espaço no governo de Getúlio. Schwarcz e Starling (2015:369) ressaltam o lema da dita revolução “Por São Paulo com o Brasil, se possível, por São Paulo contra o Brasil, se for preciso”, o consenso era que São Paulo era essencial para o bom funcionamento do país, porém havia duas linhas bastante distintas que uma passava por reestabelecer o poder

---

<sup>1</sup> Entende-se por intervenção, a substituição de políticos democraticamente eleitos, por outro civil ou militar indicado pelo chefe de Estado. (Schwarcz & Starling, 2015)

de decisão do estado perante as novas estruturas de poder, e outra de uma linha mais separatista que defendia de forma mais radical a separação do Estado do restante do país, como um território independente.

Curiosamente, a guerra de 1932, era bastante elitizada apesar do entusiasmo social, Starling e Schwarcz (2015:70) ressaltam que “apenas os trabalhadores das fábricas ficaram de fora da mobilização geral. No estado onde se concentrava o maior número de indústrias do país os operários não acorreram em massa para lutar. Nos meios operários muitos duvidavam de um levante em que não cabia nenhuma atenção as demandas dos trabalhadores; entre as elites de São Paulo, crescia o temor de que se os operários mobilizados para guerra saíssem do controlo e partissem para sua própria revolta”. Deste modo, a forma como os dirigentes paulistas tentavam manter o controlo era fortalecendo a vigilância das lideranças operárias ou mesmo mante-las presas.

Apesar do forte armamento, de uma estratégia de guerra bastante afinada, o apoio dos outros estados era essencial, e esse apoio não veio. Por outros estados, leia-se Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estados que serviram de base para o governo de Vargas, apesar de não concordarem com a centralização de poder que ocorria, sabiam que qualquer aliança com São Paulo os enfraqueceria e principalmente fortaleceria São Paulo de forma que não conseguiriam administrar posteriormente.

### **1.3 Governo Constituinte**

Apesar de não ter seu objetivo alcançado a pressão realizada pelo movimento abre caminho para uma nova etapa do governo Vargas intitulado Governo constituinte. O governo constituinte durou três anos, período referente a 1934 ate 1937, aqui Getúlio é eleito de forma indireta, pela Assembleia Nacional Constituinte.

Dela saíram, pontos importantes, como por exemplo, como a subordinação do poder executivo ao poder legislativo, a limitação do mandato a presidência a quatro anos impedindo reeleição. Porem “os analfabetos continuavam excluídos do processo eleitoral, e os imigrantes foram submetidos a uma política restritiva em que suas garantias individuais, que permitia ao Estado a expulsar estrangeiros considerados politicamente perigosos a ordem pública e aos interesses nacionais.” (Schwarcz & Starling, 2015: 372). Percebe-se desde a guerra de 1932 que o Estado brasileiro como um todo já sentia pressões vindas de movimentos que aconteciam no restante do mundo, revolução operaria, e do movimento comunista propriamente dito, começam a ganhar espaço na política de restrição e na própria constituição brasileira. Assim, o espaço constitucional destinado a censura, ao estado de sítio e aos plenos poderes do estado, flertavam de forma perigosa com o que se desenhava um futuro governo totalitário.

A Constituinte trouxe, principalmente, uma renovação na assembleia, e o surgimento de pequenos e novos partidos. No entanto, a política e marcada pela formação de duas linhas bastante distintas no cenário brasileiro, A Aliança Nacional Libertadora (ANL) caracterizada

por uma agenda de esquerda que pautava-se na justiça social, na nacionalização de serviços públicos, nas liberdades individuais, reforma agrária, entre outras bandeiras, do outro lado havia a Ação Integralista Brasileira (AIB) com um discurso totalitarista alimentado pelos acontecimentos na Europa.

A aliança exercia um forte discurso crítico ao governo de Vargas, o que faz com que sejam enquadrados na Lei de Segurança Nacional e começam a agir na clandestinidade, sua resistência nesse período deu-se ao apoio de outros partidos de esquerda que ainda tinham autorização para funcionar.

### **1.3.1 A intentona Comunista**

A Aliança Nacional Libertadora era formada por militares, de facções minoritárias e ex-apoiadores de Getúlio, a sua ida para a clandestinidade alimentou uma sensação de insegurança que alastrou-se por toda a esquerda, dessa forma a ANL com um forte apoio dos partidos de esquerda principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Schwarcz e Starling (2015:375) define a ANL como “uma frente de massas dentro da ordem constitucional com quatrocentos núcleos espalhados por todo o país, capaz de promover grandes campanhas em favor dos direitos de cidadania e comícios que reunião milhares de pessoas”. Sua ligação com a Internacional Comunista era bastante estreita, porém a realidade da América do Sul e do Brasil principalmente era muito distinta da realidade de Moscou e muitos erros foram cometidos. E somente quando Carlos Prestes<sup>2</sup>, reconhecido por sua experiência militar e viveu em Moscou que um plano foi criado especificamente para o país.

A intentona comunista foi uma tentativa de golpe de estado que ocorreu em 1935 e que tinha diversas frentes pelo país, com apoio de Moscou, sendo a primeira vez que os comunistas levam de forma mais radical seu projeto de Estado, e quando salienta-se o radicalismo, traduz-se em luta armada.

O Resultado desta tentativa de golpe foi um maior endurecimento do governo de Vargas que, decretou estado de sítio que evoluiu para o estado de guerra que perdurou até 1937.

### **1.3.2 Plano Cohen**

Segundo Schwarcz e Starling (2015) Vargas tentou de toda forma jogar com o temor da população sobre a ameaça comunista e em 1938, depois divulgar um documento falso conseguiu sequestrar direitos, suspender a constituição recém-construída.

O plano Cohen foi um documento falso redigido pelo coronel Olympio Mourão Filho, este plano continha diversas orientação de ataque ao Estado, com ofensivas bastante

---

<sup>2</sup> Luiz Carlos Prestes - Militar e político ligado ao PCB onde foi secretário-geral. Casado com Olga Benário, uma das figuras históricas no país e de grande importância na relação do Brasil com a Alemanha Nazista. (Schwarcz & Starling, 2015)

violentas. Sua divulgação seguiu o tramite habitual, circulação pelos quarteis, divulgação pela imprensa e um discurso comprado pela população.

O clima de medo construído pela divulgação do plano criou o clima perfeito para Vargas impor uma nova constituição e inaugurasse uma nova fase na história do país, o Estado Novo.

## **1.4 Estado Novo**

Com o Plano Cohen, Vargas consegue que o congresso aceite a denúncia, sustentando o apoio do Golpe dado por Getúlio instituindo o Estado Novo. Esta nova etapa é caracterizada por total controle do Executivo, através da revogação da constituição de 1934, a impossibilidade de eleições e o forte ataque a liberdade de expressão. O Estado Novo durou de 1937 até 1945, fortemente nacionalista, anticomunista e centralizador.

Paralelamente, ocorria a segunda Guerra Mundial, e muitas das diretrizes de governo de Getúlio alinhavam-se com os regimes totalitários europeus. O estado novo é um período repleto de contradições, apesar de manter-se neutro numa primeira fase da Segunda Guerra, mantinha relações muito próximas com os EUA, assim como sua maior conquista foi a Consolidação das Leis trabalhistas (CLT).

Contudo, foi esse excesso de controle que faz com que Vargas seja deposto, pelos militares. Seu retorno dá-se em 1951 através de eleições diretas, porém com maior necessidade de repressão a ideias divergente das suas.

Deste modo, observa-se que sua relação com os movimentos sociais estabelecia-se apenas com os movimentos que tivessem linhas ideológicas em consonância com as suas diretrizes de Estado, qualquer movimento que desviasse desta trajetória era energeticamente reprimido. Um exemplo disto foi o apoio ao “Queremismo”, base do movimento político que defendia a permanência de Vargas no período mais crítico da sua gestão. Apesar do período ditatorial, da perseguição aos partidos de esquerda, a sua popularidade junto aos trabalhadores era grande, exatamente por conta dos direitos conquistados durante a sua gestão e foi através dessa popularidade que Getúlio Vargas consegue voltar ao poder em 1951.

## **1.4 A questão da cultura na era Vargas**

Apesar das questões profundas que os governos de Vargas possuía com São Paulo, foi ali que surgiram as primeiras iniciativas de uma política de cultura de forma mais estruturantes e concretas.

Dois pontos devem ser ressaltados nesta fase, o primeiro é a figura de Mário de Andrade<sup>3</sup> no departamento de cultura da Prefeitura de São Paulo e Gustavo Capanema<sup>4</sup> que ocupou o ministério da Cultura entre 1934 e 1945 (Rubim, 2007).

---

<sup>3</sup> Mario de Andrade - Foi um escritor, folclorista, musicólogo brasileiro. Conhecido como um dos modernista que compôs o “Grupo dos Cinco”, sendo das figuras centrais da Semana de

Como ressaltado anteriormente, São Paulo tinha um peso importante na vida política nacional e mesmo com os conflitos pois essa posição estava em crise, foi ali que muito da política cultural floresceu. Mário de Andrade entendia que assim como pensar políticas de cultura devia ter o mesmo peso que política econômica, por exemplo. Assim como já pensava a cultura como algo não só material, mas já falava sobre o patrimônio imaterial e que este não devia estar restrito a uma elite intelectual ou aristocrata.

Fortemente influenciada pelo movimento modernista que desde a década anterior movimentava bastante a cena cultural paulista, havia uma busca por uma “identidade cultural brasileira”, assim muitas atividades foram desenvolvidas, desde patrocínio-de missões etnográficas as regiões mais isoladas como o nordeste e amazônica, aqui observa-se uma tentativa de ampliar as dinâmicas culturais vigentes.

Entretanto essas iniciativas não seriam possíveis ou tão amplas não fosse ser amparada por Gustavo Capanema que com uma visão modernista e conservadora (Rubim, 2007), dialogava tanto com setores mais progressistas da sociedade, quanto com setores mais conservadores, a sua permanência no ministério da educação em fases tão diversas da Era Vargas evidencia tal postura. Afirma ainda que essa relação entre governos autoritários e políticas culturais na história brasileira é um ponto importante para perceber como essas se desenvolvem.

---

Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Ainda assim uma das experiências mais importantes foi no campo da etnografia, onde através de suas missões recolheu informações em diversos formatos (imagem/som/vídeo) formando o primeiro acervo multimídia sobre cultura brasileira (Schwarcz & Starling, 2015).

<sup>4</sup> Gustavo Capanema - político ligado a Aliança Liberal, foi ministro da educação e saúde pública em 1934, onde seus maiores feitos estão a constituição de um sistema de ensino público e universal sob a tutela do Estado. Ainda sob sua gestão neste ministério foi responsável por transformar a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). No campo da cultura, já no Estado Novo, foi responsável por criar dois grandes e importantes órgãos: Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional base do que é hoje o Instituto de Patrimônio histórico nacional -IPHAN e o Instituto Nacional de Estudos pedagógicos - INEP, que existe até os dias atuais. Hoje dá nome ao prédio sede da FUNARTE no Rio de Janeiro, conhecido como Palácio Capanema (Schwarcz & Starling, 2015).

## 2. Período pré-militar e Período militar

### 2.1 Juscelino Kubitschek

Apesar da sua prestigiada carreira política, Juscelino ou JK, como também ficou conhecido, assume a presidência em um período de forte instabilidade política, que passou pela dificuldade em tomar posse de seu governo até uma tentativa de golpe, esta mal sucedida, no início do seu governo (Schwarcz & Starling, 2015). Seu mandato correu no período de 1956 até 1961.

Mesmo com todo ambiente hostil, o chamado Plano de Metas consegue criar uma estabilidade mínima unindo uma vasta diversidade de grupos sociais com um objetivo comum: o desenvolvimento econômico e modernização do país. O slogan “cinquenta anos em cinco”, tinha como objetivo “efetuar mudanças estrutural na capacidade produtiva nacional” (Schwarcz & Starling, 2015: 423), assim desenvolveu-se o setor de bens de consumos duráveis, mas também, o setor de transportes tanto a rodoviária quanto a automobilística, não deixando de lado o importante setor energético.

O então bem-sucedido plano de metas cumpria uma agenda que até então não se vislumbrava, apesar de saber-se possível. Schwarcz e Starling (2015:424) salientam que “a outra parte do Juscelino está provavelmente no facto de que ele conseguiu transformar o plano de metas no projeto de um Brasil possível (...) o centro e a periferia, viveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela industrialização e pela urbanização”.

Contudo o plano de Metas não era perfeito, possuía falhas principalmente no processo de financiamento deste desenvolvimento, abrindo o país para capital estrangeiro e no que tocava a reforma agrária, ela não chegou a acontecer, sendo este o setor que mostrava a maior déficit de desenvolvimento. Aqui vale salientar que a questão de terra do Brasil até hoje é um ponto forte de relações poder e suas amarras estão presentes cada vez mais nos espaços de decisão como no congresso nacional, desde então não havia grandes hipóteses de que algo estruturante se modifique.

#### 2.1.1 O Interregno da cultura

Com o fim do Estado novo há um hiato de iniciativas no campo das políticas culturais, apesar de uma efervescência em várias áreas, tudo parecia um rescaldo das iniciativas das décadas anteriores. Quase toda iniciativa existente vinha do SPHAN, que basicamente tratava de património material ou como identificou Rubim (2007:17) “património de pedra e cal, cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios fortificados do período colonial”.

Contraditoriamente, outras ações pontuais estruturantes mais com pouca ação no campo aconteciam como, por exemplo: a criação do ministério educação e cultura, a

expansão das universidades públicas (esta ligado ao plano de metas), a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a Campanha de Defesa do Folclore Nacional.

### **2.1.1.1 Instituto Superior de Estudos Brasileiros e a fábrica de ideologias**

Ligado a casa civil, o ISEB era um órgão que tinha como função principal construir uma visão ampla do país e do seu processo de desenvolvimento vivido naquele momento. Schwarcz e Starling (2015:424) afirmam que “funcionou como um espaço ativo de socialização entre políticos, intelectuais, artistas e estudantes” e que mesmo não sendo propriamente uma estatal ligada a formulação de políticas culturais “ terá um enorme impacto no campo da cultura, através da invenção de um imaginário social que irá conformar o cenário político-cultural” (Rubim, 2007:18).

Retomando a dualidade de governos autoritários e políticas culturais percebe-se que a forma de atuação e a visão como o Estado deve relacionar-se com a mesma é bastante distinta tendo consequências diversas.

### **2.1.2.1 A vida universitária e a cultura**

Já no final do governo de Juscelino, surgem os centros populares de cultura da união nacional dos estudantes com maior força no Rio de Janeiro, porém com presença em outras cidades do país.

Funcionando como incubadoras intelectuais tanto no campo da cultura como da política, reunia artistas de diversas áreas de conhecimento e tinham como objetivo “a criação de uma cultura nacional, popular e democrática, por meio da conscientização das classes populares”<sup>5</sup> . Como estratégia, as iniciativas de caráter revolucionário, visavam atingir populações historicamente desfavorecidas, dessa forma priorizavam encenações teatrais em favelas, portas de fábricas, sindicatos, entre outros (Schwarcz & Starling, 2015).

Veremos com mais profundidade mais a frente este conceito, porém é importante ressaltar que a visão do CPC sobre a cultura feita pelo povo é ingênua e precisa ser de alguma forma canalizada para um lugar de ação, já que na sua natureza era alienada e submissa às elites (Hollanda, 1980).

Apesar de bastante produtivo, o CPC durou cerca de 3 anos, entre os anos de 1961 ate 1964 com a instauração da ditadura militar. Suas principais diretrizes podem ser encontradas no “Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de cultura”, redigido pelo então diretor o sociólogo Carlos Estevam Martins. Neste curto espaço de tempo, o CPC também teve como

---

<sup>5</sup> CENTRO Popular de Cultura (CPC). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399389/centro-popular-de-cultura-da-une>>. Acesso em: 12 de Jun. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

diretor simultaneamente outros nomes importantes na área da cultura e da arte brasileira como o poeta Ferreira Gullar e o cineasta Carlos Diegues, conhecido como Caca Diegues.

Como uma organização associada a União Nacional dos Estudantes, o CPC tinha relações estreitas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo seus associados diretamente ligados as duas instituições. Essas ligações esclarecem o fechamento da sua sede e o impedimento de suas atividades a partir de 1964.

Com o princípio da abertura democrática o CPC é revisitado nas suas diretrizes, e recebe críticas vorazes sobre sua abordagem social tida como dogmática e utópica (Hollanda, 1980).

## 2.2 Jango (João Goulart)

As razões que fundamentaram o período ditatorial militar são bastante diversas, e possui uma série de atores que agiram de forma bastante interventiva para que tal período acontecesse e se estendesse por duas décadas. Esses vinte e um anos que se estenderam de 1964 até 1985 são marcados por um período de forte repressão em todos os campos sociais, políticos, educacionais, artísticos e culturais.

Entretanto, é importante perceber os momentos que alicerçaram esse período, começando pela instabilidade que havia nos anos anteriores, nomeadamente no ano de 1961 em que o Brasil teve três presidentes em um mesmo ano, Jânio Quadros entre janeiro de 1961 e agosto de 1961, com sua renúncia e sem a presença do vice João Goulart<sup>6</sup>, Pascoal Ranieri Mazzilli ocupa a cadeira da presidência por 13 dias, até então a posse de João Goulart que esteve no poder até 1964.

O governo de Jango, como era conhecido, começa em setembro de 1961, marcado por uma forte instabilidade econômica e uma dívida externa que deveria ser paga já nos primeiros meses do ano a seguir (Schwarcz & Starling, 2015). Porém, apesar de sua presença causar um certo alívio em alguns setores, para os militares, este era simpaticamente do comunismo e a solução encontrada por estes para limitar suas ações foi uma mudança estratégica do sistema político de presidencialismo para parlamentarismo, fazendo assim com que os poderes de Jango, enquanto presidente, sejam limitados. Com eleições marcadas para o ano seguinte, Jango não só candidata-se como articula para que o sistema político volte ao presidencialismo, o que ocorreu apenas em 1963 após um plebiscito.

A base do seu governo era vista como ameaçadora e ao mesmo tempo progressista, a reforma agrária, o voto universal, que significava dar direito ao voto aos analfabetos que representava 60% da população naquela altura (Schwarcz & Starling, 2015).

O ponto de tensão maior do seu governo sem dúvida foi a questão agrária, até mesmo a esquerda extremamente plural que abrangia de comunistas, católicos, estudantes, alguns militares, socialistas e outros, tinha como ponto de acordo o princípio da reforma agrária. A

---

<sup>6</sup> No momento da renúncia de Jânio Quadros, o então vice-presidente encontra-se em viagem a República Popular da China (Schwarcz & Starling, 2015).

falha principal na efetivação reforma vinha exatamente da abrangência de apoios que não chegavam a nenhum consenso sobre como ela deveria acontecer, tendo algumas partes com discursos bastante radicais, mesmo com alguns avanços na reforma, essa desarticulação abriu espaço para que uma reação dos grandes proprietários de terra (Schwarcz & Starling, 2015) que reagiram de forma violenta. O carácter da reforma era bastante inclusiva socialmente e visava a redistribuição de renda.

O mandato de Jango tinha uma vocação bastante nacionalista, reforma urbana, reforma a banca, reforma eleitoral, legalização do Partido Comunista, regulamentação de saída dos lucros de capital estrangeiro e estatização de setores estratégicos da indústria e reforma na educação, ou seja, reformas de base que mudariam as estruturas sociais e políticas do país.

Contudo, em 1962, e todo esse plano de reformas, por interferência de outros países nomeadamente os EUA, que temiam uma guinada comunista no país, interferem no processo das eleições legislativas através de empresas que financiavam as campanhas, algo que era completamente ilegal na legislação em vigor na altura (Schwarcz & Starling, 2015), o objetivo da interferência era construir uma base forte opositora do governo de Jango. Essa interferência era articulada com outras forças e instituições dentro do país, o que demonstrava que já e ainda havia uma articulação em favor de um golpe ao mandato de João Goulart.

### **2.2.1 A máquina do golpe dentro do Estado**

Há uma serie de instituições conservadoras que viam como propaganda comunista as ações e reformas levadas a cabo por João Goulart, e começaram a articularem-se para travar de alguma forma seu avanço. A ação junto as legislativas de 1962 foi apenas um exemplo, instituições como Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de pesquisa e Estudos Sociais (IPES), em articulação com Agência Central de Informações (Central Intelligence Agencia, EUA) (Schwarcz & Starling, 2015).

Por conta de suas ações o Ibad é fechado, porém o IPES sobrevive através de sua dupla fachada “tratava-se de uma instituição de orientação política conservadora voltada para a realização de estudos sobre a realidade brasileira” (Schwarcz & Starling, 2015: 448) por outro lado articulava ações que tinham como objetivo desarticular o governo de João Goulart através de “uma campanha de propaganda anticomunista, bancar manifestações públicas antigovernista e escorar, inclusive no âmbito financeiro, grupos e associações de oposição ou de “extrema-direita”.

Os planos que circulavam pelos corredores do IPES iam alem da desarticulação do governo, passava já por planear de Estado que subsidiado por um fluxo de capital aberto (Schwarcz & Starling, 2015).

### 2.2.2 A cultura, conservadorismo e inovação

Mesmo com movimentos importantes como CPC e outros articulados pelo país, como o Movimento de Cultura Popular, de Recife em 1960 e mais tarde por toda Pernambuco em 1963 (Rubim, 2007), outros movimentos culturais foram cruciais neste momento, mesmo que de forma conservadora.

Um exemplo dessas instituições foi a Escola Superior de Guerra, que teve papel extremamente importante na configuração do ideal que viria derrubar o governo de Jango em 1964. O desenho do golpe militar que viria, era então um movimento articulado em diversas esferas de poder com uma força militar que os encorajou a tomar o poder nesta altura.

Em contraponto ao avanço conservador articulado com alicerces inclusive financeiros o Movimento de Cultura Popular surge como olhar diferenciado para trazendo o conceito de cultura popular como meio de articulação de políticas junto as populações menos favorecidas. Suas iniciativas visavam valorizar as festas e manifestações locais e através delas articularem políticas, por exemplo, de educação.

Foi exatamente neste ponto a maior contribuição do Movimento de Cultura Popular, foi mais efetivo, através da pedagogia de Paulo Freire que se apropriava da cultura local para o desenvolvimento de uma estrutura de alfabetização de crianças e adultos (Rubim, 2007).

Assim como os outros movimentos que fugiam a norma vigente, ou que fossem entendidos como potencial comunista, o Movimento de Cultura Popular foi interdito com o Golpe de 1964.

## 2.3 Golpe Militar

O final do governo de Jango foi marcado por crises políticas, uma crise econômica que apresentava uma inflação exorbitante, e principalmente uma crise estrutural das instituições que sustentavam a democracia no país. Por diversas derrotas em congresso para seus programas de governo, os ataques vindos tanto de aliados quanto da oposição fragilizavam cada vez mais a figura do então presidente.

A polarização política isolou completamente o presidente fazendo com que fosse olhado com desconfiança por todos os lados, o golpe final foi sua tentativa de mudança constitucional que visava maior subordinação do legislativo ao poder executivo, para além um plebiscito para aprovação de sua agenda de reformas, uma vez que via congresso era derrotada sempre que ia a votação (Schwarcz & Starling, 2015). Toda agenda do presidente neste momento reforçava as propagandas anti-Jango que circulavam sob ordem do IPES, e de toda sua propagando anticomunista. A reação foi imediata, iniciada em São Paulo, através da Marcha da Família com Deus e pela liberdade<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A marcha da família com Deus pela liberdade foi uma resposta radical ao que chamou-se no Brasil de ameaça comunista, através de uma serie de manifestações, envolvendo desde a Igreja até grupos conservadores no setor político, a Marcha, num total de 49, começaram de

Schwarcz e Starling (2015) apontam que a Marcha financiada pelo IPES espalhou-se por todo o país e tinha como objetivo fazer pressão política e lançar o apelo à intervenção militar e afirmam também que a força da marcha foi totalmente ignorada tanto por Jango quanto pela esquerda. Porém seu caráter heterogêneo mostrava uma face social bastante complexa “em primeiro lugar estava a compartilhada aversão de setores da sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais. Em segundo, o dinheiro curto e o futuro incerto (...)” (Schwarcz e Starling, 2015:451-452). Percebe-se que a questão de classe era bastante presente neste processo, e que as mesmas oligarquias do início do século ainda não aceitavam seu protagonismo cada vez menor nas decisões do poder executivo.

Com a população na rua, um governo que ignorava a dimensão do movimento que surgia, faltava apenas a unificação dos quartéis para que o golpe chegasse, não se trata de um processo simples, pois os próprios quartéis possuíam facções e começava a surgir associações com força sindical dentro dos mesmos. Contudo, o exército brasileiro contava com forças ainda maiores vindas do exterior e isso dava um caráter institucional forte às forças armadas.

### 2.3.1 A noite do Golpe

Ao contrário do que se imaginaria, o avanço da tropa de Olímpio Mourão Filho<sup>8</sup> na noite de 1 de Abril de 1964, que saiu de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, não encontrou resistência, nem dos militares mais legalistas, nem mesmo do próprio governo. A tentativa de uma greve geral organizada pela CGT (em apoio ao governo também fracassou.

Com total falta de iniciativa para reverter o processo, o Senado e o congresso assumem a vacância do cargo da presidência. Até então, nenhuma força política se opunha ao golpe, com exceção de Leonel Brizola<sup>9</sup>, com poder político de oposição dentro da base de apoio ao governo, mas que defendia a legalidade das instituições.

---

forma tímida, porém no final já reunia cerca de um milhão de pessoas (Schwarcz & Starling, 2015).

<sup>8</sup> Olímpio Mourão Filho foi um general do exército brasileiro, responsável ativo pelo golpe militar de 1964. Responsável por redigir o Plano Cohen que seria falsamente e intencionalmente atribuído a Internacional Comunista, oferecendo argumento junto à população para a intervenção militar (Schwarcz & Starling, 2015).

<sup>9</sup> Leonel Brizola foi um político brasileiro, o primeiro e até hoje o único a exercer o cargo de governador em dois Estados (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), na sua vida política pré-golpe militar, apesar de uma vida política muito ligada ao Rio Grande do Sul, sua proximidade familiar com João Goulart (eram cunhados), amplia seu poder de influência a nível nacional, colocando-o como um dos principais candidatos à presidência ao lado de JK e Carlos Lacerda. Já durante o governo de Janio Quadros, exerceu extrema pressão com o objetivo de colocar em prática as reformas de base que envolvia, por exemplo, a reforma agrária. Após o golpe de 1964, viveu em exílio no Uruguai, onde junto com outros políticos e intelectuais, planejou guerrilhas para a retomada do poder político no Brasil (Schwarcz & Starling, 2015).

O que se observava era uma confiança extrema nas forças armadas e que sua intervenção seria de curto prazo, infelizmente não foi o que aconteceu. Regime militar durou de 11 de Abril de 1964 com o congresso elegendo de forma nominal o General Humberto de Alencar Castello Branco até 1985 com João Figueiredo.

### 2.3.2 O Regime

Como já ressaltado, as forças armadas brasileiras possuíam diversas facções com visões e posições políticas bastante distintas, para além das disputas entre seus setores da aeronáutica da marinha e do exército propriamente dito. Após a tomada de poder por parte dos militares, a decisão do que se faria com tal poder conquistado era sempre uma questão a cada troca de presidente, o que fazia como que cada um deles entrassem e saíssem do poder sempre envolvidos em diversas crises. Tendo inclusive um período em que as três forças atuaram conjuntamente, por conta de discordância, este período não durou mais do que três meses.

O regime fazia-se cada vez mais musculado, Schwarcz e Starling (2015:458) nomeiam este período como “um período quase imperial de generais”, devida a sucessão de presidentes. As coisas tornaram-se piores a partir de 1968 com a instauração do Ato institucional nº 5 ou AI-5, como ficou conhecido.

A crescente instabilidade no executivo exige do poder executivo medidas mais enérgicas para manutenção do poder. O AI-5 surge dessa necessidade de intimidação associada ao medo, acompanhado do Ato complementar nº 38, nos pontos do ato o regime instituía o fechamento do congresso nacional por tempo indeterminado, “suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandato e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado em tribunais militares, sem direito a recurso” (Schwarcz & Starling, 2015:462).

Basicamente, o AI-5 foi uma tentativa de silenciar a crescente oposição ao regime que radicalizavam à mesma proporção do fechamento do Executivo a participação civil. Entretanto não foi o único, existiram outros instrumentos de exceção utilizados pelo regime para a manutenção de seu poder, mas sempre com uma tentativa de mante-los dentro dos trâmites jurídicos, ou seja, dentro de uma pseudo-legalizade, o que Schwarcz e Starling (2015:463) chamam de “legalidade de exceção”.

O oposição demorou a perceber que o regime tinha objetivo de ficar no poder durante mais tempo do que eles previam, somente com o ato institucional número dois que em 1965, deram-se conta que a permanência dos militares no poder seria longa e difícil de reverter. O AI-2 segundo Schwarcz e Starling (2015:464) “mudava as regras do jogo no caso representação política: suprimia as eleições por voto popular direto para presidente da República e extinguiu todos os partidos políticos então existentes”.

Uma das características mais fortes do regime militar era subverter as instituições já existentes e utiliza-las em benefício próprio, observou-se isso na dupla função do IPES ainda nos anos democráticos, e no período ditatorial um dos casos mais marcantes foi a utilização de estruturas de repressão para cumprir sua agenda de eliminar seus principais opositores. Dentre essas instituições havia o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), associado ao recém-criado Centro de Informações do Exército (CIE), outras instituições com função semelhante foram criadas no decorrer do regime.

Essas e outras instituições foram responsáveis por sequestros, desaparecimentos de opositores, o sistema sofisticou-se e já contava com centros clandestinos que tinham com única finalidade desaparecer com vestígios da presença desses corpos dessas pessoas “como retirada de digitais e de arcadas dentárias, esquartejamento e queima de corpos em fogueiras de pneus” (Schwarcz & Starling, 2015: 468). A prática da tortura tornou-se uma política de Estado sendo utilizada já a partir de 1964 nos considerados anos mais brandos da ditadura (Schwarcz & Starling, 2015) é uma das características mais fortes de repressão do regime militar, entre suas vítimas há Dilma Rousseff<sup>10</sup> que viria ser presidente do Brasil após alguns anos de reabertura democrática do país.

Schwarcz e Starling (2015) salientam que a tortura favorecia-se de um sistema de silenciamento tanto da sociedade civil quanto dos militares, colocava a figura dos torturadores numa condição de intocável e que o próprio sistema judiciário ignorava a sistemática ilegal de obtenção de confissões e delações, até mesmo a fraude de laudos periciais.

Com todos os partidos seja de oposição, seja de situação proibidos de atuar, a principal força que atuava em oposição direta eram os estudantes, onde a forte repressão transformou-os em movimento social, seguido aos estudantes a Igreja católica em certo momento tenta denunciar as arbitrariedades do regime militar. Já na clandestinidade diversas forças insurgiam como Vanguarda Popular Revolucionaria (VPR), a Aliança libertadora Nacional (ALN), mas foi uma pequena organização de estudantes no Rio de Janeiro chamada Dissidência Universitária da Guanabara, que obteve maior conquista perante os militares através de uma iniciativa controversa, o sequestro do embaixador dos estados Unidos, em contrapartida de sua libertação o grupo exigia a libertação de quinze presos políticos. O elemento surpresa foi o que garantiu o sucesso da ação, segundo Schwarcz e Starling (2015) a ação jogava com a repercussão pela figura do embaixador em notícia internacional, assim

---

<sup>10</sup> Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita a presidência da república no Brasil. Durante o período da ditadura militar fez parte de dois grupos de luta armada contra este regime. O primeiro, Comando de Libertação Nacional e o segundo, Vanguarda Armada Palmares. Por conta de suas atividades políticas esteve presa durante o período de 1970 até 1972, durante todo este tempo foi submetida a tortura de toda a espécie, como era comum na atuação da polícia do estado ao lidar com presos políticos (Schwarcz & Starling, 2015).

como a luta armada e o sistema repressor do regime militar. A ação foi bem-sucedida apesar da prisão, tortura de muitos dos seus integrantes.

Outra insurreição importante de ressaltar neste período diz sobre o movimento nas zonas rurais, nomeadamente a guerrilha do Araguaia, uma revolta armada organizada na região da floresta amazônica, com uma agenda socialista, tinha como objetivo direto derrubar o regime e enfrentava a repressão aos movimentos dos trabalhadores rurais e as populações indígenas imposta pelos grandes donos de terra.

A questão indígena no regime militar é bastante deliciada pois estes “estavam posicionados entre os militares e a realização do projeto estratégico de ocupação do território brasileiro concebido pelo IPES” (Schwarcz & Starling, 2015:471), com isso o extermínio de populações indígenas foi uma constante durante todo o regime.

### **2.3.3 A gestão da cultura e o regime militar**

Até o governo João Goulart a articulação cultural não era ainda sistemática, e articulava-se simbioticamente com a educação, onde esta não era vista como uma componente isolada e independente. Porém é no período militar que a transição para que a dicotomia cultura-educação transitasse para outro paradigma, cultura-mídia (Rubim, 2007). Isso porque o regime tinha como objetivo expandir a estrutura de telecomunicações no país, sinalizando uma visão de cultura como uma indústria de produção simbólica de ideologia.

As primeiras estruturas surgem nesse período, através do Conselho Federal de Cultura estimulando a criação das secretarias estaduais de cultura, sendo a primeira implementada no estado do Ceará. Mesmo no período dito “vazio cultural” (Rubim, 2007:21), entre 1968 e 1974, outras formas de construir a cultura surgiram, mesmo que na clandestinidade, como Clube da esquina, a Tropicália, o Teatro do Oprimido.

Este período mais musculado da ditadura repercutiu também no setor cultural, ao analisar a relação da cultura e a mídia idealizada pelo regime percebe-se que tinha como objetivo um espaço de propaganda oficial, responsável por fabricar uma cultura nacional hegemônica. Mas mesmo, com toda a repressão sofrida por qualquer manifestação cultural desenvolvida fora dos moldes da ditadura. Percebe-se que a ditadura não contentava-se em reprimir apenas iniciativas políticas, mas também reprimia qualquer tentativa de fagulha ideológica contrária ao seu ideal de país, assim a máquina da censura aplicada a cultura funcionou de forma bastante efetiva, “controlava o fluxo público de informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimia conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipulava os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional” (Schwarcz & Starling, 2015: 471).

Uma outra fase dentro do próprio regime, onde as relações entre o regime e a cultura estreitam laços, ampliando o orçamento, e a criação de um Primeiro Plano de Cultura de 1975, estruturada pela organização de diversas instituições culturais entre elas a Fundação Pró-memória, o Centro Nacional de referência cultural, o Conselho Nacional de cinema e a

RadioBras (Rubim, 2007), todas estas iniciativas são alimentadas por uma efervescência cultural vinda do exterior que datas de 1970, através da UNESCO a respeito das políticas culturais.

Contudo, somente já no final do regime militar é que a ideia antropológica da cultura é retomada, sob o mesmo olhar que Mário de Andrade concebia na primeira metade do século XX, através de um organismo com objetivo de financiar projetos culturais, a FUNARTE (Rubim, 2007). E através da FUNARTE e da criação de órgãos como o Instituto de Patrimônio histórico artístico nacional (IPHAN), a Secretaria de Cultura, entre outros é que o saber popular e suas tecnologias retornam a cena como centro da produção cultural.

### **3. Período democrático**

O período de redemocratização do país, não foi simples. Uma série de conflitos de interesses entre os militares e a classe política dificultava os entendimentos, principalmente por parte dos militares que ultrapassaram todos os limites que respaldassem sua intervenção, que constituiu-se como golpe e dos abusos de autoridade durante todo o seu período a frente do país. Mas crucial foi o encaminhamento da economia do país, fator principal que afetava diretamente a vida da população, e resultava em maior pressão sobre os militares.

O fim do regime militar deu-se em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, porém isso não garantiu estabilidade, a morte suspeita de Tancredo um dia antes da posse e envolta até hoje de suspeitas e sabe-se que a posse do seu vice José Sarney fez parte de um acordo feito às portas fechadas.

Da parte dos militares a tentativa era de uma abertura relativa, devolvendo dentro da sua ética própria o que entendia por democracia. Esta era baseada em uma “burocracia violenta” (Schwarcz & Starling, 2015:475), esta condecorava seus pares mais violentos, expulsava militares que assumidamente não concordavam com o regime ou em casos mais extremos desaparecer.

O fim do regime foi cercado de rancor e acordos, entre eles estava a anistia de todos os militares que eventualmente tivessem cometido algum crime durante o regime, em contrapartida anistiavam também os civis que tivessem participado de guerrilhas e da luta armada de algum modo, mesmo que muitos desses já tivessem sido punidos durante o próprio regime, seja com tortura, exílio ou até mesmo a prisão. Em relação ao rancor, fala-se especificamente do último general que assumiu o cargo de presidente, João Figueiredo, recusou-se a participar da cerimônia de posse do novo presidente.

#### **3.1 Movimentos sociais na redemocratização**

Rubim (2007) fala sobre a relação entre autoritarismo e a gestão das políticas de cultura durante o regime e como esse processo é contraditório. Ao analisar essa relação percebe-se que esta não é tão absurda se pensarmos que os sistemas mais autoritários precisam de um controle maior em relação a produção de ideologias e que a cultura é uma ferramenta essencial neste processo. Não foi ao acaso a criação de tantas instituições que basicamente tinham a função de gerir o que era publicado, o que era escrito em músicas, em novelas e entre outras manifestações características do país naquela altura.

Contudo o território brasileiro era e segue extremamente desigual, o resultado disso é que havia sempre muitas brechas nos quais o regime apenas não conseguia penetrar, como essa incapacidade, as periferias da cidade tornaram-se incubadoras de movimentos de contracultura, Schwarcz e Starling (2015) afirma que no processo de redemocratização foi essencial o engajamento de instituições que passassem inoculo pelo regime, ainda segundo as

autoras essas instituições são características de populações que não são assistidas pelo Estado, como “associações de mães, grupos de mães, associações de moradores, comitês de saúde” (Schwarcz e Starling, 2015:481).

Esses movimentos são a base dos movimentos sociais maiores que surgiram a partir da década de 80/90, inclusive, são os comitês de saúde que embasam a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da nova constituição de 1988, que garantiu acesso a saúde para toda a população de forma gratuita.

A participação da população nesse micro processos sociais foi uma tentativa de reaproximar a população como um todo de mecanismos democráticos, mesmo que de forma muito simples, esses espaços construíam mudanças de comportamento perante a situação política do país, fazendo crescer a pressão sobre o regime.

### **3.1.1 Movimentos sindicais paulistas**

Outro ponto importantíssimo nesse processo e que merece um momento a parte é a força dos sindicatos, a mudança da relação que mantinha-se com o Estado, e como essa relação afetou estruturalmente a questão do trabalho.

Como vimos anteriormente, a criação dos sindicatos durante a Era Vargas e como ele era um braço do governo junto aos trabalhadores, a dinâmica criada pelo “novo sindicalismo” (Schwarcz & Starling, 2015: 485), utilizava as greves como forma de pressão ao regime militar, e ia além, buscava um sindicalismo para além do Estado, que na prática era uma forma de organização com poder e estrutura para negociar diretamente com empregadores.

Dos grupos mais relevantes, no processo do novo sindicato, estão os grupos metalúrgicos do ABC paulista, dali surgiu o Central única dos Trabalhadores (CUT), em atividade até os dias atuais, até mesmo a fundação de um partido político o Partido dos Trabalhadores (PT) com características bastante distinta dos partidos organizados até então. A base dos dois projetos, seja do sindicato seja do partido político é de trabalhadores, com o objetivo de conquistar seus objetivos, justiça e igualdade social, através dos meios democráticos.

O período entre o surgimento do PT e a eleição do seu líder mais popular, Luís Inácio Lula da Silva, passaram-se mais de duas décadas, e os processos que o país passou acompanhado foram acompanhados por mudanças estruturais no projeto do partido.

### **3.1.2 Diretas Já**

A pressão social para a redemocratização do país era forte e os militares não conseguiam conciliar a tentativa de transformar o regime em uma democracia musculada, a pressão vinha não só da sociedade civil, e dos políticos, muitos empresários, principalmente os que estavam a perder demasiado dinheiro por conta da greve organizada pelos sindicatos, esses organizaram o que ficou conhecido como Manifesto do Grupo dos 8.

Contudo, foi a movimento Diretas já iniciado em 1983 e durou até 1984 que conseguiu unir tanto movimentos sociais, políticos e sociedade civil entorno de um propósito único, a aprovação da emenda Dante de Oliveira em Congresso nacional, a emenda consistia na mudança da regra de sucessão a presidência, trazendo o voto popular e universal como base da próxima eleição. O primeiro comício que começou de forma de forma simples perto de Brasília, espalhou-se pelo país, em Abril de 1984, numa jogada política e com maior número de votos a favor, a emenda foi rejeitada por não cumprir regras específicas do regimento do congresso.

Apesar da derrota e da frustração durante esse processo, através de eleições ainda indiretas, o colégio eleitoral elegeu seu primeiro presidente não militar, Tancredo Neves que, faleceu um dia antes da posse. Quem assumiu foi José Sarney, o vice de Neves, um político com relações muito próximas aos militares e que durante sua gestão não repudiou o apoio de nenhum na construção de uma agenda própria, bastante distante da agenda construída por Neves.

O período de redemocratização até 1988 ficou marcado pela constituinte. Essa constituição, segundo Schwarcz e Starling (2015:497) era dúbia no que tange lidar com determinados setores da sociedade “ela é moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada em questões ambientais e empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para participação popular e direta”, por outro lado continuou a ignorar a questão agrária, e construiu um sistema eleitoral complexo.

Somente após a constituição de 1988 o país teve finalmente um presidente eleito democraticamente com o voto direto e popular, porém o Brasil era um país com um índice de inflação exorbitante, com uma dívida externa que tendia ao crescimento e com uma moeda fraca com mudança constante na tentativa de amenizar a inflação. A escolha de Fernando Collor e seu conhecido plano Collor não só fundava no país um modelo neoliberal que tinha como objetivo reduzir ainda mais o tamanho do Estado, que mal começava a expandir-se.

### **3.2 A constituição de 1988 e a cultura**

Tudo o que se observa em termos de sistematização da cultura até a reabertura democrática do país são atos isolados ou tentativas de criar pequenas redes de articulação de algumas linguagens específicas de arte. Somente com a constituição de 1988 que a Cultura conquista dentro do Estado o estatuto de Ministério, com algumas fundações, institutos que já vinham de outros tempos a cultura como instituição finalmente começa a ganhar corpo (Rubim, 2007). Não faremos aqui um aprofundamento sobre a abordagem que a cultura possui nesta altura, pois esse tema será abordado mais a seguir.

Contudo, é importante ressaltar que a criação do ministério, sua abordagem e sua extinção não são atos isolados, e dialogam diretamente com a situação política, econômica e social do país. Para ilustrar tal situação, Rubim (2007) ressalta que durante o governo de José

Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, ou seja, oito anos, o Ministério da cultura teve cerca de dez ministros, chegando a ser extinto durante a gestão de Fernando Collor.

Recuando um pouco para gestão de José Sarney (1985-1989), observa-se a criação da primeira lei de incentivos fiscais com o objetivo de incentivar a produção cultural, esta ficou conhecida como Lei Sarney. Apesar do pioneirismo esta lei possuía falhas estruturais, dando abertura para um nível de corrupção complexos para além de deslocar a função do Estado para a iniciativa privada, porém utilizando dinheiro público assim como afirma Rubim (2007:24) “em vez de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal”.

Essa forma de lidar com o financiamento é que o poder de decisão do mercado tirava de cena a cultura mais estruturante e que não dessem visibilidade para as empresas que estavam financiando a cultura e o Estado, que era quem realmente financiava tinha pouco ou nenhum poder de direcionar o caminho dos financiamentos. Mesmo quando, durante a gestão de Collor, o ministério e outras instituições importantes de algumas linguagens artísticas, foi extinto, essa lógica de financiamento, continuou a funcionar, mas com o nível de corrupção e de sonegação fiscal foi extinta na gestão de Itamar Franco. Uma lei de incentivo que com outras particularidades mas com a mesma lógica de incentivo à cultura é a Lei Rouanet que funciona com algumas modificações até os dias atuais.

A maior questão que se observa é que enquanto sistema o ministério ou a ausência dele não representavam praticamente nada, uma vez que somente as leis de renúncia fiscal eram trabalhadas, ou seja, a cultura entrava numa lógica de mercado bastante complexa, principalmente para manifestações ou iniciativas culturais que não tinham valor ou poder comercial.

Rubim (2007) reafirma que, já com a redemocratização já estabilizada com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o carácter neoliberal de sociedade afeta profundamente a forma como a cultura é abordada pelo Estado, transformando a primícia de renúncia fiscal em política cultural única possível, espalhando como efeito cascata por estados e municípios. E foi também na gestão de Fernando Henrique Cardoso que o Ministério da Cultura é recriado.

### **3.2.1 Lei Sarney e Lei Rouanet: semelhanças e diferenças**

Assim como a Lei Sarney, a lei de incentivo a cultura, também chamada de lei Rouanet, tinha como princípio a renúncia fiscal como fomento cultural.

O primeiro ponto que distingue as duas leis pode ser observado no ponto em que a Lei Sarney, ou lei n. 7.505, vem como uma forma de viabilizar o recém-criado Ministério da cultura. Segundo Calabre (2007), o ministério enfrentava imensas dificuldades, primeiro por parte do governo não concordar com que este fosse elevado ao ponto de ministério, afirmando inclusive que era mais importante um “uma secretaria forte do que um ministério

fraco” (Calabre,2007:93). Dessa forma, o Estado, retira de si uma responsabilidade de incentivo cultural, entregando essa função ao mercado. Com a Lei Rouanet, a lógica do mercado e abraçada pelo estado, pois este acredita no papel apenas regulador do Estado.

Com a extinção da Lei Sarney e tendo como substituta a Lei Rouanet, outra diferença importante de ser ressaltada é a introdução do que chamou-se de captador de recurso (Barbalho, 2007), que servia de intermediário entre o artista e as empresas que disponibilizavam-se ao financiamento. Essa é uma clara tentativa de tentar expandir e descentralizar os recursos disponíveis de renúncia fiscal, mas ainda assim falamos em lógica de mercado e sabendo-se que os maiores financiamentos vinham de grandes empresas, os projetos viabilizados, não fugiam do eixo Rio-São Paulo, com grande visibilidade, apelo comercial forte. Mesmo com algum esforço de divulgação da lei por outras regiões do país, em fóruns empresariais (Barbalho, 2007), a cultura não era vista como um negócio apesar do slogan do ministério da cultura<sup>11</sup>.

Outra diferença importante entre as duas leis é burocratização da cultura. Enquanto na Lei Sarney o clientelismo era evidente, uma vez que os artistas batiam diretamente na porta dos empresários para captar os recursos necessários, e logicamente quem tinha melhor rede, tinha maior possibilidade de acesso, a lei Rouanet, institucionalizou-se de tal forma que além da figura do captador de recursos, cada vez mais era necessária uma estrutura de assessoria que os pequenos projetos não possuíam nem mesmo na saída, tornando cada vez mais difícil o acesso para projetos manifestamente pouco rentáveis, porém com valor cultural.

Este ponto é o essencial para perceber como a questão da identidade nacional começa a ser questionada e que abordagem de cultura o Estado esta abordar (Barbalho, 2007).

## **2.4 Contextos Políticos e o princípio da Era Lula**

O que estava em questão nas eleições de 2002 era algo maior do que a eleição de um presidente, não que isto já não tivesse peso suficiente, porém, o país estava inserido numa política neoliberal de 8 anos, com uma crescente diminuição do Estado. Por outro lado, o fantasma da ditadura já não se fazia presente, a democracia no país parecia algo concreto, a constituição de 1988, apesar de todas as questões que pode-se levantar, é uma constituição que busca garantir e levar o direito e as liberdades de uma ponta a outra da sociedade, mesmo que dentro de suas limitações (Schwarcz & Starling, 2015).

Somente nesse contexto político e social é possível pensar que um candidato como Lula teria oportunidade de concorrer ao cargo de maior poder numa federação e com reais

---

<sup>11</sup> Cultura é um Bom Negócio foi uma cartilha criada pelo Ministério da Cultura com o objetivo de explicar aos empresários e setor privado de modo geral como funcionava o sistema de renúncia fiscal e os procedimentos para o investimento em cultura, mostrando-lhes as possíveis vantagens de poderiam tirar a Lei de renúncia fiscal (Rubim, 2007).

possibilidades de vitória, vide as sucessivas derrotas nas eleições anteriores, onde a justificativa era exatamente a fragilidade democrática que tal candidatura representava para uma parte da população e políticos.

A eleição e o governo de Lula a partir de 2003 é bastante simbólica no que trata da questão das lutas de classe no país, a campanha dos adversários de Lula, por exemplo, tentavam transmitir a população um discurso muito parecido com os militares: o medo do avanço comunista no país, um possível revanchismo de esquerda.

Na prática o primeiro governo de esquerda no país, traz uma gestão focada “combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade social e a expansão da inclusão social” (Schwarcz & Starling, 2015:511), através de programas como o polêmico Bolsa Família, que tinha como objetivo a transferência direta de renda com foco nas populações mais carentes, Fome Zero, entre outros. Um dos resultados desses esforços é a saída do país do mapa da fome em 2014, um relatório criado Food and Agriculture Organization, uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Através de dois mandatos, entre 2003 e 2009, os avanços do Partido dos trabalhadores trazia uma forma inédita de governo para boa parte da população que historicamente nunca esteve no centro do olhar dos governantes, e aqui não se fala somente das políticas de combate à pobreza, mas também em outros setores, como as relações exteriores, onde por muito tempo o país esteve sob olhar atento de sua gestão, como no setor da cultura que é o tema que mais nos interessa aqui.

### **2.4.1 Um novo olhar para a cultura**

Os dois mandatos de Lula, no que toca a estrutura ministerial é bastante sólida e estável. A frente do Ministério da Cultura temos duas figuras importantes na estruturação da abordagem da cultura pelo Estado.

No primeiro mandato temos Gilberto Passos Gil Moreira, mais conhecido por seu nome artístico Gilberto Gil, músico mundialmente conhecido e com um histórico de ativismo político e social bastante forte, é Gil que toma para si a responsabilidade de restabelecer a relação da cultura com o Estado, construindo políticas que fossem de Estado e não apenas de governo. No segundo mandato, o cargo de ministro é ocupado por Juca Ferreira, um sociólogo historicamente envolvido com movimentos sociais desde época anterior à ditadura, líder do movimento estudantil à época e ativista também em questões ambientais.

Pode-se afirmar que somente neste momento a cultura é vista como algo essencial na sociedade e inerente ao governo, porém que o Estado era responsável por criar condições para que a cultura não só pudesse existir, não só como parte da sociedade, mas como política pública essencial longe da relação estabelecida até aquele momento, e tão à merce do mercado.

A forma como as políticas foram formuladas, e a sua relação com a sociedade será mais desenvolvida nos seguintes capítulos de forma mais aprofundada, tanto pelo conceito de cultura, tanto no que tange a questão política.

#### **2.4.2 Avanços estruturais com hábitos do passado**

São inegáveis os avanços sociais, económicos e políticos da Gestão Lula, contudo, mesmo com uma base aliada bastante abrangente, com os movimentos sociais dispostos a colaborar na construção de um governo, a corrupção seguiu como as estruturas mais complexas de serem ultrapassadas.

A estrutura das leis avançavam em ser mais efetiva nas punições nesse tipo de crime, seja no setor público ou privado, as instituições avançaram na independência de suas investigações. Mas mesmo assim, o fenómeno não é reduzido na sua raiz. Atingindo bem de perto a cúpula no governo, um caso amplamente divulgado foi o Mensalão<sup>12</sup> que, segundo Schwarcz e Starling (2015:513) era “ o pagamento mensal a deputados de diversos partidos para compra de apoio parlamentar ao governo”. Apesar, do mal-estar no causado no governo, uma vez que dirigente de alto escalão do partido dos Trabalhadores e da base aliada viam-se envolvidos, a independência das instituições manteve-se, seus responsáveis condenados através de um desgastante julgamento acompanhado por todo o país, uma vez que eram transmitidos pela televisão.

Ao mesmo tempo, que o processo do Mensalão desgastou de certa forma o governo, o desgaste não foi suficiente para impedir a reeleição de Lula. Pode-se dizer inclusive que, a independência das instituições naquele momento, a não tentativa do governo de impedir os processos, a sequência nas políticas do governo, foram a base para a reeleição. Mesmo que essa fórmula não funcione para sempre.

---

<sup>12</sup> Mensalão foi o nome pelo qual ficou conhecido um escândalo de corrupção que envolvia compra de votos de parlamentares, as proporções de tal caso estava diretamente por envolver o alto escalão do governo do Partido dos Trabalhadores (Schwarcz & Starling, 2015).

# CAPÍTULO II: CULTURA

## 1. A diversidade do conceito de cultura

O conceito de cultura é bastante abrangente e tem usos diversos de acordo com cada sociedade e interesse. Nas ciências sociais é dos campos mais discutidos exatamente por ser base de muitos experimentos, construções sociais e determinismos no decorrer da história das sociedades. Quando colocada em perspectiva é essencial construir uma delimitação real do que se pretende tratar com este conceito, pois para cada campo que se aplica suas leituras constroem desdobramentos diversos.

Deste modo abordaremos alguns conceitos de cultura desenvolvido nas ciências sociais buscando entender como tais referências estruturaram pensamentos para definir políticas, processos de hierarquização sociais tendo a cultura como paradigma.

Tomando como ponto de partida a cultura brasileira, torna-se inevitável reter um olhar mais atento a ideia de cultura como um processo civilizatório e fortemente alicerçado no etnocentrismo, quando falamos da cultura como civilização, busca-se falar basicamente da cultura como ação do homem sobre a natureza, e definir o etnocentrismo é essencial para entender como se processa esta ação e aqui, perceber como o mosaico cultural brasileiro se constituiu.

Segundo Rocha (1988), etnocentrismo coloca uma determinada cultura sempre em perspectiva de outra, utilizando-se desta para legitimar a ideia não só de superioridade, como a ideia de dominação. Esse conceito desenvolveu-se bastante segundo por influência da teoria da evolução de Charles Darwin, onde Tylor (1977) transfere a ideia da teoria das espécies para o campo social, assim desenvolve a ideia de que existe uma cultura única, porém com povos em diferentes estágios de evolução. Assim, tínhamos culturas primitivas, culturas civilizadas, onde esta segunda estava mais próxima da ideia de uma cultura avançada e/ou perfeita.

Posto isto, percebe-se que o etnocentrismo possui um caráter desequilibrado nas relações de poder, é aqui que se constitui a hierarquização cultural com um carregado juízo de valor, capaz de gerar uma série de preconceitos que facilmente se enraízam no tecido social. Pode-se afirmar, por exemplo, que todo o processo de colonização, escravidão no Brasil, deu-se tendo como base um olhar etnocêntrico para essas novas terras que eram descobertas. Assim como o processo, a relação estabelecida com a população nativa se estendendo pelo regime escravocrata.

Na contramão deste conceito que perdurou por muito tempo e ainda é estruturante em muitos pontos da nossa vida social, temos o conceito de Franz Boas (1996) do relativismo cultural que entende a cultura como processos independentes, diz que cada cultura possui sua historicidade, não sendo possível analisá-la tendo como base uma outra cultura senão, ela mesma. Boas (1996) tece críticas ao sistema antropológico vigente, pois relacionava

raça/cultura e raça/linguagem. Um dos pontos mais críticos era a construção não linear do processo cultural, ou seja, a cultura como um processo complexo e autônomo que, não estava relacionado a ideia de determinismo que se propagava. Cada cultura possui um sistema próprio e que vai responder de forma diversa dependendo de uma série de fatores entre eles meio ambiente, história social das gerações anteriores, entre outros fatores (Boas, 1996).

Dentro deste processo, entretanto, mais do que o seu aspecto histórico, interessa-nos aqui o desenvolvimento do seu aspecto relacional, onde esta produz e se reproduz no processo de construção de identidades, sendo essas identidades não algo interno, mas sim que está em relação a sociedade e os indivíduos. Hall (2006), defende que o sujeito moderno agrega sobre si diversas identidades que se adequam de acordo com o contexto em que o indivíduo está inserido. Este conjunto de identidades não misturam-se ao ponto de massificarem-se e tornarem-se um único produto, antes sim constroem um mosaico que com o movimento formam um espectro de desenho único, apesar de não serem.

Estes conceitos são essenciais para perceber a construção cultural e de identidade cultural brasileira pois esta é “construída na fronteira (...) - resultado de uma mistura original entre ameríndios, africanos e europeus-, e efeito de práticas discriminatórias, já centenárias, mas que ao mesmo tempo, levam à criação de novas saídas” (Schwarcz & Starling, 2015:16), aqui observa-se um outro processo de construção cultural bem específico onde as identidades não só se sobrepõe como misturam-se criando novas identidades que não é a primeira, nem a segunda, mas uma outra, este processo foi descrito e trabalho bastante na literatura por Oswald de Andrade, em seu Manifesto Antropofágico que, fundamentou a antropofagia cultural<sup>13</sup>. Schwarcz e Starling (2015:17) ressaltam que a identidade cultural brasileira é plástica “elas representam respostas dinâmicas diante de diversas situações” e que por isso encontram uma forma, mesmo que questionável de existir.

Após esse apanhado das questões mais centrais do conceito de cultura que nos interessa aqui, e perceber como a questão da identidade cultural é estruturante na cultura brasileira. Observaremos a cultura sob duas perspectivas relacionais na sociedade brasileira.

A primeira é ideia do popular na cultura, desenvolvida principalmente por Gramsci (2001), onde a partir da crítica da visão etnocêntrica da cultura, que em sua perspectiva cria uma hegemonia cultural, relacionando-a com outros aspectos como a cultura política. A segunda é o conceito de cidadania cultural de Marilena Chauí que, desloca o poder do fazer a cultura da classe dominante, assim como do poder público.

---

<sup>13</sup> Movimento iniciado nos anos 30 do século passado que defendia que a origem cultural e social Brasileira construía uma outra forma de lidar com suas heranças culturais e com a interferência de outras culturas (Schwarcz & Starling, 2015).

## 1.1 O popular na cultura

Segundo a definição da UNESCO de 1989, a cultura popular ou tradicional é “conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e valores [que] se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes” (UNESCO, 1989: 2) Contudo a questão da cultura popular possui muitas outras camadas que devem ser discutidas, até mesmo para perceber-se como ocorre essa separação entre popular e erudito, inclusive a razão pela qual a cultura popular necessita de diversas formas de proteção para a sua manutenção.

Ao analisar o popular na cultura Gramsci (2001), tem como objetivo criar estruturas práticas e construir comportamentos que visem oferecer consciência do seu fazer as populações exploradas num sistema hegemónico “E preciso elaborar sobre isso um projeto orgânico, sistemático e argumentado. Registro das atividades de caráter predominantemente intelectual. Instituições ligadas à atividade cultural. Método e problemas de método do trabalho intelectual e cultural, seja criativo ou divulgativo. Escola, academia, círculos de diferentes tipos, tais como instituições de elaboração colegiada da vida cultural. Revistas e jornais como meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura” (Gramsci, 2001:32).

Perceber que a cultura esta na estrutura do fazer de uma sociedade e que ela é essencial no caminho do empoderamento de grupos sociais é a principal ideia de Gramsci. Contudo, como salienta Chauí (2006), a cultura não pode ser vista como um meio para alcançar um objetivo, como vimos no decorrer do capítulo anterior, onde a cultura foi extremamente instrumentalizada como se esta não fosse importante por si só, capaz de produzir subjetividades próprias, mas não estanque, ou seja, a cultura é viva na sua raiz, e qualquer intervenção deve ter como objetivo a manutenção da possibilidade desta construir sua própria subjetividade.

### 1.1.1 Cultura Popular x Folclore

Para perceber o conceito do popular na cultura, antecipadamente, é necessário reconhecer que a diferenciação do popular e do erudito é uma separação estruturalmente de classe. Chauí (2006:13) desataca que a cultura e as artes distinguem-se entre os dois pontos principais: a erudita (ou de elite), própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, e a popular, própria dos trabalhadores urbanos e rurais.”. Matta (1981) complementa essa ideia defendendo que em muitas sociedades a cultura é vista como um bem de consumo, na qual a única forma de ser adquirida é de forma financeira, sendo assim, pessoas que não tem capacidade financeira de adquirir tais “produtos culturais” produzem uma arte menor, ou

mimética da classe dominante (Chauí, 2006), ou seja, a cultura popular seria uma espécie de cópia mal feita do que a cultura erudita produz com perfeição.

Matta (1981) enumera ainda como essa cultura pode ser adquirida na forma de posse, nível acadêmico, a quantidade de livros que possui ou leu, tipo de informação a que o indivíduo tem acesso, avança inclusive, em dizer que “chega até mesmo ser confundida com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência) fosse algo a ser medido ou arbitrados” (Matta, 1981:1).

Aqui abraçaremos o conceito de cultura popular, sim, como cultura produzida pelas classes populares da sociedade, mas que possui uma linguagem própria, que não necessariamente relaciona-se com a cultura hegemônica no sentido da cópia e sim, como estrutura de poder que pode ser instrumentalizada.

Assim chegamos ao conceito de folclore, visto por Gramsci como “um enrijecimento dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar” (Gramsci, 2001:209), as maiores críticas ao conceito de folclore dão-se por este reduzir os diversos aspetos da cultura de um povo, acabando por ser extremamente tradicionalista. No Brasil, por exemplo, foi utilizado como forma de forjar uma identidade nacional, através de símbolos cristalizados da cultura europeia, africana e indígena, reduzindo-as aos pontos de convergência, apagando qualquer ponto de conflito.

Ao ponto em que a cultura popular foi instrumentalizada como ponto de transformações em outras épocas, esta é vista como algo vivo e presente, capaz de transformação social. Chauí (2006) critica essa instrumentalização pois transforma a cultura popular em dogmática, abrindo espaço para a cristalização e transformando-a em folclore.

Contudo a cultura popular assim, viva e presente não tem, como o folclore, suas arestas aparadas em relações de conflito com outras culturas, fazendo-se necessário observar e perceber como estas relacionam-se e como uma promoção da mesma percebe esses conflitos.

## 2. Abordagens políticas de cultura

Quando se pensa na questão da construção de políticas públicas, seja pensando no macro, seja no micro, é necessário ter como ponto de partida uma série de fatores que só podem ser analisados no próprio terreno.

De modo geral a abordagem do Estado em relação a cultura podem variar e desenvolver concepções bastante distintas, o papel do Estado torna-se central nestas abordagens e é responsável pela viabilidade, mas também pela invisibilidade de culturas como um todo. Assim, torna-se necessário relatar como cada abordagem relaciona-se com as construções de políticas culturais.

Chauí (2006), desenvolve um conceito de cidadania cultural, aplicado por ela mesma durante a gestão de Luiza Erundina na cidade de São Paulo, quando atuou na secretaria de cultura em 1990, através de um mandato do Partido dos Trabalhadores. Este conceito tenta retirar da lógica mercadológica, até mesmo da lógica de estado o conceito de cultura. Trata-o como algo inerente ao ser humano e participa apenas como um mediador, mas não um mediador entre a cultura e o mercado, mas sim do indivíduo com a sua capacidade de fazer. Mais a frente aprofundaremos tal conceito e veremos como este é possível de desenvolver-se no terreno. Antes, trataremos de outras abordagens de cultura relacionando-as diretamente com abordagens diversas das políticas de Estado no decorrer da história do Brasil, a partir da Era Vargas.

### 2.1 Abordagem da cultura oficial

Como o próprio nome diz, nesta abordagem, próprio Estado torna-se central na produção cultural, “determinando para a sociedade formas e conteúdos culturais definidos pelo grupo dirigente” (Chauí, 2006: 67), aqui a cultura tem um objetivo muito definido que assenta em afirmação ideológica, buscando legitimar o próprio Estado através da cultura.

Característico em períodos em que o Estado possui abordagens mais musculadas de poder, que no Brasil é bastante claro no período ditatorial. Rubim (2007) critica a aproximação questão do autoritarismo com a cultura, porém, quando percebe-se que o Estado tem como objetivo, um forte controlo social, a aproximação e controlo da cultura torna-se estruturante.

Enquanto a estruturação do Estado em relação a cultura, em outros períodos pode ser tida até como displicente, na abordagem oficial, ela possui uma estrutura bastante fechado, que tem como objetivo total controlo sobre sua produção, e difusão, pois é vista como um perigoso mecanismo de produção de ideologias.

Num país tão grande e com uma diversidade cultural proporcional, este controlo deu-se de diversas formas, fosse na criação comum de uma identidade brasileira única, utilizadas também em outros períodos também, como no século XIX quando da proibição do idioma Tupi no país sendo a obrigatoriedade do português, na criação de instituições ligadas ao Estado

que visam a censura da produção cultural no período militar, entre outros (Schwarcz & Starling, 2015).

O conceito de cultura associado ao folclore, nesta altura foi extremamente importante no alicerce desse paradigma. Durante a ditadura, por exemplo, algumas tentativas de criação de um ministério da cultura, fracassaram, mas o Programa de ação cultural (PAC), coloca diretrizes importantes para o desenvolvimento da cultura, porém apesar de falar já sobre diversidade, tem como base uma fundamentação católica, com grande viés moral, ou seja, encaixavam-se todas as manifestações que conseguissem conciliar-se com estas diretrizes estruturantes (Schwarcz & Starling, 2015).

## 2.2 Abordagem populista

De caráter pedagógico, a abordagem populista tem o Estado como o espaço de seleção onde este decide, separa e cataloga criando a separação entre cultura popular e a cultura de elite. Aqui a cultura popular, muito mais ligada ao conceito do folclore ganha uma aura de pureza enquanto a de elite é rechaçada como algo excessivamente influenciável e descaracterizada.

Assim o Estado tem um papel sociopolítico funcionando como um tradutor “para um nível de consciência maior e mais claro a função pedagógica da cultura popular e a sua missão redentora” (Chauí, 2006: 68), seja das camadas mais populares para as elites, seja das elites para as camadas mais populares. O conceito de folclore aqui é até mais adequado, uma vez que assumimos a cultura popular com um espectro mais vivo e relacionado ao contraponto da luta de classe. O folclore é mais estanque, mais figurativo, logo, mais fácil de ser assimilado.

A década de 1950 até meados dos anos 60 demonstram bastante como deu-se esse processo no Brasil, onde o então presidente Juscelino Kubitschek com um grande projeto de desenvolvimento do país interfere de forma bastante profunda nos hábitos sociais, o Brasil, um país extremamente desigual. Schwarcz e Starling (2015:424) reforçam tal realidade ao dizer que “uma parte do Brasil era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviviam no mesmo país”.

Esse momento é marcado por uma redescoberta de ambos os lados e um desejo de construção de uma identidade nacional agregando as polaridades sociais. De tal forma que cria o próprio Estado Instituto com essa finalidade o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) (Schwarcz & Starling, 2015), que tinha por objetivo principal construir uma alternativa de modernidade que se diferenciava do modelo americano. O Iseb era composto por um leque abrangente de participantes entre estudante, políticos, intelectuais e artistas, ali produzia-se um vasto trabalho técnico e teórico que embasava a administração do então presidente Juscelino.

No campo das artes, por exemplo, há uma forte construção estética a partir dessa forma de perceber o outro, ao que chamaram de “uma dramaturgia verdadeiramente brasileira” (Schwarcz & Starling, 2015:425), no entanto a construção dessa estética é bastante

controlada, como cita Schwarcz e Starling (2015:426 e 427), sobre o caso do filme Rio 40 graus que foi censurado, por mostrar a periferia da cidade de um modo que não era propriamente interessante “a condição da vida da população favelada, abordada com delicadeza, sem preconceitos, num tom de realismo até então inédito, sem abrir mão da sutileza e da imaginação da plateia”. Em contraponto ao Rio 20 graus temos a Bossa nova que remetia exatamente o contrário, uma juventude feliz, com forte valorização de um Brasil solar, mas que tinha sua fonte de inspiração a música produzida na periferia. Curiosamente, os dois deram origem a movimentos distintos do que suas origens diziam, enquanto Rio 40 graus foi base para o Cinema Novo, uma estética cinematográfica bastante elitizada, a Bossa Nova alimenta muitos movimentos musicais que virão a na década seguinte como o Tropicalismo e os afro-sambas.

De qualquer forma, o que se percebe é que a abordagem populista com seu ideal de uma identidade única para o país acaba por não abraçar a totalidade da diversidade que as sociedades são capazes de desenvolver.

### **2.2.1 Cultura e educação**

Essa percepção do Estado como um tradutor da cultura é bastante salientada com a entrada da cultura como um ministério, não ainda importante por si só, mas como uma base para a educação. Observa-se a partir de 1953 educação sair do campo da saúde para relacionar-se com a cultura (Calabre, 2007).

Chauí (2006:106) afirma que, “em seu sentido antigo, a cultura era o aprimoramento da natureza humana por meio da educação entendida em sentido amplo, isto é, como formação de crianças pela iniciação vida da coletividade, por meio do aprendizado de música, dança, ginástica, arte da guerra, gramática, poesia, oratória, lógica, história, filosofia” sentido antigo, porém readaptado na concepção populista.

Não é por acaso que essa abordagem é a base da criação do partido comunista, base do movimento estudantil e conseqüentemente do Centro Popular de Cultura (CPC).

A cultura e a educação funcionam como um princípio domesticador da capacidade de transformação da cultura. Vide as abordagens que estas tinham com o que se chamou por muito tempo, cultura nacional. Por exemplo, a capoeira começa a ser ensinada nas escolas na era Vargas, porém não com todo seu potencial social, histórico, mas como uma atividade de ginástica, sem em nenhum momento ser tratada como uma manifestação de resistência da população negra durante os anos da escravidão e após esta (Costa, 2010). Assim a cultura, mais precisamente o folclore fica restrito ao universo infantil e folclórico. Uma vez essa visão estabelecida, toda a produção cultural molda-se para que esta tenha um mínimo espaço de existência e permanência.

## 2.3 Abordagem Neoliberal

Na abordagem neoliberal, a relação com o mercado e a indústria cultural é de confiança onde o Estado reduz seu papel, entregando a responsabilidade de difusão, e gestão à iniciativa privada. Ao Estado cabe apenas sua relação com o património histórico, principalmente o material.

A abordagem neoliberal caracteriza o Estado de forma deformada como um legalizador da relação da cultura com o mercado. Sua participação assenta na formulação de leis que criem diretrizes para a organizar esta relação. Contudo, quando falamos sobre um Estado legalista de forma deformada, tem como perspectiva que a forma como a abordagem neoliberal foi aplicado no Brasil ainda se utilizava de financiamento público, onde a iniciativa privada somente ditava onde tal dinheiro será aplicado, como na Lei Sarney e a Lei Rouanet.

Sua aplicabilidade no Brasil criou uma série de questões complexas no que tange ao mercado e o circuito cultural não rentável no mercado do capital. Assim, observava-se uma deformidade regional forte, uma vez que as regiões historicamente mais desenvolvidas concentravam a maior parte do financiamento e visibilidade, sobrepondo-se a qualquer produção ou tentativa de produção em outras regiões.

O caráter legalista do Estado coincide com a abertura democrática do país, com a criação do ministério da cultura com perspectiva independente (Calabre, 2007), e curiosamente mesmo quando o ministério é extinto <sup>14</sup>, sua forma legalista não sofre abalos, uma vez que esta era a única política pública realizada naquele momento.

Chauí (2006:68) aponta os principais pontos de falha nesta abordagem ao afirmar que a lógica do mercado cultural assenta em “consagrar o consagrado”, gerar visibilidade para a marca de quem financia, e ainda mais grave “alimenta privilégios e exclusões” (Chauí, 2006:68). Não seria preciso uma análise profunda perceber que em termos de financiamento de projetos culturais a região do Rio de Janeiro-São Paulo arrematavam a maior parte dos recursos.

### 2.3.1 Mercado cultural na abordagem neoliberal

Acima observamos como a abordagem neoliberal possui interesses paralelos ao que a cultura necessita e que nesse panorama o Estado delega seu papel essencial acreditando que o mercado é capaz de regular por si só a atividade e difusão cultural. Chauí (2006:68), por exemplo, fala que o Estado “acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada não só como parceira principal das atividades culturais, mas sobretudo como modelo de gestão, isto é, como culminância da cultura administrativa”. Contudo, Porto (2007) vai mais fundo nas críticas e afirma que esta lógica assenta única e exclusivamente nos interesses das empresas financiadoras, para justificar isto, retoma o avanço das empresas do terceiro setor

---

<sup>14</sup> Período da gestão de Fernando Collor em que não existia ministério da cultura. Entre Março de 1990 e Dezembro de 1991 (Calabre, 2007).

diretamente ligadas ao setor financeiro, ao crescimento exorbitante do setor de marketing cultural dentro das grandes empresas.

Percebe-se que a instrumentalização da cultura aqui se dá de uma forma distinta onde cultura se sustenta como ação preferencial de comunicação e marketing, bem distante da ideia da cultura como via de desenvolvimento ou instrumento de transformação social.

O crescimento do chamado terceiro setor a partir da década de 1980 numa sociedade extremamente desigual como o Brasil exige do Estado muito mais do que apenas renúncia fiscal como financiamento cultural, é preciso que políticas existam, direcionando quem recebe, onde ela é aplicada e com que finalidade.

As demandas em territórios hostis exigem mais do que um espaço, as frentes devem ser múltiplas, e o terceiro setor não dão conta de todas as demandas, ficando muito mais propensas a serem cooptadas e absorvidas pelos problemas locais.

## 2.4 Cidadania cultural

Um dos pontos de partida da cidadania cultural assenta na recusa do controle do Estado sobre a cultura assumindo que o Estado não é nem deve ser produtor de cultura, logo, também não é capaz de classificá-la como popular ou de elite. Desta forma, retira a cultura da lógica de mercado neoliberal lidando com “a cultura como direito dos cidadãos, sem confundir os com as figuras do consumidor e do contribuinte.” (Chauí, 2006: 69), busca retirar de cada concepção suas supostas vantagens.

Assim pode-se dizer que a cidadania cultural tem uma concepção mais próxima da visão antropológica do que a das belas-artes, ou seja, trata de um fazer muito mais amplo do que somente a arte acadêmica, uma cultura ligada mais a “elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos” (Chauí, 2006: 72)

Outro ponto importante é a questão da democratização da própria cultura, como um ponto ainda muito estabelecido como algo material, a ideia de cultura para todos os cidadãos de forma plena, priorizando a reestruturação de privilégios e exclusões. Aqui ocorre a desestruturação da concepção populista, de hierarquização da cultura, porém sem perder a ideia de que a cultura pode e deve ser para todos, e a mediação de como elas se organizam acontece de forma espontânea.

Por último, a transversalidade da criação, baseada no trabalho de inteligência, sensibilidade, memória, reflexão, etc. Aqui neste ponto valoriza-se novas formas de observação e principalmente transformação da realidade em suas diversas dimensões. Assim, a produção artística descola-se do ser etéreo ligado a uma inspiração sobrenatural, e liga-se ao “trabalho no sentido dialético” (Chauí, 2006: 72), com processos sistemáticos, práticas definidas, porém com descobertas de novas significações da experiência artística.

O arremate desta concepção dá-se na definição do cidadão, todos eles, “como sujeitos sociais como sujeitos históricos” (Chauí, 2006: 72) produtores de memória social, mas também de memória histórica como uma característica indivisível. Entende-se que somente

desta forma, memória na sua concepção mais atual pode sobreviver e permanecer viva, uma vez que renova-se e atualiza-se na sociedade.

### 3. Cultura como história

A construção da relação de cultura e património está diretamente ligada a ideia de cultura e história. Nela a cultura passa a significar “a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com outros humanos e com a natureza” (Chauí, 2006:47) e estabelece um princípio de aprimoramento da sociedade.

Apesar de diversas abordagens da relação cultura-história, a que nos interessa mais aqui e a desenvolvida por Marx (Netto, 2009) que refuta esta relação de aprimoramento social de forma idealizada, onde a organização do trabalho, a organização económica, e a divisão social influenciam diretamente na produção da cultura-história.

Chauí (2006:108) reafirma que essa questão está diretamente inserida na sociedade e “lutas reais de seres humanos reais que produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, isto e produzem e reproduzem relações sociais”, sendo assim, a leitura social está na base da análise da cultura.

#### 3.1 Património Cultural

A inserção do património cultural, neste contexto, está ligada ao materialismo defendido por Marx (in Netto, 2009), onde a história social, ao trabalho e também a memória, constroem uma ponte entre o passado e o presente.

Em património cultural, na sua conceção mais clássica estão inseridos monumentos, edificações, documentos, objetos etc (Chauí, 2006). Apesar de toda a materialidade, a valorização de um património cultural dá-se pela sua força simbólica, ou como ressalta Chauí (2006:58) “por seu poder para ligar o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, destinado exclusivamente à visibilidade e à contemplação”.

Trazendo para o campo das práticas políticas, as primeiras estruturas que tratavam da questão do património cultural datam da Era Vargas, na gestão de Mário de Andrade no departamento de cultura da prefeitura de São Paulo e Gustavo Capanema com a criação do Serviço de Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que tinha como função a preservação do património nacional, porem este património tinha uma base bastante elitizada como salienta Rubim (2007:17) “preservação de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental”, aqui já se observa uma tendência de criação de hegemonia cultural. Esta instituição foi uma primeira versão do que hoje é o Instituto de Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que tem sua função mais ampliada e atualmente é subordinado ao Ministério da Cultura.

## 3.2 Memória e patrimônio cultural imaterial

Para conceituar a memória no contexto da cultura Bosi (1979:13) diz que “a memória é a reserva que dispõe a totalidade das nossas experiências”, aqui ela é vista como uma espécie de depósito onde informações são acessadas para as mais diversas atividades individuais e coletivas. Já Tomaso (2012) afirma que a memória e a sua manutenção é o que assegura o sentido aos objetos, sem a qual, esses objetos estariam esvaziados de sentido. Entretanto, quando falamos de minorias étnicas, de sociedades baseadas na cultural oral, por exemplo a preservação da memória torna-se ainda mais essencial pois sua durabilidade é limitada e seus sistemas de transmissão são frágeis.

Ao tratar de memória é necessário diferenciar a memória comunicativa e a cultural, a primeira estritamente ligada à oralidade, muito mais frágil e passível de ser perdida e a cultural que tem um carácter mais institucional, possui uma estrutura mais formatada, com meios de transmitir-se de forma geracional. Não haverá aqui distinção com juízo de valor de nem de uma nem de outra uma vez que estruturalmente são distintas e com necessidades sistematicamente diversas.

A constituição da memória cultural evoca uma série de manifestações que que constituem a herança simbólica entre elas pode-se citar, por exemplo, escrituras sagradas, celebrações, ritos entre outros.

Contudo, quando entramos na questão da memória, ainda observa-se uma visão bastante desfasada de como ela desenvolve-se e até mesmo como mante-la viva. Chauí (2006) resume bem essa questão, afirmando que a forma como ela é tratada lhe garante apenas uma sobrevivência, pois normalmente está descolada do seu contexto social, artístico e de pensamento, trazendo uma outra subjetividade muito distinta da sua função real.

O maior problema dessa abordagem de memória apontada por Chauí (2006) é que ela é facilmente ficcionada, “seus ascendentes e descendentes, isto é a unidade e a continuidade interna às obras, que lhes permite ter uma história. Oferece à contemplação a história do morto, ou seja, do consagrado e oficial (...)” (Chauí, 2006: 121). De outro modo a memória, que está diretamente ligada a história torna-se uma história determinada, com apenas uma perspectiva irretocável.

Assim a manutenção dessa memória como um campo vivo e fértil, capaz de garantir continuidade precisa ser pensada dentro da lógica cotidiana, assegurando os direitos dos seus atores principais. Então o direito a memória está diretamente ligado ao direito a cidadania e manutenção dos modos de fazer das populações e grupos sociais. A garantia de manutenção dessa memória como terreno vivo e fértil passa por reconhecer a diversidade cultural como algo intrínseco, perceber as fragilidades em os pontos mais fortes que são diferentes de acordo com cada manifestação.

A ideia de memória como um direito é contemporânea a criação da carta dos direitos Humanos na sua primeira geração, logo, ligada à geração que trata dos direitos civis (Vários, 2011), este transita no espaço do individual e coletivo ao mesmo tempo. Onde os indivíduos

percebem-se como seres individuais que pertencem a um todo coletivo. Para tal a UNESCO, em relação a memória, é responsável por garantir essa continuidade, através de diversas estratégias, com o objetivo de garantir a continuidade e ligação dessa memória através do tempo e sociedades.

Através da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003, busca-se “promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspetos físicos se constitui a cultura de um povo (...) tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspetos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo.” (UNESCO, Representação da UNESCO no Brasil, 2016), ou seja, a memória cultural é o principal alvo de proteção e trabalho quando falamos de patrimônio imaterial e essa memória é que garante sentido ao patrimônio material.

### **3.3 A questão do patrimônio imaterial no contexto brasileiro**

A relação das políticas para cultura brasileira como visto anteriormente sempre estiveram muito ligadas ao patrimônio material ou o que habituou-se chamar de patrimônio de “pedra e cal” (Costa, 2010), na perspectiva de preservar a presença europeia no país, por esta razão, as construções de cunho religioso sempre tiveram um lugar muito importante nesse processo. Porém quando tratamos de patrimônio imaterial, percebe-se que sua raiz está fortemente ligada a preservação da memória africana e indígena, culturas essencialmente ligadas a oralidade e manifestações ligadas a cultura do corpo, sendo essas duas de uma dificuldade imensa de apreensão.

Aqui convém tratar de um tema extremamente delicado, mas que é estrutural na análise das políticas de patrimônio imaterial e ela assenta no racismo estrutural e institucional no país que desde sempre tentou, através da cultura e outros meios, invisibilizar e criminalizar qualquer manifestação de matriz africana ou indígena. Costa (2010) destaca o exemplo da capoeira que, no início do século XX sua prática era considerada crime de vadiagem, uma vez que esta desenvolveu-se no contexto das senzalas por negros escravizados e que após a abolição praticavam-na nos espaços que lhes eram reservados viver, sendo este espaço, muitas vezes o espaço da rua. Outros exemplos podem ser destacados como por exemplo, ainda no início do século XX, o crime de feitiçaria que era basicamente aplicado aos terreiros de candomblé, a proibição de comunicar na língua tupi guarani no século XVIII, sendo esta a língua principal falada no país em detrimento ao português.

No caso da capoeira, foram 50 anos de criminalização, porém séculos de estigmas, o candomblé apesar de já não ser considerado crime de feitiçaria, seus praticantes são perseguidos até os dias de hoje, tendo que esconder suas práticas em contexto de trabalho, familiar entre outros. Assim, o caminho que se seguiram para tais manifestações foram o

desaparecimento ou a resistência seguido em contextos bastante específicos como, por exemplo, ligado a educação.

Somente no final do século XX praticamente século XXI, com a constituição de 1988 que o património imaterial ganha espaço no contexto da cultura nacional, mesmo que somente de forma teórica. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso no ano 2000, ou seja, quase século XXI que, por decreto, institui-se o registro de património imaterial dividido em livros a saber: formas de expressão, celebrações, lugares, saberes (Costa, 2010). A construção de políticas, entretanto, só foi possível dentro da nova visão de cultura apreendida pelo Estado brasileiro, entretanto é essencial reconhecer a importância de tal inventário que constitui-se como um mapa geral das identidades do país. Neste contexto a primeira a ganhar status de património imaterial foi a capoeira, que em 2008 foi tombada em dois livros como forma de expressão e pela constituição das rodas de capoeira e como saberes, protegendo o papel do mestre de capoeira, em 2014 a capoeira entrou para o catálogo dos património imaterial da humanidade pela UNESCO.

O reconhecimento dessas manifestações como património lhes confere caráter de preservação de seus espaços de prática, fomenta estudos sobre sua existência e resistência, constrói caminhos para sua preservação, mas principalmente, promove a visibilidade de seus praticantes.

### **3.3.1 Jongo como patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro**

Com o mesmo contexto da capoeira e do candomblé, o Jongo passou pelo século XX, resistindo e tentando de alguma forma construir espaços de resistências, assim como a capoeira foi tombado pelo IPHAN em 2005 sendo o primeiro bem imaterial do Estado do Rio de Janeiro. O Seu contexto estadual dá-se pelas localizações onde surgiu e onde ainda permanece sendo como principal atividade cultural espalhado pelo sul fluminense, mesmo que em contexto urbano alguns lugares ainda preservem tal manifestação como veremos em capítulos a seguir.

O tombamento para as comunidades em que o Jongo está inserido, tem um caráter inédito de protagonismo cultural, pois até então, suas práticas eram consideradas menores ou sem valor em relação ao que se chama de cultura erudita. O reconhecimento pelo Estado que aquele saber é parte constituinte de identidades nacionais traz a oralidade da história de toda uma população à tona, como ressalta Oliveira (2010:3) “A partir da proposta de uma atuação que não se restringe ao nível simbólico, se objetiva reforçar identidades coletivas, a educação e a formação de cidadãos”.

A criação do catálogo do património imaterial, no contexto do jongo, torna-se interessante pois salienta um princípio não de unidade, mas de coletividade de uma memória que se constitui como história recortada e agora oficialmente costurada. Assim, quando se fala do jongo no sudeste percebe-se uma rede de grupos que passam pela cidade do Rio de

Janeiro com o Jongo da Serrinha, o Caxambu do Salgueiro, do sul-fluminense com o Jongo de Pinheiral ou o de São José em Valença e outros grupos de Minas Gerais e São Paulo. Percebe-se que sua unidade de resistência de caráter quilombola e que essa é uma característica muito marcante nessas regiões, sejam na área rural, seja em área urbana.

Como consequência, dessa rede constituída no dia 26 de Julho de 2011, entrou para o calendário oficial do Estado o “Dia Estadual do Jongo”, através de uma audiência pública onde reuniu diversos grupos espalhados pelo Estado. O objetivo da data, é dar visibilidade não só para o trabalho feito, mas também difundir a manifestação, através de estudos, seminários, encontros, etc.

Mais a frente teremos um capítulo específico sobre o Jongo de modo geral e especificamente sobre o Jongo da Serrinha, as consequências e impacto que esse reconhecimento como patrimônio repercute especificamente neste grupo, aqui ficamos apenas com a relevância do mesmo como patrimônio imaterial.

# CAPÍTULO III: HISTORICIDADE DA PARTICIPAÇÃO

## 1. Definições de participação

A participação tem vindo a ser discutida nas mais diversas instâncias dos estudos sociais e nos mais diferentes espaços. Esta sempre fez parte do fazer humano, entretanto quando instrumentalizada e racionalizada constrói para si subjetividades próprias que interagem com esferas diversificadas de poder. Ao buscar neste capítulo uma historicidade da participação, busca-se perceber como ela, enquanto participação coletiva, relacionou-se com as estruturas do Estado e da sociedade e como influenciou e é influenciada no contexto social. Para tal, é importante definir e diferenciar os principais conceitos de participação.

O primeiro ponto que é essencial diferenciar é a questão da participação individual da participação coletiva. O primeiro estabelece sua relação humana em contextos simbólicos bastante específicos. Já a participação coletiva ou ação coletiva, que é a que mais nos interessa, explica a participação num contexto mais global e em estruturas de relações de poder, designado um fenómeno identitário, com uma forte capacidade de representação simbólica, entretanto, sempre dentro de um contexto de sistema social (Guerra, 2006), ou seja, o entendimento da ação coletiva pressupõe um conhecimento prévio do contexto social na qual ela desenvolve-se.

### 1.1 Participação e contextos políticos

Lavalle (2011) diferencia a participação em diversas instâncias, defendendo-a não só como categoria teórica da democracia, mas também como “categoria nativa da prática política de atores sociais” (Avritzer, 2007: 13). Essa ideia, no entanto, não comporta a totalidade da abrangência da participação que trataremos nesse trabalho. A forma como ela é utilizada pelas partes, como esta ganha legitimidade perante seus pares, perante a sociedade, que autoriza essa participação e como esta possui um papel essencial no que tange a sua validação devem ser considerados estruturantes. E para tal, certos pontos são importantes para que essa conceção não se desfaça nos primeiros constrangimentos.

Algumas questões são suscitadas no desenvolvimento atual da literatura sobre participação, tanto no campo teórico, como também na observação e análise dos efeitos que esta possui nas tomadas de decisão. Guerra (2006:8), por exemplo, defende que “participação não é sinónimo de consenso”, ou seja, mais do que encontrar um discurso comum, a participação exige um olhar mais aprofundado sobre as racionalidades dos grupos que o compõem, mas que quanto maior a pluralidade dos atores envolvidos, mais alcance ela possui. Este, certamente, não é um processo simples e, exatamente por esta razão, é

essencial perceber que esta possui níveis e tipos e que influenciam diretamente no peso e na qualidade destas decisões tomadas. Mais a frente, por exemplo, observaremos com este processo se deu no Brasil e como a participação popular transitou para as instituições participativas. Bordenave (2002) defende que, a participação não só é necessária, mas também que esta é uma necessidade humana, pois este indivíduo/sujeito é um ser em constante necessidade de interação social. Essa ideia vai ao encontro, por exemplo, das formas de participação no Brasil no período da ditadura militar, onde apesar da ausência de uma sociedade democrática, a participação encontrou meios de existir.

### **1.1.1 A representação dentro da Participação**

Atualmente muitos discursos concentram-se na crise do sistema democrático, no afastamento e falta de empatia pelos políticos escolhidos para representação, com isso, outras formas de interação são experimentadas para que esse fosso seja reduzido.

Este ponto é crucial para entender a real função da participação dentro da democracia representativa. Um dos primeiros questionamentos acerca da participação e da representatividade passa por entender o que a participação representa dentro da estrutura da democracia representativa, se ela não seria apenas uma reprodução em pequena escala da própria representação, ou se de fato essa participação consegue penetrar nas estruturas de poder influenciando-a internamente. No entanto, Avritzer (2007) diferencia a representação parlamentar da participação, pois traçam caminhos distintos. A representação parlamentar atualmente possui sistemas estabelecidos com mecanismos de controle rígidos, mas com caráter bem generalista quando se trata de temas, possui uma abrangência territorial forte, porém limitada ao contexto nacional, já a participação é dada por reconhecimento entre partes, concentrada principalmente por temáticas, sua ação pode extrapolar territórios e tem como finalidade “interacção e a cooperação programadas com vista a atingir objectivos concertados” (Guerra, 2006: 16). Assim, vemos que enquanto representantes parlamentares tratam de diversos assuntos que devem repercutir num determinado território, os atores sociais tratam de temas específicos que podem ser replicados em contextos sociais semelhantes, mesmo fora do território nacional.

Ao tratar da ausência ou fluidez de fronteiras na participação, fala-se do desenvolvimento da participação, quer dizer que, nem todas as consequências são passíveis de serem medidas. Percebe-se que a soberania deixa de ser um processo dado a partir de um esquema de delegação e passa a ser um espaço de discussão não monopolizado que pode e deve ter suas decisões revisitadas a qualquer tempo (Urbinati, 2006). Ao ultrapassar a ideia de soberania entendida a partir de construção de fronteiras sejam elas ideológicas, sociais, culturais, coloca uma questão importante no que tange a legitimidade dos interlocutores que, como falado acima, ao contrário do sistema representativo acontece por reconhecimento entre partes. Entretanto, como se dá esse processo de reconhecimento é algo ainda bastante nebuloso, onde se colocam algumas perguntas, é um reconhecimento vindo da escala

superior, nesse caso o Estado? Da população? Ou dos outros pares já reconhecidos? Entretanto, sabe-se que muitos desses pares podem ser extremamente distantes dos cidadãos construindo um paradoxo, onde o Estado busca a participação para legitimar seu papel buscando reaproximar-se dos cidadãos, mas esta participação ecoa também em indivíduos que nem sequer tomaram parte deste processos.

Neste contexto é essencial ressaltar que a participação, como é vista e utilizada pelo poder do Estado, não tem como objetivo uma mudança estrutural do tipo de democracia da sociedade em si, mas ela apresenta-se como uma especialização da própria representação (Avritzer, 2007) que, aparentemente, cria um teto no tipo de tomadas de decisões na relação Estado e Sociedade Civil. No entanto, este não pode negar a fluidez e a capacidade de penetração da participação, pois como observado acima, esta possui racionalidades próprias e outras formas de penetração social.

O Estado tem como objetivo real um “alargamento da base democrática da sociedade, de forma que todos tenham consciência explícita de que participam racionalmente da acção pública” (Guerra, 2006: 17), mas sempre com o objetivo da legitimação da ação do Estado e é possível que aqui encontre-se o limite da participação, provavelmente imposto pelos atores com mais poder dentro daquela dinâmica. Wampler (2011), por exemplo, diz que a dissonância dos interesses entre as partes interessadas em relação aos representantes do Estado tendem a reduzir a base do diálogo entre ambos, principalmente se este conselho pautar seu discurso em tons mais críticos. Sendo assim, há nestes espaços um entendimento primário para o desenvolvimento de uma base de diálogo que não desenvolve-se no consenso como defende Guerra (2006), mas pautam-se por um objetivo comum e desenvolvem, na verdade, os caminhos que possam ser traçados para chegarem a tal objetivo.

Avritzer (2007) observa a participação também sob a ótica das distorções do próprio sistema político que é “incapaz de dar conta da totalidade das relações representação entre os atores sociais e o Estado” (Avritzer, 2007: 452), assim a participação seria uma forma de alimentar a representação criando interlocutores com uma escuta mais apurada para situações que passam-se no terreno e que o Estado não consegue alcançar.

A interação entre Estado e Sociedade civil é antiga, porém o afinamento deste processo deu-se a partir dos anos 80. Nos países ditos, em desenvolvimento, a dificuldade que o Estado tinha em atingir certos setores da sociedade abriu um grande espaço para que essas instituições crescessem. O Estado, por sua vez cooptou boa parte dessas instituições para orientar sua própria gestão, como diz Guerra (2006:16) “a participação dos actores económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento advém da concepção de gestão da esfera pública que apela à participação dos actores e ao reconhecimento de cada projecto de mudança social, engendra energia positivas para a mudança nos atores envolvidos”, reafirmando principalmente perante os cidadãos sua legitimidade enquanto governo bem-sucedido.

No terreno o que se observa é uma larga dificuldade do Estado em penetrar certos territórios. Entretanto, no caminho encontram essas instituições que seguem no sentido

oposto indo diretamente ao encontro do Estado. Avritzer (2007), contudo, questiona principalmente a real legitimidade dessas instituições como efetiva representante de um tema/e ou grupo, diz que na maior parte das vezes “a representação da sociedade civil é um processo de superposição de representações sem autorização e/ou monopólio para o exercício da soberania” (Avritzer, 2007: 444). Aqui encontra-se um problema estrutural da forma como a democracia representativa relaciona-se com a participação da sociedade civil, levando a questionar principalmente como dá-se o processo que oferece legitimidade ou não para determinada instituição.

Convém perceber que a questão da participação, por si só uma dinâmica complexa, quando relaciona-se com estruturas fortes e profundas como o Estado, tende a criar também estruturas e dinâmicas cada vez mais fortes para fazer frente aos questionamentos levantados sobre a sua legitimidade, principalmente quando ultrapassam territórios e colocam em cheque certas ações e políticas de outro Estados.

## 2. Era Lula e a estrutura da participação

O caso brasileiro, no que tange a participação encontra características bastante específicas, marcada por esses processos sociais e políticos ressaltados acima. Neste caso a participação entra na categoria prática, que visa “conferir sentido à ação coletiva de atores populares” (Lavallo, 2011:34), tendo como ponto de partida a emancipação das camadas mais populares da população na década de 1960, exata década em que os direitos civis e políticos foram suspensos com o AI-5 de 1968 (Schwarcz & Starling, 2015), deixando bastante óbvio politicamente que naquele momento que o período ditatorial era efetivo. Somente em 1988 com a nova constituição que aponta caminhos para a inclusão da sociedade civil nos processos democráticos é que ressurge uma espécie de reconciliação entre movimentos sociais e poder público.

A ideia de participação popular constituiu-se participação cidadã, não só através do voto, que até então era vetado a população como um todo, mas também com a criação dos primeiros conselhos que inicialmente constituíam-se por conselhos de saúde, educação e do direito da criança e do adolescente (Lavallo 2011). Foi preciso mais de dez anos para que a cultura alcançasse tal interação com o Estado. As primeiras organizações a acederem os primeiros diálogos, foram as do setor de saúde, na formulação de um embrião do que viria hoje a ser o sistema único de saúde (SUS), que garante a universalidade e gratuidade do acesso a saúde. Contudo, em outras áreas como educação, cultura e tecnologia, a visão neoliberal dominou nos primeiros anos do novo ciclo democrático brasileiro. Não há isenção das partes, no que configura a absorção dos conteúdos neoliberais pois estes também foram absorvidos pela participação popular (Lavallo,2011). Tal efeito será analisado com mais profundidade mais a frente quando debruçarmos-nos sobre as organizações sociais.

O primeiro vislumbre de mudança observado, em termos de formulação de políticas, data do processo eleitoral de 2002, que viria a eleger no segundo turno Luis Inácio Lula da Silva que inauguraria, principalmente no setor da cultura, uma forma diferenciada de relação. Isto pode ser observado já durante a campanha, onde o próprio programa foi construído com ajuda de figuras reconhecidas no setor da cultura, mais a frente falaremos sobre essas formulações de propostas e como elas desenvolveram-se no terreno, pois neste momento focaremos nessa nova relação do Estado com a sociedade civil.

### 2.1 “Carta ao povo Brasileiro” a chamada pré-eleitoral para a participação

Antes de aprofundarmos na importância que a teve a “Carta ao povo Brasileiro” naquele momento no Brasil, é importante perceber como ela funcionou como uma chamada aos cidadãos para o exercício do governo. Esse ponto fica bastante evidente neste trecho: “O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla

negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade” (Silva, 2002: s/n). Certamente esse tipo de chamada, que muitas vezes soou falacioso vindo de outras candidaturas anteriores e posteriores a esta eleição, já foi realizada, o que é importante é perceber a razão pela qual ela foi vista como um compromisso real tendo um peso tão grande ou até maior do que o próprio programa de governo.

As relações estreitas e fortes que o Partido dos Trabalhadores possuía com os grandes movimentos sociais, nomeadamente Movimento dos Sem Terra, União dos Estudantes (UNE) e Central única dos trabalhadores (CUT) legitimaram perante o eleitorado os compromissos afirmados, mesmo que na realidade muitas questões durante a legislatura tenham sido difíceis de se estabelecerem e outros nem mesmo chegarem a acontecer efetivamente. Entretanto, os movimentos sociais e suas organizações deram base para a sustentabilidade da candidatura que levaria Lula à vitória.

Entretanto, não se pode dizer que esta forma de governar trouxe modificações na estrutura do Estado, o que aconteceu efetivamente foi um preenchimento dos espaços vazios que ligaram a população com o poder federal construindo sistemas de articulação do poder local, regional e federal, onde não só as responsabilidades são divididas como também as demandas da população. Wampler (2011) ressalta que o poder legislativo local segue subordinado ao Poder executivo, o que pode significar um problema pois esta seria uma outra via para que ligação dos cidadãos com espaços participativos. Defende também a participação como um “enxerto” (Wampler, 2011:151) no próprio sistema democrático, realizando ligações em partes fraturadas.

Politicamente, revelou-se um novo processo, onde tais movimentos habituados a estar em posições opositoras, não só seriam ouvidas, como fariam parte deste mesmo processo, gerando uma momentânea crise identitária dos próprios movimentos sociais, que se debatia com algumas questões internas “de um lado, o abandono das utopias revolucionárias e a convicção normativa do valor da democracia como marco institucional para processar a mudança social; do outro, a crítica ao domínio das compreensões meramente institucionais da democracia e o empenho de reintroduzir questões substantivas no campo da teoria democrática.” (Lavalle, Houtzager, & Castello, 2006:76), ou seja, o tão desejado caminho para uma democracia porosa que ouvisse a população estava ao alcance naquele momento. Entretanto, estava também no centro da questão uma espécie de teste que coloca a sociedade civil e a sua capacidade de relação com as instituições políticas do Estado.

Atualmente observa-se com muita mais atenção a capacidade de influência da sociedade civil e principalmente como ela refinou a ideia de democracia ao mesmo tempo que é diretamente influenciada pela mesma.

# CAPITULO IV: Governança e gestão de Estado

## 1. Governança um conceito complexo

Possivelmente dos conceitos mais complexos abordados aqui será o de governança, primeiramente por ser utilizado em diversas áreas de conhecimento, tanto nos campos da gestão quanto nas ciências sociais.

Herdemann e Kissler (2006) definem a mesma como uma estratégia de administração aplicada na esfera pública. Inicialmente associado ao debate político-desenvolvimentista, ultrapassou esta fase de desenvolvimento para ser uma nova forma de gestão pública contínua. Construindo uma rede de cooperação que relaciona as diversas esferas de poder federal, estadual e municipal com entidades da sociedade civil, em muitos casos, até mesmo em escala global. Essa cooperação dá-se num processo que estabelece parcerias que se influenciam mutuamente na tomada de decisões (Monteiro, 2015).

Quando se remete a complexidade deste conceito é impossível ignorar as relações de poder e possíveis hierarquias pré-estabelecidas. Quando Santos (2005), questiona tal conceito, uma das abordagens é exatamente essa invisibilidade hierárquica, e a define como “uma rede auto-activada, destinada a lidar com o caos” ( Santos, 2005:10). Começando por questionar como se dá esse processo de reconhecimento entre pares que Santos (2005) chama de princípio de selectividade que constrói barreiras vão para além da inclusão/exclusão, criando uma micro representação do excluído. Aqui trata-se da governança de uma dimensão mais global, ou seja, com uma relação bastante próxima a ideia de globalização. Entretanto, aqui interessa a redução da dessa forma de gestão para os poderes locais micro e mezzo. Com isso o foco será dado a ideia de governança local. Para entender as dificuldades e alternativas encontradas para tal modelo de gestão.

### 1.1 A governança local

Provavelmente o conceito-síntese que explica bem o processo brasileiro na mudança de perspectiva, nesta relação Estado e sociedade civil, é este conceito de governança. Este conceito surge como uma forma “de evolução da acção pública nos sistemas políticos ditos de democracia madura” (Guerra, 2006: 17) e traz uma ideia complexa de gestão na construção de políticas públicas eficazes, acompanhadas de legitimidade nas decisões (Guerra, 2006). Neste ponto a abertura efetiva para a participação da sociedade civil na formulação dessas políticas não só foram o ponto de partida, mas o ponto essencial para que os objetivos sejam alcançados.

Neste processo de governança existem pontos essenciais de que comprometem fortemente o sucesso desta forma de gestão: identificação dos atores sociais que sejam reconhecidos não só pelo Estado, mas também pela população, a escolha das ferramentas adequadas na gestão desta participação e a consciência da sua importância no processo democrático (Guerra, 2006).

Avritzer (2007) aponta a participação direcionando-a como pressuposto de três pontos: reconhecimento, pluralidade e temática. Entretanto, precisa-se analisar como se dá esse reconhecimento, como a pluralidade deve ser elaborada e trabalhada para que não se resuma apenas em conflitos e oposições ideológicas, e a delimitação da temática, como se delimitam esses espaços ou como eles tornam-se transversais.

Não haverá, neste ponto uma discussão mais aprofundada a cerca do processo de legitimidade das organizações sociais e o Estado, entretanto é importante perceber como atores, a priori, com racionalidades diversas conseguem encontrar um fio condutor conjunto para que haja uma associação para tomada de decisões. Guerra (2006) defende que duas variáveis são essenciais neste processo para que a governança aconteça cumprindo os seus objetivo efetivo, “a experiência de coexistência e de decisão colectiva previamente vivida e a forma como eles próprios apreciam e valorizam a conjuntura e os objetivos da decisão em causa” (Guerra, 2006: 31). Assim, a lógica de ouvir os opostos para prever seus possíveis impedimentos na construção da ação, torna-se parte essencial do processo, permitindo prever obstáculos que podem surgir no caminho. A interação do poder, com concessões e posições comuns passa a ser a base dessas associações.

Monteiro (2007) avança em dizer que a governança é uma visão mais alargada da prática de gestão e política do Estado junto a sociedade civil, uma vez que esta redistribui responsabilidades e perspectivas com seus pares em busca de um objetivo comum. Entretanto, o papel das instituições da sociedade civil na contemporaneidade é essencial para observar como esta relação estabelece-se. Atuando como mediadora entre Estado e sociedade civil, esta constrói para si uma série de características que penetram no tecido social como terminações de um sistema que tem como objetivo estabelecer a ligação entre essas duas pontas (Lacerda, Marques, & Rocha, 2010).

Neste processo, as instituições da sociedade civil, ganhar ainda maior legitimidade pois, para além de realizarem esse papel mediador relacional, tornam-se em muitos momentos os mediadores de modelos de trabalho, que ao estabelecer essa rede podem influenciar os hábitos de gestão em todas direções. Mesmo nas estruturas de Estado mais burocráticas, quando há um real objetivo comum, é possível perceber esses processos de influência seja por travamento e correção de trajetórias, seja pela burocratização das instituições da sociedade civil.

## 2. A estrutura de poderes da cultura na governança Brasileira

Como um país federalista o Estado Brasileiro é dividido em três esferas no que tange o poder executivo, nível Federal, Estadual e Municipal, estas três estruturas articulam-se em deveres e responsabilidades de modo que consigam cobrir de forma geral e específica as necessidades de toda a população. Porém, no que dizia especificamente a cultura a desarticulação de políticas sempre foi bastante evidente e pouco ou nada era efetivamente feito com uma perspectiva de mudança.

Uma das promessas que constava no programa de campanha de Lula referente à cultura não só era um ponto de mudança radical, como o próprio programa foi construído de forma colaborativa com diversos setores da classe artística, buscando reconhecer nela suas demandas.

Neste ponto a abordagem do Estado sobre a cultura foi essencial para quem tal programa fosse constituído de forma eficiente. Para tal o Ministério da cultura já em execução de mandato, resgata seu papel institucional na formulação, execução e articulação das políticas de cultura, tendo como base o conceito de “cidadania cultural”, tendo assim a cultura como um direito básico de todo cidadão. Aqui, a abordagem da cultura desloca-se da figura do artista para a população, sendo esse o centro das ações políticas (Chauí, 2006).

Outro ponto importante foi a sistematização das responsabilidades e deveres nas diversas esferas de poder, seja ele Federal, Estadual ou Municipal junto à sociedade civil. Já no programa da campanha “A imaginação a serviço do Brasil”, voltado diretamente à cultura, já era previsto o Plano Nacional de cultura (PNC) que é “um instrumento apartidário e de longo prazo que, devia estabelecer compromissos e prazos para a realização de políticas públicas” (Soto, Canedo, Oliveira, & Salgado: 28), era também previsto a estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que ocorreu na gestão de Gilberto Gil e Juca ferreira entre 2003 e 2009 até então ministros da Cultura respectivamente às datas, sendo essas duas as demandas prioritárias das duas gestões.

### 3. Sistema Nacional de Cultural

O sistema Nacional de Cultura (SNC), constitui-se como um modelo de gestão que visa articular os três níveis do poder executivo brasileiro, estabelecendo responsabilidades, orientando políticas locais. O SNC tem como objetivo abraçar três dimensões da cultura: simbólica; cidadã; econômica. Neste ponto o enfoque será maior na dimensão econômica uma vez que a dimensão simbólica e a cidadã já foram bastante desenvolvidas nos capítulos anteriores, mas principalmente por ser a dimensão com maior diferencial em termos de política pública.

A dimensão econômica da cultura observação três abordagens distintas “ (1) como sistema de produção, materializado em cadeias produtivas; (2) como elemento estratégico da nova economia (ou economia do conhecimento); e (3) como um conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano” (Vários, 2011: 35).

A cultura atualmente é observada como um setor econômico emergente, pois em meio a massificação capitalista a singularidade das formas de produzir e o próprio produto final da produção cultural despertam interesse.

O ponto principal do SNC é constituir-se modelo de gestão participativa e colaborativa, através de documento base que serve também, mas não só, para a construção de outros documentos nas outras esferas de poder. Um ponto, por exemplo, é previsto no SNC a criação do Sistemas Estadual de Cultura.

Constituído obrigatoriamente por órgãos gestores, conselhos de política cultural, planos de cultura, sistema de financiamento de à cultura, podendo de forma facultativa ser constituído também por comissões, sistemas de informação e setoriais, tenta criar uma espécie de guarda-chuva para as demandas do setor, através de um modelo específico de gestão.

#### 3.1 Sistema Estadual de Cultura

Apesar de ter sua criação após o período que nos atemos nesse estudo, observa-lo torna-se importante para perceber as consequências da gestão Lula nas políticas culturais ao nível local uma vez que essa demanda apresenta um certo tempo para que as ações sejam postas em prática e suas consequências sejam observadas.

Criado a partir da Lei 7035/2015, o Sistema de Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (SIEC), tem como objetivo “promover condições para melhorar a gestão da política pública de cultura no Estado do Rio de Janeiro, compactuando com a União Federal, os municípios e a sociedade civil, objetivando o exercício pleno dos direitos culturais e a promoção do desenvolvimento humano” (LEI 7035/2015).

Assim como o SNC, o SIEC possui mecanismos de articulação de políticas constituídas através de um Plano Estadual de Cultura tem como objetivo um planejamento estratégico com duração de 10 anos. Em termos de gestão, o SIEC é composto dez instrumentos; Secretaria de

Estado de Cultura do Rio de Janeiro, como coordenador; Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC), este trataremos com mais atenção mais a frente; o Conselho Estadual de Tombamento e a Conferência Estadual de Cultura (CONEC) juntamente com a Conferências Regionais de Cultura; Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ); Órgãos Públicos gestores e sistemas de cultura dos municípios fluminenses; Conselhos municipais de Cultura; Conselhos municipais de Proteção do Patrimônio Cultural; Fóruns setoriais e regionais existentes ou que vieram a ser criados; Comissão Intergestores Bipartite.

### **3.1.1 Conselho Estadual de Cultura**

O conselho é sem dúvida o esqueleto da participação dos sistemas de cultura, seja ele A nível federal, estadual ou Municipal. No Estado do Rio de Janeiro, seus primeiros representantes foram eleitos em 2016. Composto por seis áreas nomeadamente: artes cénicas, audiovisual, literatura, artes visuais, música e cultura popular já demonstram uma diversidade e abrangência do que pode ser desenvolvido em termos de políticas culturais. Já para combater a centralização das demandas em termos de território foram realizadas conferências regionais nas cidades do interior do estado, nesta empreitada foram eleitos dez representantes da sociedade civil, sendo que dos 16 lugares, seis são ocupados por representantes da capital. Em termos orçamentários, essa descentralização ocorre quando limita-se os recursos destinados aos projetos desenvolvidos na capital, esta ficando com 40% sendo que que anteriormente possuía 70% dos recursos. Já em termos de processo eleitoral, este ocorre de forma direta, através de diversas plataformas, inclusive online.

No Estado do Rio de Janeiro, este conselho apresenta uma diversidade de pauta e representantes interessantes que diverge bastante da representatividade dentro do Estado. Observaremos esse ponto mais a frente, contudo e importante salientar tal feito e tentar perceber como isto pode influenciar a longo prazo as formas de representatividade dentro do Estado.

## 4. Secretaria de identidade e diversidade cultural

A maior contribuição em termos de política pública durante o período do governo de Lula, possivelmente foi a criação da secretaria de identidade e diversidade cultural, ligado ao Ministério da Cultura foi o braço articulador do Estado com a sociedade civil durante a gestão de Gil e Juca Ferreira durante o governo Lula.

Segundo Santos J., Peixoto, Machado, & Braz (2010), apesar da miscigenação da cultura brasileira ser considerada positiva em outros tempos, esta nunca teve uma construção política específica para si, como produção de conhecimento intrínseco e produtora de subjetividades próprias.

Com o objetivo de abraçar novos grupos a secretaria propunha concentrar em si ações que até então eram pontuais e espaçadas, criando assim, uma agenda própria para grupos socioculturais específicos, esta medida é inovadora sendo a primeira no mundo e quando falamos de grupos socioculturais específicos e aqui falamos nomeadamente de populações indígenas, ciganas, cultura popular e o público LGBT (Rubim, 2007).

Em termos de programas especificamente para cultura popular podemos citar o Programa Brasil Plural, “programa é o primeiro conjunto de políticas públicas do gênero no Brasil e reconhece o papel importante dessas redes para a preservação e fomentação da diversidade das expressões culturais brasileiras” (Santos, Peixoto e outros, 2010:269).

É a partir daqui que a diversidade passou a ser tratada como uma questão de cidadania, de tal forma que expressões como políticas de culturas, identidades culturais, identidades brasileiras entraram para o vocabulário das instituições e da sociedade civil como um todo. Apesar do pioneirismo e da relação que tentava construir com sociedade civil, surge num contexto complexo no cenário internacional, onde o debate sobre diversidade cultural era efervescente e onde o próprio ideal de cultura na política brasileira era realocada. O papel da secretaria foi estratégico uma vez que era o espaço do governo que dialogava diretamente com a sociedade civil e os movimentos sociais reconhecendo suas demandas e necessidades reais de forma mais horizontal, os mecanismos utilizados foram seminários, congressos reuniões, diagnósticos, entre outros.

O diálogo entre cultura popular e Estado não é simples, uma vez que esta última possui sua estrutura e subjetividade difere da estrutura do Estado. Quando o Estado nesse processo toma para si a responsabilidade de formulação de políticas de cultura com objetivo de alcançar este setor torna-se inevitável que construa-se caminhos para diálogo entre essas duas partes, assumindo que há caminhos que precisam ser construídos no sentido oposto. E principalmente que essa relação seja permanente e que seja revisitada com frequência no sentido de corrigir e realinhar objetivos.

Outro ponto importante ressaltar no acesso em relação à secretaria é que grupos historicamente mais organizados na sociedade civil, conseguiram uma maior acessibilidade em termos de diálogo e formulação de políticas. Como ressalta, Santos e outros a cultura

popular e os movimentos de cultura indígena e LGBT juntos destacam-se e monopolizam mais de 90% do financiamento (Lacerda, Marques, & Rocha, 2010). Desenvolvendo-se com facilidade dentro do conselho Nacional de Políticas Culturais, que tinha como principal objetivo, suprir demandas desses grupos especificamente.

Essa assimetria sempre foi reconhecida, justificada com a ausência histórica de um mapeamento de organizações culturais que desse uma visão geral. Com objetivo de combater essa realidade algumas alternativas foram experimentadas como incluir critérios como IDH (índice de desenvolvimento humano) ao invés do critério de demanda.

Os principais mecanismos de financiamento ainda seguem as linhas de editais e prêmios. Aqui destaca-se a questão dos editais com um mecanismo que exige um conhecimento prévio, além de uma gama de profissionais especializados, seguindo a limitação de grupos mais inexperientes ou com limitação técnica. A solução encontrada foi a criação de cursos, seminários, oficinas de elaboração de projetos. A especificidade das populações, como no caso da população indígena, tinha como ponto de partida na elaboração do acesso, por exemplo “Uma iniciativa de destaque da sid refere-se ao Prêmio Culturas Indígenas, pelo qual, para se atender às realidades e costumes culturais dos grupos envolvidos, os editais foram substituídos. Neste caso, os interessados puderam se inscrever por intermédio de vídeo, carta, oralmente etc. Essa mudança representou um aumento no número de inscrições” (Santos J. , Peixoto, Machado, & Braz, 2010:272).

Visto o nível de assimetria é razoável que esse movimento se auto alimentasse, o I Seminário de Políticas Públicas para Culturas Populares, com o principal objetivo de construir políticas públicas para o setor, este seminário teve como parceiros algumas instituições como a Fundação Palmares<sup>15</sup>, Centro Nacional de Folclore e cultura Popular, entre outros. O principal contributo desta iniciativa foi conseguir elevar a cultura popular como ao mesmo nível de outras expressões como artes visuais, teatro, etc (Santos J. , Peixoto, Machado, & Braz, 2010).

## 4.1 Cultura Viva, o programa das redes

Uma vez que já temos noção da mudança de paradigma do conceito de cultura e como ele se insere na prática do Ministério da Cultura, observaremos um dos seus programas mais importantes, Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva.

O programa criado em 2004 pelo Ministério da Cultura e tem como princípio a autonomia, o protagonismo e o empoderamento de iniciativas principalmente de cultura tradicional e popular (Lacerda, Marques, & Rocha, 2010). Ao contrário de outras iniciativas, o Cultura Viva, como é conhecido, tem como característica principal enveredar-se por trabalhos relacionados

---

<sup>15</sup> Fundação criada com a constituição de 1988 e vinculada ao Ministério da cultura, tem como objetivo de promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira. FONTE: <http://www.palmares.gov.br/>

a cultura já existentes no tecido social porém que funcionam com pouco ou nenhum tipo de apoio, com inserção em áreas urbanas, rurais e/ou quilombolas através da cultura local com ações permanentes.

Um dos projetos de maior destaque dentro programa é o Ponto de cultura, assim como um mapa este projeto acaba por dar visibilidade a iniciativas espalhadas pelo país, dando profunda dimensão da realidade do país numa perspectiva cultural e social.

#### **4.1.1 Pontos e pontões de cultura**

Ao aprofundar este sobre pontos e pontões de cultura tentaremos destacar sua importância para projetos inseridos em contextos complexos, seja em comunidades de área urbana, seja em área rural.

Ao financiar as instituições e não uma atividade, o programa oferece liberdade na criação de uma agenda de atividades e atuação, respeitando as singularidades de cada instituição, uma vez que as realidades podem e geralmente são bastante distintas.

Lacerda e outros (2010:114) destacam ainda que “as dinâmicas produzidas pelas comunidades e as referências simbólicas de cada Ponto de Cultura são entrelaçadas numa perspectiva de propiciar uma cultura cooperativa”, esse funcionamento enquanto rede é a mais pura demonstração de um processo de gestão colaborativa, que não apaga as singularidades de cada iniciativa, mas sim destaca-as e aproveita-se dela para um melhor funcionamento da própria gestão. Esse processo fica bastante evidente quando observa-se os encontros de pontos de cultura, o mais importante de todos é o Encontro Nacional de Pontos de Cultura - Teia, que funciona como de convivência, troca e fortalecimento desses pontos de cultura.

A grande questão que se coloca em relação ao programa é exatamente a relação Estado e sociedade civil, tentando abraçar e gerir o que teoricamente seria o melhor dos dois lados. Um exemplo está no processo de gestão dos pontos de cultura, em que é necessário respeitar uma série de regras legais numa estrutura que se pressupõe mais dinâmica. Lacerda e outros (2010) apontam para uma inexperiência do próprio Estado, em estabelecer essa qualidade de relações com movimentos sociais, ou seja, a estrutura representativa do Estado encontrou e encontra dificuldades em estabelecer a efetividade da governança.

Pressupõe-se que os pontos de cultura estejam em outra linha de gestão que envolve voluntariado, uma não formalização ou profissionalização das suas partes, pelo menos não no setor administrativo, tanto que a contratação de profissionais para este campo é vedada, em contrapartida, uma série de constrangimentos são encontrados, dificuldades em construir orçamentos, realizar prestações de contas e até mesmo liberação de verbas e tendo como consequência atrasos que dificultam a realização das atividades a que se propõe.

# CAPITULO V: METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

## 1. Objetivos da investigação

A base para a escolha do modelo de análise assenta basicamente nos objetivos traçados para esta pesquisa, por esta razão é importante trazer-los de volta ao centro das nossas questões a partir de agora. O objetivo geral desta pesquisa é:

- Analisar como a interferência do Estado na manifestação de cultura popular modifica a estrutura, modelo de gestão e natureza da própria manifestação.

E como objetivos específicos temos:

- Analisar como as políticas estatais para a cultura têm vindo a evoluir em função de diferentes conceções incorporadas pelo Estado sobre o que entende por cultura.
- Descrever como se deu o processo de institucionalização da participação no setor da cultura.
- Analisar as relações estabelecidas entre utentes e a associação, tendo como ponto de análise a qualidade da participação nos caminhos traçados pelas mesmas.

## 2. Orientações metodológicas

A escolha da metodologia deu-se através de uma busca por melhor perceber como se estabelecem as relações neste sistema de rede construído pelas instituições e o Estado. Neste campo a metodologia mais adequada foi a área das metodologias qualitativas, tendo como instrumento principal entrevistas abertas não estruturadas. A opção por ter as entrevistas não estruturadas deu-se por saber que em se tratando de manifestações populares e relações construídas em rede por vezes fechadas, não é possível ter a dimensão do todo e que os entrevistados poderiam trazer dados importantes os quais não teríamos total conhecimento.

Dirigimos as entrevistas a três públicos específicos: utentes da instituição, funcionários da instituição, representantes do poder público. Como a instituição possui um público bastante jovem e um número elevado de crianças, algumas entrevistas foram realizadas com seus responsáveis ou com a pessoa que recorrentemente os acompanha até a instituição.

### 3. Instrumentos de recolha de dados

A forma como as recolhas aconteceram foi bastante distinta com cada setor que queríamos abordar. Junto aos representantes do setor público, o contato fez-se por agendamento prévio, houve a tentativa de entrar em contato com o secretário de cultura prefeitura do Rio de Janeiro, porém este nunca retornou nenhum tipo de contato. Junto aos representantes do Governo do Estado realizou-se uma entrevista com Morgana Eneile que ocupa o cargo de assessora parlamentar do então deputado estadual Zaqueu Teixeira presidente da comissão de cultura da Assembleia Legislativa (ALERJ).

Entre os funcionários da instituição entrevistou-se Lazir Sinval, coordenadora artística e Damiana Alves, coordenadora de operações. Em relação aos utentes buscou-se variar entre idades e experiências dentro do universo da associação. Contudo, houve uma imensa dificuldade em estabelecer contato com seus responsáveis por conta de uma serie de interveniente que será explicado a seguir.

# CAPITULO VI: APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

## 1. Sobre a instituição

Para falar sobre a Associação não-governamental (ONG) Jongu da Serrinha, é preciso falar sobre o Jongu e sobre o local onde este se insere. Como grupo surge na década de 1960, sob orientação de Mestre Darcy do Jongu e sua mãe Vovó Maria Joana. Estes subvertem o carácter de dança de roda do jongu, transformando-o em espetáculo tendo como objetivo principal a necessidade de fazer sobreviver esta manifestação cultural característica do sudeste brasileiro. Aqui, podemos retomar a leitura cultural típica dos anos 60, que tinha carácter pedagógico e a abordagem populista, elevava a cultura popular como ferramenta principal de revolução.

No início dos anos 2000, o Jongu da Serrinha configurava-se realmente como uma ONG ganhando características institucionais que analisaremos mais tarde.

Em relação ao território, podemos falar sobre a origem do próprio morro da Serrinha, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, ocupado a partir da década de 20, ficou conhecido por este nome apenas na década de 40. Com características peculiares no trato social o morro desenvolveu-se como sendo um ambiente fecundo no que tange a vida cultural, tendo entre as suas ruas o nascimento de escolas de samba tradicionais, como o Império Serrano e a Portela, para além do Jongu da Serrinha

### 1.1 História do Jongu

As primeiras manifestações em relação ao Jongu remetem ao período escravocrata da sociedade brasileira, quando ainda era uma colónia portuguesa.

O jongu é uma manifestação que mistura pontos (canto), percussão de tambores, prática religiosa e dança coletiva, tendo uma dupla função, a afirmação de uma identidade assim como uma forma de construção de mensagens cifradas fornecendo informações importantes sobre a sua comunidade, sobre os indivíduos e os seus antepassados (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2017). Uma outra versão afirma que esta manifestação chegou ao Brasil através de negros escravizados da região do Congo-Angola, através de negros bantos (Simonard, 2005). Independentemente de qual das teorias esteja correta, o que se sabe é que é uma manifestação que se faz presente a partir da diáspora africana e que por essa razão possui uma trajetória bastante distinta das manifestações vindas da Europa, seja em termos de assimilação, seja em termos de aceitação.

Em termos de localização, desenvolveu-se na região do Vale do Paraíba, ou seja, litoral norte do Estado de São Paulo e região sul do Estado do Rio de Janeiro, onde a produção agrícola do café e da cana-de-açúcar era bastante forte. Atualmente, apesar de ainda ter

alguns lugares de manutenção forte da manifestação no Jongo de Pinheiral e no Quilombo São José, é nas periferias urbanas que conseguiu sobreviver e construir um novo discurso, mas sem deixar para trás todo este histórico (Boy, 2006).

A primeira metade do século XX, viu o país passar por transformações importantes, que modificaram a estrutura de vida nas regiões rurais, levando boa parte dessas populações para os grandes centros urbanos, e nesse contexto as comunidades quilombolas, inseridas principalmente nas regiões rurais, veem o jongo quase desaparecer, porém fortalecer-se nas comunidades urbanas onde a população negra é majoritária, nos morros. Assim, o Jongo passa a ser realizado nos feriados de santos católicos, em festas particulares, e no dia 13 de Maio (dia da Abolição da escravidão) e outros feriados nacionais relacionados com a questão negra no país (Simonard, 2005).

Uma outra característica importante do jongo enquanto manifestação é o seu aspeto religioso, onde as suas danças e a sua forte relação com os tambores anunciam o seu estreito laço com religiões de matriz africana. Contudo, a questão dos santos católicos aparecerem nesta manifestação é facilmente explicada, uma vez que o candomblé, por exemplo, era visto como bruxaria e era perseguido, surgindo assim o sincretismo religioso, bastante característico de manifestações originárias da diáspora africana. Era também uma manifestação realizada principalmente pelos anciãos das comunidades, onde a participação das crianças era completamente vedada. A morte dessas pessoas, associada ao processo de transferência dessas populações para as grandes cidades e a perseguição de qualquer manifestação de matriz africana enfraqueceram a sua manutenção, tendo sobrevivido em apenas alguns territórios, como o caso do Jongo da Serrinha.

A participação da comunidade da Serrinha na nova trajetória do Jongo é estrutural. Ali as lideranças populares tomaram para si a responsabilidade de repassar este conhecimento para quem teria capacidade de mantê-la viva, e de construir nossas possibilidades de sobrevivência. Aqui falamos de duas coisas: a espetacularização do jongo e a inclusão das crianças na manifestação (Boy, 2006).

Este primeiro ponto, a espetacularização coloca duas questões, a primeira passa por reforçar o enfraquecimento do carácter religioso da manifestação que já vinha no decorrer do século XX, e a segunda por trazer outras características ao jongo ao colocá-lo numa perspectiva fora da sua tradição de realização, ou seja, tirar do espaço do terreiro e levá-lo para o palco italiano ou de arena ( Simonard , 2005). Pode parecer algo sem importância, mas se formos olhar como a manifestação na sua origem era realizada, atualmente todos participam, seja na formação da roda com no canto dos pontos e palmas, seja tocando ou dançando, a espetacularização traz um novo elemento que é o espectador.

O segundo ponto, talvez o mais positivo para a manutenção da manifestação está na assimilação das crianças, e esse ponto carece ainda recolha de informação sobre o seu impacto. Sabe-se que as primeiras inserções de crianças surgiram na década de noventa e que na última década a proliferação de rodas de jongo pela cidade do Rio de Janeiro, demonstra significativas mudanças.

## 1.2 Morro da Serrinha

A história do Morro da Serrinha está entrelaçada com a história da sua manifestação mais forte. Localizada na Zona Norte no bairro de Madureira, a formação do Morro data da primeira metade do século XX.

Sede de uma antiga quinta, esta tinha como principal função o abastecimento de leite e derivados para a cidade do Rio de Janeiro (Simonard, 2005).

Esta região já tinha como característica oferecer abrigo para famílias de ex-escravos vindos principalmente da região do Vale do Paraíba que sofria com a crise do café, vinda de imigrantes italianos e populações expulsas de outras regiões mais valorizadas da cidade. Essas populações alojavam-se na parte mais baixa do morro, em habitações precárias, sem o mínimo de salubridade, isto é, sem tratamento de esgoto, fornecimento de água e luz, porém com marcas culturais muito fortes. Segundo Boy (2006), o êxodo da população vindo do Vale do Paraíba faz da cidade do Rio de Janeiro a região do país com maior concentração de Jongueiros, mas especialmente na Serrinha, ela ganha carácter identitário.

Apesar de inserida num contexto urbano, na primeira metade do século XX, a Serrinha apresentava características ainda de área rural, com mata fechada, animais selvagens, o que fazia com que fosse uma região de difícil acesso. O mercado de trabalho era escasso o que obrigava o deslocamento da população, principalmente dos homens negros, para outras regiões da cidade. A dificuldade de acesso ao Morro garantiu de certa forma com que o Jongo não só permanecesse como das principais fontes de divertimento da região, como construiu um senso de comunidade muito característico.

Apesar da vida cultural intensa e de um polo produtor cultural constante, a Serrinha do início do século até meados dos anos 90 não apresentava muita diferença marcante. Segundo Boy (2006), “a comunidade que até então não pisava em calçadas mas em chão de barro – e muita lama e lixo nos dias de chuva” (p. 63). Somente em 1996 a comunidade foi escolhida para um experimento de desenvolvimento que se espalharia pelas comunidades da cidade, o programa Favela-Bairro<sup>16</sup>, resumidamente, o programa levava para dentro das favelas e morros da cidade serviços básicos que já há décadas existiam na cidade, como por exemplo, coleta de lixo, sistema de luz, água e esgoto, para além de creches e escolas. Neste processo destaca-se também o galpão que, posteriormente, tornou-se sede da ONG e atualmente é sede da Escola de Jongo.

Mesmo com o salto social realizado através de programas como favela-bairro, os anos 80 e 90, foram bastante duros e intensos com as comunidades cariocas. Na Serrinha, especificamente, a morte de boa parte das lideranças do Morro desestabilizam os processos

---

<sup>16</sup> Programa governamental levada a cabo pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que, levava estrutura mínima de salubridade para comunidade de baixa renda, especificamente favelas e morros.

das manifestações, como começam a aparecer o que se transformaria num problema social grave na cidade do Rio de Janeiro, o narcotráfico. Este encontra nesses territórios um espaço próspero para se desenvolver longe do braço do Estado que pouco ou nada sabia sobre a sua vida, rotina e construção geográfica.

### 1.2.1 Lideranças comunitárias

Enquanto em outras comunidades já avançavam em termos de organização social, seja por associação de moradores, as lideranças na Serrinha surgiram de forma espontânea, e nesse processo destacam-se alguns nomes, como os de Pedro Monteiro, José Nascimento e Francisco Zacarias de Oliveira. Estes não só tinham uma visão de comunidade forte, como se destacavam em habilidades pessoais, seja como músicos, seja na área da política, conquistando pequenos, mas importantes benefícios para a comunidade, mas principalmente, para um aparato cultural e de práticas do Jongo e outras manifestações culturais que ainda eram bastante fortes região rural do país.

A importância dessas lideranças destacam-se até hoje, sendo ainda descendentes dessas pessoas as principais lideranças culturais na Serrinha e que construíram a característica principal do bairro onde esta é inserida, o bairro de Madureira, e por esta razão não se estranha que essas famílias sejam conhecidas como as Famílias do Samba.

Tratando agora desses descendentes, ainda dentro da questão da liderança temos Mestre Darcy do Jongo, filho de Pedro Monteiro e Maria Joanna, que cresceu numa casa que era como uma espécie de polo cultural da comunidade. Sua mãe, uma famosa mãe de santo, promovia em seu quintal diversas festas no decorrer do ano, atraindo não só pessoas da comunidade, como gente de longe também. Porém, Mestre Darcy exerceu um papel para além de guardião de conhecimentos de uma dinastia jogueira, como músico introduziu novos instrumentos no samba, experimentando os sons ao limite, porém sem o descaracterizar. Aos 15 anos de idade fundou uma das escolas mais tradicionais da cidade do Rio Janeiro, o Império Serrano (Boy, 2006). Foi também ele o responsável por levar o jongo para outros espaços, fora dos quintais das famílias, trazendo novas relações para a manifestação.

A espetacularização, não tinha só como objetivo trazer uma sobrevida para a manifestação, mas também construir novas possibilidades para as pessoas da comunidade, em termos de trabalho e outras perspectivas sociais, seu alinhamento de ideia de cultura estava muito alinhada com a ideia que “defendia as tradições populares e combatia o abandono dos governos da cultura popular, propagando a ideia de “folclore evolutivo”, ou seja, de que as tradições culturais não deviam permanecer intactas, cristalizadas no tempo: antes, deveriam seguir seu caminho de transformação e diálogo com o mundo moderno para estarem aptas a resistir a este mesmo mundo” (Boy, 2006).

Dentro da Família Monteiro, a irmã de Darcy, Eva Emily destacou-se como compositora de sambas e pontos de jongo. Sua filha, Deli é uma das fundadoras da ONG do Jongo da Serrinha.

Outra liderança atual importante que descende destas primeiras lideranças está Tia Maria do Jongo, atualmente com noventa e seis anos, é a matriarca do Jongo da Serrinha, detentora de um conhecimento oral que serve como ponte entre a Serrinha do passado até a Serrinha atual. Tia Maria assumiu a liderança do grupo musical Jongo da Serrinha após a saída de Mestre Darcy, e com ela seguiram Deli Monteiro, sobrinha de Darcy, Lazir Sinval, sobrinha de Tia Maria e cofundadora da ONG, e Luísa Marmelo, antiga aluna de Mestre Darcy na escola de Música Villa-Lobos, e esta formação segue até hoje.

### 1.3 Casa do Jongo

Enquanto instituição, a construção da Casa do Jongo possui um caminho extremamente orgânico. Por questões internas e familiares que culminaram com a saída de Mestre Darcy do grupo musical e com a nova formação, o Jongo da Serrinha começa uma nova trajetória, onde sobressaía primeiramente uma nova característica, a liderança feminina, e foi entre os muros da casa de Tia Maria que o Jongo da Serrinha como se conhece hoje passou a trabalhar.

Boy (2006) salienta que esse grupo, sob comando de Tia Maria, era formado por cerca de 40 pessoas (entre eles algumas crianças), que na maior parte das vezes não havia cache e quando havia era dividido por todos, independentemente da sua função no grupo. Associado a isto havia grupos de ex-alunos de Mestre Darcy de outras regiões mais abastadas da cidade que tentavam calcar alguma visibilidade num universo bastante distinto.

Outra característica que ressaltou nesta nova formação está ligada à questão da educação, porém com características específicas, pois “Tia Maria, que sempre teve uma forte relação de educadora com as crianças, duas das três cantoras do grupo eram (e são até hoje) professoras. Além disso, Tia Eva, falecida mãe de Deli e filha de Vovó Maria – ambas educadoras nos moldes dos mestres griôs<sup>17</sup> africanos –, também tinha um desejo de um dia fazer uma escola. Existia uma vocação natural dentro do grupo para a educação” (Boy, 2006, p. 65).

Os anos 2000 foram anos promissores para as instituições do terceiro setor, e o Jongo da Serrinha viu ali uma oportunidade de se encaixar num carácter mais institucional, e assim surge o Centro Cultural Jongo da Serrinha, a partir de matrizes de projetos sociais como o Afro Reggae<sup>18</sup> e com alguns financiamentos para comunidades inseridas no programa Favela-

---

<sup>17</sup> Griôs é a nomenclatura dada aos detentores de uma memória e oralidade da cultura no país. Seus saberes e atividades estão respaldados pela chamada Lei do Mestre Griô que ainda carece de aprovação no Congresso Nacional, mas visa salvaguardar esses saberes garantindo direitos a essas pessoas. FONTE: <http://www.leigrionacional.org.br/>

<sup>18</sup> Grupo Cultural AfroReggae surge inicialmente na favela de Vigário Geral, como iniciativa após uma chacina que marcou profundamente a população. Sua sede mantém-se, porém o projeto espalhou-se por outros bairros da cidade desenvolvendo diversos projetos de forma bastante abrangente Fonte: <http://www.afroreggae.org/>

Bairro e um público já formado pelas crianças da comunidade. E assim, o Estado viu ali a possibilidade de estreitar relações com uma comunidade com características bastante peculiares. Em termos de atividades oferecidas pelas comunidades Boy (2006) diz que a grade curricular das atividades era baseada nos bens imateriais da própria Serrinha: dança afro, jongo, dança de salão, bateria de escola de samba e capoeira de Angola. Esse projeto, Escola de Jongo, é apenas um dos projetos desenvolvidos no Centro Cultural.

Enquanto instituição, o Centro Cultural Jongo da Serrinha é dividido em Escola de Jongo, Grupo Musical e Museu. O primeiro, diretamente ligado à comunidade, desenvolve uma série de atividades mas serve principalmente como um ponto de apoio para as famílias da comunidade que não têm onde deixar seus filhos nos contra turnos escolares. O grupo musical já possui outras características, com um cunho mais artístico e que se relaciona com a cena musical da cidade, gerando também dentro do possível uma maior visibilidade para o Centro Cultural. Por último, o museu que é uma construção coletiva dos moradores, uma materialização da memória da comunidade, do jongo e das pessoas que por ali passam.

É bastante complexo explicar como ocorre o dia-a-dia nesta instituição com características tão próprias, num contexto urbano e globalizado, mas que consegue manter uma memória tão presente e que se reconstrói a cada dia. Um exemplo disso é quando se observam crianças ou moradores mais antigos que “encontram” imagens/fotografias, cartas, rascunhos que possam reconstruir essa história e que dirigem-se diretamente ao Centro cultural.

Uma das denominações dadas ao morro da Serrinha é de quilombo urbano e o que esse espaço do Jongo da Serrinha é enquanto centro cultural ou museu tem um carácter de fortalecimento e empoderamento da população que ali vive.

## 2. Grelha de dimensão e categorias

Como falamos anteriormente, a questão do terceiro setor atinge diversas camadas seja no plano teórico ou no terreno. Uma das questões apontadas é como esta se constrói mantendo a fidelidade aos seus objetivos iniciais, ou seja, o desenvolvimento social, a aproximação do poder público das populações, entre outros. Outro ponto importante que observaremos aqui é como se dá o reconhecimento de pares nas relações do terceiro setor especificamente nesta instituição, quais os critérios estabelecidos e como se dá a sua manutenção.

Monteiro e Ribeiro (2007) afirmam que no processo de construção dessas parcerias, o reconhecimento das partes e o papel que cada uma desempenha no processo é o ponto inicial para o sucesso da ação.

Nesse estudo interessa-nos perceber como, durante aquele período de construção das primeiras políticas com foco na cultura popular, se foram estruturando as relações estabelecidas com o Estado e com seus parceiros, e como isso reverberou de forma positiva ou não a estrutura da instituição. Sendo a instituição o centro desse olhar, perceberemos a sua relação com o Estado e com a comunidade e com seus parceiros. Para tal, utilizaremos a grelha criada de Arnstein (2002) que analisa diversos níveis de participação delimitando até onde o poder de cada parte é capaz de atingir estruturalmente cada setor dessa rede.

Contudo, antes de mais é importante identificar quem são os atores que compõem essa rede. A partir da análise estratégica de atores desenvolvida por Guerra (2006), usaremos esta etapa apenas para identificar esses atores, pois o que nos interessa é como todo esse processo reverbera em cada ator desta rede.

### 2.1 Análise estratégica de atores

A partir da análise estratégica de atores ou análise de participação, identificaremos quem são os atores sociais que garantem a realização deste projeto. No caso da Instituição do Jongo da Serrinha, que tem como objetivo primeiro a manutenção da memória desta manifestação, tendo como suporte o empoderamento da população de sua região, a relacionamos com esta estratégia pois como afirma Guerra (2006:104) “é uma metodologia “etnicopolítica” centrada na análise da participação, que visa aprofundar as relações de poder que afectam o sistema de acção, mas sobretudo, construir uma acção coletiva a partir de um conjunto diversificado de atores e interesses”.

### 2.1.1 Atores

Os primeiros são os diretamente impactados pelo projeto, uma vez que no caso desta instituição a grande maioria dos participantes são jovens ou crianças, e desta forma as também as suas famílias estão implicadas neste projeto. Interessa-nos saber como estes chegaram até à instituição, quais os seus objetivos e como se dá o seu envolvimento com a instituição.

Já no que concerne aos atores secundários, identifica-se o corpo técnico da instituição. No caso do Jongo da Serrinha, o seu corpo técnico na sua maioria já esteve no papel de ator primário, sendo a mudança de papel algo extremamente orgânico na instituição. No caso da entrevistada Suellen Tavares, por exemplo, identificamos que esta não só era moradora da comunidade como fez e faz parte das primeiras iniciativas do jongo junto das crianças. A mesma situação observa-se com Lazir Sinval, que sempre esteve inserida no contexto da manifestação, uma vez que é sobrinha da matriarca da atual estrutura do Jongo da serrinha, e tem um papel importante dentro da instituição. Um caso de ator secundário que foge a esta regra é Dyonne Boy, que chega à instituição num outro contexto e de forma tardia, porém é tido como parte integrante da orgânica da instituição, colocando-se num espaço em que transita entre ator secundário e terciário.

Em relação aos atores terciários, acontece algo curioso, pois enquanto Guerra (2006) os identifica como os chefes ou gestores, o que se observa é que especificamente neste projeto pode-se dizer que estes seriam o poder público ou os seus representantes, por conta do papel que desempenham. Quando observamos acerca dos interesses, ressalta a ideia de que “o envolvimento é grande, mas parece demasiado pressionado pelo efeito “vitrina” o que pode prejudicar o ritmo do programa”. Observa-se melhor esta situação, quando fugimos um pouco do período identificado neste estudo e analisamos o presente da instituição, que recebeu grande estrutura material do poder público enquanto havia interesse, tendo a sua imagem sido bastante difundida, porém, com a saída destes, esse tipo de apoio desapareceu. Como falamos também de governança, acreditamos que pensar no poder público como gestor não é infundado e que este pode, sim, desempenhar este papel junto das instituições do terceiro setor.

## 2.2 Análise dos níveis de participação

Uma vez identificados os atores que compõem a rede, as expectativas e a problemática em cada um deles, observaremos como estes conseguem participar nas decisões junto da instituição. Para tal utilizaremos o esquema de Arnstein (2002), que coloca a participação como uma escada onde a cada degrau consegue-se uma maior qualidade e quantidade de decisões junto da instituição. Para cada degrau desta escada há um nível de participação e esta tem inevitavelmente um impacto.

Arnstein (2002) identifica essa escada com oito degraus: 1. Manipulação; 2. Terapia; 3. Informação; 4. Consulta; 5. Pacificação; 6. Parceria; 7. Delegação de Poder; 8. Controle do Cidadão. Contudo, como a base desta escada seria a manipulação e a terapia, já vistas como uma forma de não participação por parte de Arnstein, não serão levadas em consideração para este estudo. Uma vez dada a conhecer a instituição, utilizaremos seis desses degraus para analisar os níveis de participação, como segue na grelha abaixo, seguido de como serão analisadas em cada etapa:

Dimensões	Categorias	Sub-categorias
Informação	Poder público e instituição	- mecanismos de comunicação - frequência da comunicação - quem toma a iniciativa
Consulta	Poder público e instituição	- mecanismos de consulta do poder público para associação e da associação para os utentes - frequência
Pacificação	Instituição, utentes, poder público	- como se estabelece a rede - Frequência - temática
Parceria	Instituição e utentes	- mecanismos de participação - frequência
Controlo cidadão	utentes	- qualidade e quantidade de decisões

### 2.2.1 Informação

Neste nível de participação o que se pretende é que, seja o poder público seja a instituição, se identifiquem mecanismos de fluxo informativo. Ao pensar em nível federal e estadual, o poder público utiliza-se do próprio sistema de cultura criado, e muita da informação que ocorre dá-se atualmente pela internet, seja para comunicar eleições seja para realização das mesmas, verifique-se como ocorreu a primeira eleição para o conselho de cultura.

No contexto da instituição o processo é mais complexo, a relação da população com a instituição acontece de forma distinta, contudo não há um sistema formal de informação. Estas são passadas no dia-a-dia através dos responsáveis do projeto, mas principalmente pela ajudante Damiana Alves que possui um controle pessoal dos frequentadores do espaço realizando, assim, esta comunicação oral. Assim, quem não frequenta com assiduidade a instituição ou não está inserido no contexto digital não consegue ter acesso à programação ou processos importantes que possam ocorrer na mesma.

No contexto da instituição o processo é mais complexo, a relação da população com a instituição acontece de forma distinta, contudo não há um sistema formal de informação. Estas são passadas no dia-a-dia através dos responsáveis do projeto, mas principalmente pela

ajudante Damiana Alves que possui um controlo pessoal dos frequentadores do espaço realizando assim, esta comunicação oral. Assim, quem não frequenta com assiduidade a instituição ou não está inserido no contexto digital não consegue ter acesso a programação ou processos importantes que possam ocorrer na mesma.

*“Em geral, a reunião com geralzona, assim, acontece uma vez por ano. Chama uma reunião e diz “movimento de trabalhadores de cultura, reunião para discutir a agenda da comissão desse ano”. Em geral já surge assim tantas demandas que você não tem como você ficar fazendo uma reunião.” (Morgana Eneile)*

*“Acabamos de publicar na página da comissão de cultura. Aqui tem um pouco do que... da quantidade de coisa que a gente tratou, aí tem uma diversidade de coisas, a gente tratou de moda, de gastronomia, de legislação cultural.” (Morgana Eneile)*

*“Aqui teve duas reuniões com os pais, nenhum veio, se veiram cinco pais foi muito.” (Damiana Alves)*

*“Não vem, são poucas mães que vem, participar, ver, no Jongo ou qualquer outro lugar, a mãe tem que vir para saber. Pois se você colocou tua filha aqui no jongo tem que saber quem é o professor, essas coisas normais. Não tem mãe que vem, se vem 10 mães saber como o filho está...” (Damiana Alves).*

Neste ponto, a informação pode ser confundida com a questão da consulta. O que as diferencia é que, para além de reconhecer a procura por grupos, o que acontece efetivamente é uma espécie de prestação de contas sobre as atividades realizadas no ano anterior. Poderemos observar sobre o processo de consulta no ponto a seguir, pois é efetivamente como começa a questão da consulta no nível de Estado. Quanto à divulgação das informações, muita desta é divulgada efetivamente pela internet, sendo o site da secretaria de cultura o principal centro de informação que depois é replicado por outros meios, como sejam o twitter, o facebook, e até mesmo o instagram.

Estes meios têm um alcance maior dentro do público-alvo das requisições da secretaria, porém reconhece-se que estruturalmente a logística do próprio Estado não viabilize um maior contacto direto com seus pares de forma efetiva;

*“Infelizmente, a estrutura da ALERJ é muito ruim, fisicamente, o espaço é ruim. Nós não temos uma sala de reunião, nós temos uma sala das comissões, onde cada presidente de comissão tem uma mesinha. Quando você precisa fazer uma reunião a situação é muito precária do ponto de vista de estrutura e isso faz com que, a gente não consiga ter um resultado mais, tão tranquilo. Entendeu? Do ponto de vista de espaço. Então ter um auditório para 100 lugares, a sala das comissões cabem 40 pessoas para 36 comissões. Então,*

*assim mesmo que você quisesse impor um ritmo de fazer mais audiências é muito complicado você conseguir garantir espaço, recurso da casa.” (Morgana Eneile)*

Ao observar a questão da informação quando analisamos a relação instituição/comunidade/utentes, ela esvazia-se, é praticamente inexistente. As tentativas de trazer a população para dentro da instituição não foram bem-sucedidas. Sabe-se que o público-alvo são as crianças da comunidade, mas o envolvimento das famílias é essencial para que a efetividade do trabalho seja concluído.

Dos poucos acompanhantes das crianças encontrados, a sua presença apenas acontece nos primeiros contactos com a instituição, após esse período de reconhecimento, os pais desaparecem. As razões para tal são diversas, existe sim, um senso de comunidade onde se acredita que todos são responsáveis por aquelas crianças naquele espaço, outro ponto é a realidade social daquela população, de pessoas que possuem uma das rotinas de trabalho mais intensas, a carga horário de trabalho formal no Brasil é de 44h semanais, o trabalho doméstico como principal fonte de rendimento dessa população, que muitas vezes é informal, ultrapassa essa carga horária, deixando muito pouco tempo para outro tipo de atividade, sendo as crianças que mais sofrem com esta ausência, pois não recebem a atenção necessária, mas que é indispensável para o seu sustento. Essas informações a respeito da ocupação do trabalho das famílias foi recolhida em conversas informais com as crianças no decorrer da observação.

### **2.2.2 Consulta**

Em relação à consulta Arnstein (2002) afirma que esta pode ser a alavanca para uma participação legítima caso seja aliada a outras formas de participação. Na consulta a qualidade desta também é importante e deve ser analisada caso a caso. Por exemplo, a consulta para definir a direção da instituição pode demonstrar um profundo nível de participação, dependendo de como se organizam essas eleições. O que é diferente, por exemplo, de uma consulta acerca de situações que causem pouco impacto na instituição.

A consulta pode ser o ponto de partida para outros níveis de participação podendo inclusive ter um carácter educativo para a participação. Mecanismos de consulta podem ser: reuniões, eleições, assembleias, porém é essencial que as resoluções obtidas através desses mecanismos sejam respeitadas por todas as partes para haver legitimidade, seja perante os utentes, o poder público e a direção da instituição.

*“A primeira experiência, na verdade, de consulta direta, objetiva e de participação social na SEC, está acontecendo agora com o projeto de lei” (Morgana Eneile);*

*“ A gente fez 33 emendas ao projeto de lei, para que a lei pudesse ser aprimorada, tem que incluir o gestor de fundo, tem que incluir o o conselho para discutir onde o dinheiro vai ser gasto, decidimos, ooutra decisão importante, que veio dessa demanda da sociedade civil, foi essa relação em que só 40% dos recursos, podem ficar na capital, hoje é tipo 70%.” (Morgana Eneile);*

*“Então eu acho que um processo da lei, a lei é um marco, mas para que a lei acontecesse, foram 10 longos anos de muita militância.” (Morgana Eneile).*

Conhecer os limites e a capacidade de por em prática as resoluções obtidas através da consulta também é parte essencial, e aqui observamos como esta nos leva ao próximo degrau da escada, por exemplo, numa reunião fica acertado que será necessário um determinado valor para que seja realizado o transporte de um determinado grupo, porém em termos de orçamento a instituição não tem margem para arcar com tal despesa, porém reconhece a importância da participação no dito evento e os próprios utentes podem oferecer ideias, criar estratégias para tornar viável a realização de tal iniciativa. Aqui a consulta transita para o envolvimento ou pacificação que veremos a seguir.

*“Não, não há votação. É uma decisão da casa, por que ela é neta de Vovó Maria Joana, então não seria justo eu assumir a função. Se eu chego agora, vou ser presidente por quê?” (Damiana Alves)*

Sabe-se que no contexto geral em que a associação está inserida os processos de consulta são complexos. As relações estabelecidas ali não se limitam na relação com o poder público, estão diretamente ligadas ao contexto de um estado paralelo ligado ao crime organizado. O caminho construído na presidência da associação, por reconhecimento de ligação com a manifestação e com as antigas famílias jongueiras da comunidade. Essa postura é uma forma de blindagem dos caminhos que a instituição pode tomar.

Mais do que a responsabilidade de liderar uma associação, o papel da presidência e das suas relações com o poder público é estabelecer essas outras frentes de trabalho.

Contudo na consulta ainda temos uma outra figura ou um grupo central que toma a decisão final e que se espera levar em consideração as resoluções alcançadas durante a consulta. Este passo é extremamente importante para que os mecanismos não percam a sua legitimidade junto do grupo.

Num determinado momento existe a necessidade de saber acerca do funcionamento da instituição, e mais uma vez ficou comprovado que o tráfico tomou a linha da frente na decisão sobre o que aconteceria a seguir. Esta intervenção é muito evidente, uma vez que é algo completamente fora das características da instituição.

Assim percebe-se que a consulta no contexto da instituição para a população/utente torna-se bastante limitada, pois torna-se de difícil gestão dessas forças que tendem a dominar situações através da imposição.

### 2.2.3 Pacificação

Como ressaltado do que foi descrito acima, a pacificação pressupõe alguma afinidade dos utentes com a instituição, mas não só, pois é definida como o princípio da influência dos utentes com a instituição. Para esta ocorrer é necessário que todos os atores estejam olhando na mesma direção, assumam seus constrangimentos e saibam onde começam e terminam as suas responsabilidades para que não haja possibilidade de quebra de confiança numa relação que está a começar a estabelecer-se.

O princípio da confiança mútua, e Arnstein (2002) diz que “o grau de pacificação dos cidadãos, depende, é claro, basicamente de dois fatores: a qualidade da assessoria técnica independente que eles recebem para definir suas prioridades e o grau de organização da comunidade” (p. 11). Aqui observa-se que para além de tudo o que foi referido, a população possui um papel muito importante, e que por essa razão a etapa anterior tem um carácter pedagógico, pois a pacificação exige um nível mínimo de capacidade de organização dos utentes. Por exemplo, na instituição, tendo em conta o elevado número de crianças utentes, se um grupo de pais se puder organizar ou até uma associação de pais por iniciativa própria não seria de qualquer modo inapropriado, provavelmente até facilitaria a organização das pautas aquando das reuniões e assembleias.

*“Então é, eu acho que nosso conselho tem uma outra característica, você tem o cara da capoeira, da comunidade quilombola, eleito com representatividade que não é quilombola, por exemplo, em Angra, ele fez um acordo com as comunidade indígenas, a gente via ter pela primeira vez, um conselho que realmente expressa uma diversidade cultural do Estado.” (Morgana Eneile);*

*“Eu me surpreendi bem, isso do que já foi eleito, das 10 conferências regionais tem uma grande participação de negros e negras, uma grande participação de mulheres.” (Morgana Eneile);*

A partir desse depoimento, recordamos quando Guerra (2006) ressalta que a diversidade dos atores é importante para a capacidade de criar subjetividades e outras possibilidades, de forma que se complementem na abordagem ao invés de criar divisões e impossibilidades. E refere também que esses reconhecimentos se dão de forma subjetiva mesmo que causem determinados constrangimentos.

*“Na eleição regional, o voto foi aberto e direto, pode até ser que quem votou num candidato que perdeu não ter ficado exatamente feliz. Mas acho que não tem como, diante dos resultados, não são competentes ou hábeis, ou não detém capacidade. Eu acho que de todos os encontros que eu pude participar, os eleitos são todos muito hábeis, fazem parte da comunidade cultural dos seus municípios, tem uma atuação militante.” (Morgana Eneile)*

Uma vez reconhecida a limitação das famílias dos utentes no contexto da casa do Jongó, a responsabilização por estabelecer essa relação com os pais concentra-se na única figura que mora na comunidade e que tem uma relação estreita com os pais fora da instituição e com as crianças dentro da instituição.

*“Claro, tem que saber, e as mães tem confiança, quando eu brigo, que eles estão vindo. Você viu essas meninas chegando... Porque teve uma menina que veio apra o Jongó, aí veio uma colega e chamou ela e falou “vamos apra tal lugar” e ela foi, eu sabendo que a tia dela não estava a chamando e ela. Depois eu encontrei com a tia dela de manhã, aí a tia dela falou que não tinha mandado chamar ninguém. Aí de quem é a responsabilidade?” (Damiana Alves);*

*“A maioria dos pais trabalhando, os que não trabalham vem trazer as crianças ou convivem mais conosco. Por exemplo, aos sábados também tem aulas de jongó para adultos, mas acho que é o dia de folga que os pais, a mãe tem, a tia, a avó tem para cuidar da casa. Então, eu acho que por causa do cotidiano mesmo a gente tem uma frequencia mais difícil na casa do jongó” (Lazir Sinval).*

#### **2.2.4 Parceria**

Arnstein (2002) defende que neste ponto há uma distribuição efetiva de poder, onde a tomada de decisões é efetivamente negociada entre cidadãos e as outras partes da rede. Aqui os utentes estão envolvidos em todas as etapas do projeto arcando com responsabilidades que advêm disto, referindo ainda que a parceria deve estabelecer-se por grupos autónomos seja entre as instituições seja pela comunidade, porém todos de forma organizada e independente, o que os coloca numa horizontalidade de relações com autonomia para gerir os seus próprios recursos seja a nível financeiro seja de equipa técnica. Este é um ponto de elaboração de organização difícil de alcançar, podendo demorar muito tempo para ser alcançado ou até mesmo, não se conseguir chegar a esse ponto.

*“Acho que nossas práticas de participação são recentes, são de 2004, 2005. Então assim, é muito recente. Mas eu acho que hoje, quando o governo ameaça não fazer uma conferência, há quem grite e há quem escute e há quem reconheça que o papel de escutar as pessoas é necessário, mesmo que eu não queira fazer esforço nenhum para conversar com ninguém.” (Morgana Eneile);*

*“As pessoas topam referendar o mundo de um determinado lugar, mas nem todo mundo quer de fato, militar na coisa, sabe? Ninguém quer dedicar seu tempo para militar, para fazer com que as coisas aconteçam, eu topo compartilhar um post no facebook, é ir num evento de vez em quando, mas cuidar para que a coisa aconteça...” (Morgana Eneile).*

Há níveis de participação que exigem um envolvimento maior da sociedade civil, um lugar da participação que se liga muito com a forma de participação na cultura popular. Talvez esta seja a maior contribuição no contexto governamental, em que ela é necessária para a vida e não está ligada a nenhuma lógica de recompensa linear palpável.

Quando se fala nas relações das instituições com o Estado, por exemplo, a efetiva intenção na construção das redes é essencial para seu sucesso.

*“Mas não adianta deixar para amanhã, senão você faz dois editais, distribui, se você vai fazer dois editais e vai contemplar ali a reivindicação de cada um ali e depois não tem política. Eu acho que tem um perfil que vai reivindicar isso também, mas tem também um outro grupo de pessoas que vai entender que edital acontece e acaba.” (Morgana Eneile).*

Assim, percebemos que o carácter das redes tem como objetivo um bem maior, e essa intenção deve estar clara em todos os aspetos constituintes desta rede. Pois, mais do que uma intenção de defender ou desenvolver os interesses dessas, as redes têm um carácter de desenvolvimento político como um todo.

*“Acho que a relação de jongueiros é uma relação familiar mesmo, sabe? Quando a gente se encontra mesmo, se ainda existir algum jongueiro de outra comunidade que a gente não conheça que não seja tão próxima a gente se emociona muito, a gente se encontra com muita frequência em eventos. A gente recebe aqui na Casa do Jongu a comunidade jongueira, muito mais Bracuí, Pinheral Miracema...” (Lazir Sival);*

*“Sim, a gente sempre teve a rede pontão para isso, Pontão de Cultura e o apoio do IPHAN, nessa salvaguarda desse patrimônio, não basta só ser tombado, essa manutenção, esse cotidiano, essa proximidade. A gente precisa estar plantando todos os dias.” (Lazir Sival);*

### 2.2.5 Delegação de poder

Tido como o último degrau na escada da participação é caracterizado pelos cidadãos ou utentes como ocupando o maior número de espaços de decisão, “neste nível da escada, estamos num ponto no qual os cidadãos têm em mãos as principais cartas do jogo para garantir que o programa atenda aos interesses da comunidade. As divergências com os grupos poderosos podem ser resolvidas de forma negociada, sem a necessidade de se organizar pressão” (Arnstein, p. 16), assim percebe-se uma guinada no jogo das tomadas de decisão, onde a população ou os utentes tem maior poder do que os outros membros da rede.

Podemos assumir que o orçamento participativo encaixa-se bem neste nível de participação uma vez que o poder público limita um valor orçamental, e todas as outras etapas são elaboradas pelos cidadãos, seja na apresentação dos projetos, seja na escolha deles. Porém nem sempre o valor estipulado está dentro da margem de negociação, ou seja,

mesmo este nível de participação possui constrangimentos que não são simples de gerir de modo que haja uma satisfação plena em termos de gestão.

*“Porque a casa civil estava com o projeto a mais de um ano e a gente já tinha feito a audiência pública em 2014 e a gente insistiu muito, muito para que a casa civil mandasse o projeto de lei, porque como havia alterações que envolviam questões orçamentárias o legislativo, no Estado, não pode fazer a alteração só o executivo, pode mandar o projeto de lei quando altera o orçamento.” (Morgana Eneile).*

No discurso de Morgana observa-se que a própria estrutura do Estado não é facilitador da plena participação e que apesar de um novo princípio de gestão, este ainda esbarra nos entraves da gestão representativa.

### **2.2.6 Controlo Cidadão ou Empowerment**

Assim como na delegação de poder, o controle dos cidadãos é superior relativamente a outras instituições ou estado, o que os diferencia efetivamente é a possibilidade efetiva de controlo orçamentário e prestação de contas (Arnstein, 2002), ou seja, essa ocupação do cidadão seria maior em todas as etapas no exercício do projeto ou programa.

Podemos até dizer que seria uma espécie de autogestão, porém como o que está em jogo são relações de poder essa inversão não se dá de forma simples, muito menos pacífica. Tanto que este controle é reivindicado cada vez mais seja no campo educacional, seja no campo da saúde de acordo com a necessidade das populações de cada região, porém depende do poder público decidir conceder este poder, sabendo-se que as áreas de maior deficiência de serviços públicos e mais pobres tomariam a maior parte do orçamento.

## **2.3 Aplicabilidade da escada na Casa do Jongo da Serrinha**

Dos primeiros pontos observados vemos que nem a identificação dos atores nem os níveis de participação são estanques. Como salientado anteriormente, há na instituição atores que mudaram de posições, assim como atores que entraram na instituição em degraus avançados na escada da participação.

Neste ponto destacamos duas situações específicas, que é o caso da coordenadora artística Lazir Sinval e de Damiana Alves, a primeira faz parte do jongo da Serrinha desde sempre, e mesmo no período em que já não vivia na comunidade, os seus laços de relações afetivas e profissionais continuavam enraizados neste local. Sobrinha-neta de Tia Maria do Jongo ela foi uma das crianças que seguiram os passos de Mestre Darcy e de Tia Maria; *“Assim eu ter nascido na família Oliveira que é uma família aqui da Serrinha. É uma família enorme, com muitos tios, muitos primos que vieram para cá de Minas Gerais para o alto do morro,*

*para Serrinha e aqui construíram suas casas e a mais jongueira de todas as tias é a minha tia-avó que é a Tia Maria do Jongo. Então eu aprendi tudo com ela desde pequenininha.” Lazir Sindal)*

Na grelha de atores encontra-se transitando entre o secundário e terciário, não pelo cargo que ocupa, mas pela forma como é vista dentro da comunidade, uma vez que toda a sua trajetória foi observada por todos.

No caso de Damiana Alves o processo é ainda mais peculiar.

*“Eu praticamente invadi o jongo. Eu entrei no Jongo já, assim... sem pedir autorização. Já fui entrando, já fui mandando. Cheguei aqui “vamos fazer um café”, “vamos fazer isso para comer”, aí eu vinha fazia uma comida para eles. Fui ajudando também na ornamentação da casa e agora estou aqui. Meu pai era do samba do Império Serrano tanto é que meu pai está ali, tem foto dele ali, do meu pai, da minha mãe, do meu avô...” (Damiana Alves).*

Contudo, ao contrário de Lazir ela não dança o Jongo, mas sua figura atualmente não só é parte integrante do espaço como é dela boa parte do controle junto as crianças e dos pais. Ela controla o horário a que as crianças devem ser enviadas para escola, a hora das atividades e quem deve estar em cada uma delas. É ela quem recebe toda e qualquer pessoa que entre no espaço.

Segundos de outros integrantes da casa, Damiana chegou quando a casa estava sendo montada, oferecendo ajuda para organizar o espaço (este estava a ser construído com doação de móveis), e desde então não saiu mais. Sabe-se hoje que ela foi responsável por equipar a maior parte do espaço com arrecadações de móveis, livros e objetos de decoração.

Já quando falamos dos outros membros da associação a trajetória é tão orgânica quanto a de Suellen Tavares, e que assumiram a frente da instituição quando esta começou a ganhar contornos mais profissionais, como foi o caso de Suellen Tavares, e Deli Monteiro, a atual presidente da Associação.

Outra pessoa da equipe que possui uma trajetória diferenciada é Dyonne Boy, que chegou à instituição nos anos 2000, junto com outros estudantes da universidade onde estudava, ajudando em todo o processo de transformação do Jongo da serrinha numa instituição com representatividade dentro do poder público, e é a atual gestora do espaço e a principal interlocutora no estabelecimento das parcerias.

## 2.4 Utentes e trajetórias

Dos primeiros utentes entrevistados foi Seu Celso, 80 anos, morador da Serrinha desde sempre, poeta autodidata e aluno das aulas de cuíca.

Para ele o espaço da casa do Jongo é um espaço de passagem de tempo e troca, estando na condição de aposentado tem uma grande parte de tempo ocioso que aproveita para criar poesia (tem todas de cor, não há nenhuma poesia dele escrita) e aos sábados faz oficinas de cuíca. Muitas das suas refeições também faz ali no espaço, junto com a diretoria e outras pessoas que passam pela casa. Não chegamos à entrevista diretamente, ocorrendo apenas conversas informais de acordo com sua presença no espaço no período de observação.

O segundo caso diz respeito à mãe de uma das crianças da casa, este chegou à pouco tempo porém trouxe pistas sobre a relação dos pais com a casa.

*“Por enquanto eu vou traze-lo. Depois vou deixa-lo vir sozinho, pois a escola fica ao lado fica mais fácil. E quase os meninos todos da turma dele e algumas meninas também. E como ele ficava de fora, ele se sentia excluído.” (Tatiana)*

Em relação à recolha de informações sobre os utentes, houve uma pequena questão. Os frequentadores mais assíduos do espaço são crianças numa idade que as impossibilita de desenvolver uma narrativa que nos fosse passível de registar. Por outro lado, apesar das tentativas, o contato com qualquer um dos responsáveis tornou-se impossível uma vez que boa parte destes não frequentavam o espaço nos dias das atividades, resumindo-se a sua presença às atividades que ocorrem no domingo, nomeadamente a roda de samba que é promovida pela Casa do Jongo com apoio do Império Serrano.

Assim, nem mesmo esse ambiente proporcionou a possibilidade desses encontros uma vez que é um momento em que a casa vira uma casa de espetáculos.

## 2.5 Considerações sobre observações

Durante o período de observação na instituição, alguns pontos são importantes de ressaltar. A primeira delas é estabelecer que a relação da instituição dá-se na relação direta com seus utentes, que são jovens dos 5 até os 18 anos, mesmo que algumas atividades sejam destinadas ao público adulto, estas são esporádicas e não constroem vínculos efetivo. Assumir esse lugar facilitaria e poderia dar outras portas de entrada de forma mais pedagógicas a participação junto a instituição a longo prazo.

Percebe-se nas crianças que circulam pela instituição sua relação com o espaço que funde o espaço da casa com o espaço da escola. Muitos casos são de crianças que estariam em casa sozinhas, caso não existisse a Casa do Jongo.

Sobre a participação da comunidade na instituição ela é de difícil detecção, já que sua presença é bastante difusa, ao mesmo tempo que não apropriam-se do espaço como um todo, reconhecem as dificuldades e em parte algumas necessidades e tentam de alguma forma participar mesmo que à distância, como através de doações de itens necessários para casa.

# CONCLUSÃO

Sistematicamente a relação do Estado com a cultura trouxe à tona novas subjetividades, discursos que antes estavam soterrados e continuamente silenciados. Perceber as necessidades de cada grupo, não com o objetivo de absorver informação, mas sim de construir um caminho para a efetiva participação foi para o país um fato histórico e paradigmático. Contudo, como afirmou Guerra (2006), a governança e um modelo de gestão experimentado em sociedades democráticas maduras, traze-la para o contexto da América do Sul, especificamente do Brasil, principalmente se esta não for uma estratégia que atravessam os diversos setores.

Durante o período de observação esta questão ficou bastante evidente em muitos momentos, primeiro pela questão extremamente opressora da ação da polícia nesses territórios, segundo pela ação manipuladora do narcotráfico nas instituições nesses territórios, a falta de um olhar mais aprofundado e transversal sobre a questão influencia diretamente neste modelo de gestão como uma ponta invisível nesta rede.

Percebe-se que apesar da construção de políticas participativas, coloca-las em prática esbarra em uma série de intervenientes que dependem diretamente do desejo pessoal seja do governo, seja dos seus representantes, como ficou evidenciado quando falou-se do tempo para que fosse aprovado o Sistema Estadual de cultura, ou até mesmo na convocação de eleições para o conselho de cultura.

A participação social ainda é algo recente, e que talvez demore algum tempo para medir seu real impacto nas populações, apesar de alguns vestígios já serem observáveis. A sua continuidade também é essencial para que o processo seja passível de medição, mesmo que atualmente o Brasil apresente um recuo nesse processo, é uma questão a ser avaliada.

Como sugestão para futuros estudos dois pontos apontam como importante, o impacto do caráter de patrimônio imaterial tem nas comunidades que encontram-se em risco, nomeadamente comunidades quilombolas, e como o Programa Cultura Viva impactou na reconstrução da identidade negra no Brasil, levando em consideração a liberdade de pauta que os projetos contemplados possuem.

Sobre a instituição, os mecanismos de informação são frágeis quando observa-se sua relação com a comunidade em que se insere, posto isso, uma vez que seu foco institucional, são crianças, seu trabalho de envolvimento destas nas questões da manifestação e da própria participação. Sabe-se do potencial do trabalho enquanto empoderador de populações, uma vez que boa parte das manifestações do Jongo presente na cidade do Rio de Janeiro tiveram como incubadoras, crianças da década de 80/90, mas que a insalubridade dos territórios não lhes permitem permanecer e sua relação com a comunidade passa a ser somente a manifestação em si.

## Referências bibliográficas

- ACEP e outros. (s.d.). *Alfabeto do desenvolvimento*. Obtido de <<http://projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento>>
- Arantes, Antonio A. (1985). *O que é Cultura Popular?* Brasília, Editora Brasiliense.
- Arnstein, S. herry R. (2002). Uma escada da participação cidadã. *Participe, Janeiro*, 2 pp.S/n
- Avritzer, Leonardo (2007). Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *50, 3*, 443 a 464. Rio de Janeiro, Brasil. Consultado 13/11/2015, < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>
- Barbalho, Alexandre (2007). Políticas culturais no Brasil: identidades e diversidades sem diferenças. In A. C. Rubim, & A. Barbalho, *Políticas culturais no Brasil* (pp: 37-59). Salvador: EDUFBA.
- Boas, Franz (1927 [1996]). *A Arte Primitiva*. Lisboa, Fenda.
- Bordenave, Juan D. (2002). *O que é participação*. São Paulo, Brasiliense.
- Bosi, Ecléa (1979). *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo, Tao.
- Botelho, Isaura (2001). As dimensões da cultura e o papel das políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, Fevereiro, pp. 1-28.
- Boy, Dyonne C. (Setembro de 2006). A construção do centro de Memória da Serrinha. Rio Janeiro. Consultado 22/06/2017 <<http://www.sapili.org/livros/pt/cp041936.pdf>>
- Calabre, Lia (2007). Políticas culturais no Brasil: Balanços & perspectivas. In A. C. Rubim, & A. Barbalho, *Políticas Culturais no Brasil* (pp. 87-107). Salvador: EDUFBA.
- Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. (10 de julho de 2017). *Portal IPHAN*. Consultado 24/02/2016 <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Jongo\\_patrimonio\\_imaterial\\_brasileiro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Jongo_patrimonio_imaterial_brasileiro.pdf)>
- Chauí, Marilena (2006). *Cidadania Cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Cohn, Amélia (2010). Estado, Sociedade civil e institucionalização da participação no Brasil: avanços e dilemas. In F. d. Sá e Silva, F. G. Lopez, & R. C. Pires, *Estado, Instituições e Democracia: Democracia* (Vol. 2, p: 484-503). Brasília: Ipea. Consultado 15/08/2015, e <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09\\_estadoinstituicoes\\_vol2.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_vol2.pdf)>
- Costa, Neuber L. (2010). De ato Marginal a Patrimonio imaterial: análise das políticas culturais para a capoeira. In A. Rubim, *Políticas culturais no governo Lula* (p: 287-306). Salvador, EDUFBA.
- Gramsci, Antonio (1948 [2001]). *Cadernos do Cárcere* Vol. 2 Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Guerra, Isabel (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia da ação: O planejamento em ciências sociais*. Cascais, Principia.
- Guerra, Isabel (2006). *Participação e Acção Coletiva*. Estoril, Principia.
- Hall, Stuart (2006). *A identidade cultural pós-moderna*. Rio de Janeiro, DP&A.

- Hollanda, Heloísa. B. (1980). *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. São Paulo, Brasiliense.
- Kissler, Leo & Heidemann, Francisco G. (de 2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, sociedade. *RAP*, p: 479-499. Consultado 18/11/2015 <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n3/31252.pdf>>
- Lacerda, Marques e outros. (2010). Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In A. Rubim, *Políticas Culturais no governo Lula* (pp. 111-131). Salvador, EDUFBA.
- Lage, Giselle C. (2009). *Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica*. Consultado 22/06/2015 <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7104/4134>>
- Lalanda, Piedade (1998). *Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica*. Consultado 22/06/2015 <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>>
- Lavalle,, Houtzager e outros (2006). Democracia, Pluralização da representação e Sociedade Civil. *Lua Nova*, pp. 49-103.
- Lavalle, Adrián G. (2011). Participação: Valor, efeitos e causas. In R. Pires, *Efetividade das Instituições PARTICIPATIVAS no Brasil: Estratégias de avaliação* (p: 33-42). Brasília, IPEA - Instituto de Pesquisa de Economica Aplicada. Consultado em 15/11/2015, <[http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro\\_efetividade.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf)>
- Marconi, Mariana, & Lakatos, Eva M. (1988). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo, Atlas.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia científica*. São Paulo, Editora Atlas.
- Matta, Roberto (1981). Você tem cultura? *Jornal Embratel*. Consultado 01/03/2016 [http://nau.ufsc.br/files/2010/09/DAMATTA\\_voce\\_tem\\_cultura.pdf](http://nau.ufsc.br/files/2010/09/DAMATTA_voce_tem_cultura.pdf)
- Monteiro, Alcides ( 2015). Espinafres, tartes de maçã e governança local. *Veze e Voz - Revista Animar - associação Portuguesa para desenvolvimento local*, pp . 28-35.
- Monteiro, Alcides, Ribeiro, Antonio B. (2007). *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Minho, Humus.
- Netto, José Paulo (1985 [2009]), *O que é marxismo*, São Paulo, editora brasiliense.
- Oliveira, Luana (2010). *Jongo no Sudeste: Patrimônio Imaterial e políticas públicas*. Salvador. Consultado 20/04/2017 < <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24734.pdf>>
- Porto, Marta (2007). Cultura para a política cultural. In A. C. Rubim, & A. Barbalho, *Políticas Culturais no Brasil* pp. 157-179. Salvador, Edufba.
- Rocha, Everaldo P. G. (1988). *O que é etnocentrismo?* São Paulo, Editora Brasiliense.
- Rubim, Antonio C. (2007). Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In A. C. Rubim, & A. Barbalho(eds.), *Políticas Culturais no Brasil*, . Salvador, Edufba - Editora da Universidade da Bahia, p: 11-36
- Santos, Boaventura S. (2005). A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Outubro, pp. 7-44.

- Santos, J., Peixoto, L., Machado, R., & Braz, S. (2010). As políticas públicas para a diversidade cultural. In A. Rubim(eds.), *Políticas culturais no governo Lula* . Salvador EDUFBA, pp. 265-286
- Schwarcz, Lilia M., Starling, Heloisa (2015). *Brasil: Uma Biografia*. Lisboa, Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Silva, Luis I. (22 de Junho de 2002). *Fundação Perseu Abramo - Partido dos trabalhadores*. Obtido em 5/12/ 2015, de <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>
- Simonard, Pedro (Junho de 2005). *A construção da tradição no Jongo da Serrinha: Uma etnografia visual do seu processo de espetacularização*. Universidade d o Estado do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro. Consultado em 21/01/2017, de <[http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/tese-a\\_construcao\\_da\\_tradicao\\_no\\_jongo\\_da\\_serrinha\\_uma\\_etnografia\\_visual\\_do\\_seu\\_processo\\_de\\_espetacularizacao.pdf](http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/tese-a_construcao_da_tradicao_no_jongo_da_serrinha_uma_etnografia_visual_do_seu_processo_de_espetacularizacao.pdf)>
- Soto, Canedo, e outros (2010). Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In A. C. Rubim, *Políticas públicas no Governo Lula* (p: 25-46). Bahia: EUFBA. Obtido em 21/09/2015, <<http://repositorio.ufrba.br/rj/bitstream/ufba/525/6/Políticas%20culturais%20governo%20lula.pdf>>
- Tomaso, Izabela (2012). Por uma distinção dos patrimônios em Relação à história, à memória e à identidade. In J. Romanello, & L. Mendonça, *Polifonia do Patrimônio*. Londrina, Eduel.
- Tylor, Edward B. (1977). *Cultura primitiva*. Madrid, Editorial Ayuso.
- UNESCO. (1989). *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Consultado 23/07/2017 <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>
- UNESCO. (2016). *Representação da UNESCO no Brasil*. Consultado 15/04/2016 <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>
- Urbinati, Nadia (2006). O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, pp. 191-228.
- Vários. (2011). *Estrutura Sistematização e Implementação do Sistema Nacional de Cutura*. Brasília/São Paulo: Sesc-Sp
- Wampler, Brian (2011). Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In R. Pires, *Efetividade das isntituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação* (pp. 151- 159). Brasília, Ipea - Instituto de Pesquisa economica aplicada. Consultado 17/11/2015 <[http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro\\_efetividade.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf)>

# ANEXOS

## Anexo 1 - entrevista representante de entidade pública

(Morgana Eneile - Março 2016)

*Aí tem na assembleia legislativa tem um, a comissão de educação e cultura separou em 2007, desde então ela tem uma pauta separada e tem uma diversidade muito grande de.... não há nenhum estudo específico sobre o que ela já tratou. Agora falando sobre isso até me deu uma curiosidade de saber como pesquisadora, seria um bom levantamento descobrir quais foram todas as pautas que ela já tocou até esse ano.*

*Eu tenho para te dizer o que eu já toquei desde 2014, e eu conheço quem tocou os outros 3 anos (...). Leny que foi assessora do Molon que foi o primeiro presidente da comissão de cultura e depois o Flavio Azevedo da Inês, tem a PAtricia Ferreira que foi assessora da comissão do Robson antes de 2014. O Zaqueu assumiu em 2014, a nossa prática quando Zaqueu veio para cá... na minha trajetória eu sempre tive uma prática de consulta por uma questão de formação e de acreditar que esse é um método mais adequado, eu já estive atuando em outros lugares e você acaba levando isso para casa. O Zaqueu sempre foi também uma pessoa muito acessível e quando ele se tornou presidente da comissão ele me chamou para assessorar a comissão e a primeira sugestão que eu fiz a ele foi que a gente fizesse uma reunião com os movimentos e trabalhadores de cultura para levantar quais as pautas mais urgentes que a gente deveria tratar.*

*Entrevistadora: Era isso que eu ia perguntar, em termos de tempo, essas reuniões são periódicas?*

*Em geral, a reunião com geralzona, assim, acontece uma vez por ano. Chama uma reunião e diz “movimento de trabalhadores de cultura, reunião para discutir a agenda da comissão desse ano”. Em geral já surge assim tantas demandas que você não tem como você ficar fazendo uma reunião. Infelizmente, a estrutura da ALERJ é muito ruim, fisicamente, o espaço é ruim. Nós não temos uma sala de reunião, nós temos uma sala das comissões, onde cada presidente de comissão tem uma mesinha. Quando você precisa fazer uma reunião a situação é muito precária do ponto de vista de estrutura e isso faz com que, a gente não consiga ter um resultado mais, tão tranquilo. Entendeu? Do ponto de vista de espaço. Então ter um auditório para 100 lugares, a sala das comissões cabem 40 pessoas para 36 comissões. Então, assim mesmo que você quisesse impor um ritmo de fazer mais audiências é muito complicado você conseguir garantir espaço, recurso da casa.*

*ENTREVISTADORA: Vocês tem divisões dentro da comissão de cultura em termos de demandas?*

*A gente recebe um monte de demandas e se a gente tivesse que receber demandas mais periódicas do que anuais, eu não daria conta de absorver devido ao espaço e a estrutura que a ALERJ dá para cada comissão, é nesse sentido. Então a gente acaba trabalhando muito no limite do ponto de vista espacial. Mas o ano passado foi bastante produtivo, vou até te deixar o relatório de 2015 depois eu procurar meus dados de 2014. Acabamos de publicar na página da comissão de cultura. Aqui tem um pouco do que... da quantidade de coisa que a gente tratou, aí tem uma diversidade de coisas, a gente tratou de moda, de gastronomia, de legislação cultural.*

*Houve um momento muito importante ano passado que foi a aprovação da Lei do Sistema, que deu esse caráter para o Estado, e que eu acho que tem uma coisa que é novidade o estado do RJ, é que ele não tinha um sistema de participação na área da cultura e o que deu essa novidade foi justamente a aprovação da Lei em junho, o primeiro conselho eleito do governo do estado do Rio de Janeiro está sendo eleito nesse momento. A eleição vai até 30 de março, as inscrições estão abertas até dia 29, dia 30 acabam as eleições virtuais. A ALERJ acompanha bem de perto o processo, a gente faz parte da comissão eleitoral, eu fui indicada pelo Zaqueu para fazer parte da comissão eleitoral para representar a comissão (de cultura) na comissão eleitoral.*

*A primeira experiência, na verdade, de consulta direta, objetiva e de participação social na SEC, está acontecendo agora com o projeto de lei, sem querer parecer que estou vendendo um peixe, foi por um esforço da comissão. Porque a casa civil estava com o projeto a mais de um ano e a gente já tinha feito a audiência pública em 2014 e a gente insistiu muito, muito para que a casa civil mandasse o projeto de lei, porque como havia alterações que envolviam questões orçamentárias o legislativo, no Estado, não pode fazer a alteração só o executivo, pode mandar o projeto de lei quando altera o orçamento.*

*ENTREVISTADORA: Agora em relação, sobre a eleição do conselho, como funciona, quem pode se candidatar, como funciona esse processo?*

*Qualquer pessoa que seja do viés cultural, então assim, num projeto de lei a gente garantiu que ele fosse regionalizado, isso não estava previsto. Estava previsto que fosse 16, X pessoas da sociedade civil, X governameis ou indicados pelo governo. E aí nessa composição, no momento que a lei chegou, a gente fez uma nova audiência pública, a gente fez 33 emendas ao projeto de lei, para que a lei pudesse ser aprimorada, tem que incluir o gestor de fundo, tem que incluir o o conselho para discutir onde o dinheiro vai ser gasto, decidimos, outra decisão importante, que veio dessa demanda da sociedade civil, foi essa relação em que só 40% dos recursos, podem ficar na capital, hoje é tipo 70%.*

*Então a lei teve mudanças importantes. Você conhece o texto da lei? Então eu acho que um processo da lei, a lei é um marco, mas para que a lei acontecesse, foram 10 longos anos de muita militância.*

*ENTREVISTADORA: Eu cheguei a ver, agora percebi porque não encontrava muita informação, pois falado sobre o sistema nacional de cultura, mas nada sobre o sistema estadual...*

*Então, não existia, foram 10 longos anos, só agora que está começando o Rio de Janeiro ter um sistema estadual de cultura.*

*ENTREVISTADORA: E você acha que existe, por exemplo, pode acontecer de uma pessoa ser eleita para o conselho e ela não ser reconhecida pelos outros?*

*Na eleição regional, o voto foi aberto e direto, pode até ser que quem votou num candidato que perdeu não ter ficado exatamente feliz. Mas acho que não tem como, diante dos resultados, não são competentes ou hábeis, ou não detem capacidade. Eu acho que de todos os encontros que eu pude participar, os eleitos são todos muito hábeis, fazem parte da comunidade cultural dos seus municípios, tem uma atuação militante.*

*Eu me surpreendi bem, isso do que já foi eleito, das 10 conferências regionais tem uma grande participação de negros e negras, uma grande participação de mulheres. que eu acho que da minha experiência da no conselho nacional de política cultural, eu que já fui gestora do ministério da cultura, eu achava o conselho sempre muito, um perfil muito de quem alcançou um lugar na elite do pensamento.*

*Então é, eu acho que nosso conselho tem uma outra característica, você tem o cara da copoeira, da comunidade quilombola, eleito com representatividade que não é quilombola, por exemplo, em Angra, ele fez um acordo com as comunidade indígenas, a gente via ter pela primeira vez, um conselho que realmente expressa uma diversidade cultural do Estado. Eu ainda não sei como serão as cadeiras indicadas, eu também não sei como serão as cadeiras as seis cadeiras do segmento que são que estão em discussão. Primeiro porque eu não sei, aí é dúvida mesmo, não necessariamente uma crítica, eu não sei se foi melhor escolher seis linguagens/ segmentos... Literatura, artes cênicas, que já deu crise, pq no conselho nacional eles já tinham avançado, para não serem tratados como uma coisa só, artes cênicas é dança, teatro e circo. Então, o pessoal da dança entrou em crise, nós não somos artes cênicas, mas a regulamentação foi feita assim e eu acho que não necessitava ter esse perfil, literatura, artes cênicas, artes visuais, audiovisual e música, o clássico, e cultura popular.*

*ENTREVISTADORA: Assim no meu caso, fazendo um estudo de caso do jongo da Serrinha...*

*Então o jongo da serrinha, foi na gestão passada, niass eu posso te colocar em contato com a Patricia Ferreira, entrou para o calendário estadual, como dia do Jongo e foi numa ação via comissão de cultura, do mandato anterior. A cultura popular é uma cadeira, não tinha como não ser, mas ao mesmo tempo fica uma situação assim, se eu coloca teatro e dança não coloco circo. Nós acabamos de aprovar leis no ponto de vista da cultura incorporando coisas que não eram necessariamente entendidas como cultura , como por exemplo, gastronomia. Aí o pessoal da gastronomia vem gritando, pq não tem cadeira, a discussão da lei foi em junho, em junho a gente não tinha lei, não tinha feito...*

*ENTREVISTADORA: Um dos pontos da minha tese diz sobre isso, o entendimento do que é cultura atualmente, que a gente tinha uma ideia de cultura muito representativa e agora ela tem essa questão da participação. A cultura popular influencia, entra até um pouco nesse ponto que você estava falando de ver mulheres negras, pois acho que a questão do popular trouxe essas pessoas para dentro.*

*A questão da visibilização tem muito a ver com isso. E isso se você linkar com o plano nacional, você pensar o que foi a secretaria de identidade e diversidade, antes dela ser do jeito que está hoje, a SID, a versão anterior. Acho que você pegar o papel que a SID teve no ponto de visibilização dos mestres. Acho que esse papel da Sid teve, a própria estrutura que ele se expandiu, acabou tendo que reproduzir isso nos Estados, acabou gerando uma demanda local, eu acho que o fato ter passado a priorizar coisas nessas áreas acaba fazendo com que esses grupos o que acaba gerando um pouco o seguinte. Se o governo federal, eu no local, onde quer que seja esse local se o governo federal me reconhece, por que você município, Estado não vai me reconhecer, se o poder central me reconhece quem é você?*

*ENTREVISTADORA: Sim, esse período, existe uma hierarquia, mesmo que tente buscar uma horizontalidade da governança, ela existe.*

*Eu espero que a gente consiga descentralizar mais pois é necessário.*

*ENTREVISTADOR: A minha questão também é essa da governança abrir esse espaço da participação. A gente sabe que por mais exista a lei o conselho pode deixar de existir.*

*O conselho não pode deixar de existir, mas ele pode não fazer a eleição, por exemplo, mas acho que tem coisas que a sociedade tomou para si, acho que hoje as pessoas brigam por mais participação não por menos. Eu tenho medo que essa participação fique segmentada a grupos pequenos. Acho que depois do reconhecimento dos pares que participam, o problema são aqueles que não participam de nada, mas isso acontece em qualquer área.*

*Acho que nossas práticas de participação são recentes, são de 2004, 2005. Então assim, é muito recente. Mas eu acho que hoje, quando o governo ameaça não fazer uma conferência, há quem grite e há quem escute e há quem reconheça que o papel de escutar as pessoas é necessário, mesmo que eu não queira fazer esforço nenhum para conversar com ninguém. “Bom Morgana, vai lá, várias vezes acontece mandarem coisas para a comissão de cultura e as pessoas me mandam inbox e as pessoas falam, “mas você não vai falar nada?” “Ué, gente, gente escreve e fala...” “ahh não fala você”. As pessoas topam referendar o mundo de um determinado lugar, mas nem todo mundo quer de fato, militar na coisa, sabe? Ninguém quer dedicar seu tempo para militar, para fazer com que as coisas aconteçam, eu topo compartilhar um post no facebook, é ir num evento de vez em quando, mas cuidar para*

*que a coisa aconteça... acho que a fala do voluntariado, essa coisa do voluntariado é muito ligado a coisa na questão racial, na coisa dos pobres. Então, pq eu vou trabalhar para isso de graça, isso dá um grande trabalho, de graça?? Não é a causa comum não é relevante.*

*ENTREVISTADORA: eu tenho muitas questões em relação a isso, sobre a força da sociedade civil perante o Estado, na verdade perante governos. Em que mesmo que eles não queiram, é necessário, a escuta.*

*Acho que é caminho, é processo... eu vou morrer, você vai morrer e a gente vai continuar lutando... eu não estou preocupada em resolver. Acho que num bom exercício de militância, presume que você perceba que não vai dar fim aos problemas, acho que você vai encaminhar os problemas que são possíveis de agir e continuar escupindo, para que um dia, aquele outro que é um problema maior termine.*

*ENTREVISTADOR: A gente estava falando sobre o dia do jongo, você consegue me explicar como funcionou, como se deu?*

*Foi uma demanda deles, acho que foi a Adriana do jongo da Serrinha, eles já tinham uma militância muito grande do cultura viva. Especialmente do Jongo da serrinha em Madureira, e aí a comissão estava numa fase muito boa, eles vieram procuraram, o ministério da cultura também ajudou com uma grande audiência, sobre o que era a questão do jongo. De como a questão dos territórios quilombolas estavam sendo afetados. Isso é memória, tá? Não tenho nenhum dado... Eu não vivi isso aqui, nessa época eu não estava no Rio. Tem várias coisas na memória do Rio que eu não estava aqui.*

*Então, por exemplo, em 2008, eu fui eleita secretaria nacional de cultura do PT, então eu fiquei de 2008 até 2011 viajando. Trabalhando em São Paulo e Brasília. Morava no Rio... não tinha como dar conta da agenda local. Para tudo, eu acompanho por que sei que aconteceu e porque teve impacto depois e quando saí foi para o ministério da cultura, e fui morar literalmente em Brasília por mais de 2 anos... tudo isso aconteceu numa fase de articulação mais teve uma coisa que eu não acompanhei.*

*Teve também, o que eu tenho de memória, teve uma certa problematização com o pessoal de do Jongo de Valença, teve uma certa problematização e foi uma forma de dar uma certa empoderada nesse movimento, com os problemas que eles estavam passando, as questões territoriais...*

*ENTREVISTADORA: eu sempre vi o jongo como satélite para essas comunidades do interior e que tem a manifestação muito forte. Já que eles vivem a manifestação de forma bastante no seu cotidiano. Eu achei muito curioso o jongo ser tombado patrimônio do Estado do Rio e depois do dia do Jongo. A própria sede do jongo.*

*Sim, a sede é uma grande sacada do prefeito, de dar uma valorizada em Madureira. Foi uma boa estratégia, descentralizou os equipamentos culturais, as arenas, as lonas*

*culturais são... as arenas tem uma estrutura muito melhor, as lonas sempre foram uma coisa meio improvisadas para fora do centro, que era um pouco da linha do Ricardo Macieira.*

*ENTREVISTADORA: Em termos da comissão em relação ao conselho, que expectativas vocês tem de aprofundamento de relação.*

*A comissão tem dois assentos, ainda não sabemos quem serão os conselheiros indicados para a comissão porque estamos aguardando essa finalização. Provavelmente agora em março vão mandar um ofício, para que a comissão indique expressamente seus membros.*

*Então eu acho que, eu tenho muita esperança, eu particularmente, que acompanha a pauta a muito tempo, como quem participou da gritaria pelo conselho, como militante muito antes de ser gestora, muito antes de ser a técnica que trabalha aqui, eu acho que tem muita esperança nas pessoas, muita vontade de trabalhar.*

*Eu tenho uma preocupação, é que nesse primeiro momento da comissão as pessoas queiram resolver todos os problemas em quinze minutos. E isso não vai acontecer, então vai ter que ter um pouco de paciência. Mas acho que a grande questão o conselho conseguir produzir as metas do conselho estadual. Conseguir traduzir as diretrizes do plano estadual aprovado na lei do sistema em coisas palpáveis. Onde essa meta acontece, ela acontece aqui.*

*Acho que se o conselho e a secretaria conseguirem se organizar de fato para poder dizer assim, isso vai ser executado nesse programa, esse dinheiro vai para esse investimento aqui.*

*Essa obrigatoriedade de investir mais no interior do que na capital acho que o conselho deve se preocupar de fazer política e não reeinvindicar para si, ou para suas regiões. Isso é o que eu espero. Acho ousado, mas eu sou ousada.. eu acho que quando você faz a política por baixo, na ousadia, você sempre tem mais do que teria se fizesse essa política.*

*ENTREVISTADORA: Isso da participação nas políticas tem que trabalhar também as expectativas das pessoas. Quando as pessoas chegam cheias de vontade, querendo trabalhar. Fazer uma gestão do que tem que ser feito hoje e o que pode ou deve ser deixado para amanhã.*

*Mas não adianta deixar para amanhã, senão você faz dois editais, distribui, se você vai fazer dois editais e vai contemplar ali a reivindicação de cada um ali e depois não tem política. Eu acho que tem um perfil que vai reivindicar isso também, mas tem também um outro grupo de pessoas que vai entender que edital acontece e acaba.*

*O edital tem uma efemeridade por mais que seja melhor, do que ficar pedindo pelo amor de deus você me atende, me dá um dinheirinho, para isso ele tem uma efemeridade que precisa ser pensada num contexto mais estratégico. Isso está dando errado, já deu errado, essa é uma outra pesquisa que eu tenho vontade de fazer.*

*Eu trabalhei na Funarte de 2003 até 2007 eu tinha vontade de pegar todos os editais que foram criados na Funarte, se eu tivesse tempo, enfim... eu queria pesquisar os editais feitos de 2003 até 2009, quais foram, quantos foram, quantos prêmios, quem ganhou... Por que? Porque você vai perceber que as pessoas se especializaram em editais então você tem as mesmas questões, você não conseguiu sair dali, você não conseguiu fazer do edital um programa realmente de expansão.*

*A demanda cresceu, você fomenta para quê? Você não conseguiu sair dessa lógica, você regularizou o fomento, você deu mais transparência, como ganha, você incluiu mais pessoas no jogo, mas tem um monte de situações da política, fazer com essas pessoas. É complicado.*

**ENTREVISTADOR:** *Quais seriam as outras possibilidades?*

*Acredito que o fundo é um dos recursos que podem contribuir, entendeu? Na execução de uma política que passa como um modelo do sistema de educação, em que a ação local não deva ser feita pelo ministério da cultura, a cultura local deve ser feita pelo gestor local.*

*Até o bolsa família, que é uma ação estatal elevada, quem executa é a ponta, porque na ponta o gestor local tem condição de saber o que precisa atender de fato. E o governo central tem que ficar com as grandes políticas, com as macro soluções, com o suporte à equipamento, que são coisas caras, ele devia ficar comparando com a saúde - alta complexidade, média complexidade e a pequena... educação infantil... outros sistemas já nos disseram e aí o Rio de Janeiro, cidade não vai mais pode fazer alta complexidade? Pode, mas a sua prioridade, sua obrigação é cuidar do fomento as tais e tais áreas, e cumprir XX número e XX situações. Pois se tem regra de verdade, a gente pode reclamar que a educação tem problema, mas ninguém vai dizer que não tem escola, porque hoje em dia escola tem.*

*Acabou esse problema, esse problema não existe, vaga inclusive tem, pode acontecer de você encontrar uma cidade que não tenha vaga naquela região, ali, localizado, não é um problema geral. Não precisa mais construir prédios tem cidades que precisam, mas no genérico, no macro isso está resolvido.*

*Eu acho que esse problema está resolvido, nunca dividi isso com ninguém de modo sistemático, eu estou querendo fazer mestrado em educação, porque para mim, eu cheguei numa conclusão muito pessoal, olhar lá como foi essa separação. Pois acredito que parte dos nossos traumas está na separação da educação e da cultura. Então, eu estou a fim de investigar essa separação e essa retomada das escolas como recorte, mas eu acho que por isso a comparação entre os sistemas é super... Enfim, acho que é um pouco isso também. Eu vou te mandar a lei estadual.*

## Anexo 2 - entrevista utente

*(Tatiana, mãe do Ronaldo Lucas, 7 anos)*

*ENTREVISTORA: Você mora aqui na região?*

*Sim, a 3 ruas daqui, na Operário.*

*ENTREVISTADORA: Como você ficou sabendo da casa do jongo*

*Através dos colegas da escola do meu filho que fica aqui do lado,*

*ENTREVISTADORA: Você já conhecia outras atividades realizadas na casa do jongo na escola?*

*Não, soube pelas crianças da escola mesmo. Aí eu vim aqui e as meninas daqui me informaram aí eu inscrevi.*

*ENTREVISTADORA: Quando você chegou aqui você recebeu alguma informação sobre reunião de pais, sobre o funcionamento?*

*Eu me informei, ela me explicou os horários, me deu a ficha de inscrição, de resto ainda não.*

*ENTREVISTADORA: Eu ia te fazer uma outra pergunta, que diz respeito a outras atividades, seu filho vem para fazer a capoeira, você tem interesse em coloca-lo em outra atividade? Você já conhecia o jongo antes?*

*Então, assim... eu moro em Madureira a 14 anos. Então eu sempre ouvi falar do jongo na serrinha. Mas para mim era lá em cima. E era. Agora que veio aqui pra baixo ficou melhor ainda. Pois é ao lado da escola dele. Tem essas atividades que elas desenvolvem aqui, tem a capoeira, Muay Tay, tem artes plásticas, tem outras atividades que eu vou procurar colocar-lo. Pois ele é bem ativo.*

*ENTREVISTADORA: Então, para você funcionaria como um complemento das atividades da escola?*

*Sim, como ele sai às 14h30min. Por enquanto eu vou traze-lo. Depois vou deixa-lo vir sozinho, pois a escola fica ao lado fica mais fácil. E quase os meninos todos da turma dele e algumas meninas também. E como ele ficava de fora, ele se sentia excluído.*

*ENTREVISTADORA: E ele manifesta interesse em outras atividades desenvolvidas aqui?*

*Ele quer fazer tudo, mas é complicado pois tenho uma criança de dois anos. Hoj eu trouxe e vou ficar aqui, mas nos outros dias eu vou ter que trazer o outro para esperar aqui com ele. E pena que não tem para o pequeno, pois as atividades aqui são só a partir dos 5 anos.*

*ENTREVISTADORA: Em relação as outras pessoas aqui da casa, você já conhecia alguém?*

*Não, não conhecia ninguém. Meu ponto de entrada foi a escola.*

*ENTREVISTADORA: E da comunidade da Serrinha, você tem contato?*

*Conheço, porque meu marido é daqui, nascido e criado aqui. Então ele conhece praticamente todo mundo, mas eu não. Ele chega, vai, fala com todo mundo, tem conhecidos, parentes. Ele que é meu elo, que conhece bastante gente aqui.*

### **Anexo 3 - entrevista representantes da Instituição**

*(Diamiana Alves, coordenadora da Casa do Jongo)*

*ENTREVISTADORA:Então Damiana, você pode me explicar a sua relação com o jongo do princípio?*

*Então, o jongo aqui na Serrinha ele sempre existiu. Eu nunca participei do Jongo lá em cima, não porque meu pai minha mãe não deixavam. Só na época não era uma coisa tão assim... como se fala, quem participava era mais adulto, criança não aprticipava. Inha uma parte que não podia subir, tinha quem podia subir. E foi crescendo assim, quando o jongo veio cá para baixo, como eu moro aqui em frente... Eu praticmente invadi o jongo. Eu entrei no Jongo já, assim... sem pedir autorização. Já fui entrando, já fui mandando. Cheguei aqui “ vamos fazer um café”, “vamos fazer isso para comer”, aí eu vinha fazia uma comida para eles. Fui ajudando também na ornamentação da casa e agora estou aqui. Meu pai era do samba do Império Serrano tanto é que meu pai está ali, tem foto dele ali, do meu pai, da minha mãe, do meu avô... Então parte das pessoas era do samba. Então, eu estou aqui no jongo, vamos ver até onde eu vou né. E também assim, eu que cuido deessas crianças, eu que vejo se eles não estão fazendo besteira. Pois as meninas deixaram essa responsabilidade para mim. Então a Dyonne falou assim - você também é coordenadora da casa, não é só a gente que é coordenadora, você também é, você passa o dia com essas criançae você conhece cada uma delas da casa.*

*ENTREVISTADORA: Percebi que você sabe os horários de todos eles.*

*Claro, tem que saber, e as mães tem confiança, quando eu brigo, que eles estão vindo. Você viu essas meninas chegando... Porque teve uma menina que veio apra o Jongo, aí veio uma colega e chamou ela e falou “vamos apra tal lugar” e ela foi, eu sabendo que a tia dela não estava a chamando e ela. Depois eu encontrei com a tia dela de manhã, aí a tia dela falou que não tinha mandado chamar ninguém. Aí de quem é a responsabilidade?*

*ENTREVISTADORA: Agora você faz esse controlo, você já fazia isso...*

*Sim, mas agora o controlo é total.*

*ENTREVISTADORA: Agora você estava falando da relação com os pais, eu vejo poucos pais vindo aqui.*

*Não vem, são poucas mães que vem, participar, ver, no Jongo ou qualquer outro lugar, a mãe vir apra saber. Pois se você colocou tua filha aqui no jongo tem que saber quem é o professor, essas coisas normais que. Não tem mãe que vem, se vem 10 mães saber como o filho está...*

*ENTREVISTADORA: Mas isso pode ter dois pontos que pode ser a questão de delegar e também a questão de confiar muito no trabalho de vocês.*

*Sim, mas tem que vir dar umas incertas. Porque assim, cade fulano, fulano está no Jongo, mas tem que vir ver se está aqui mesmo. Pois acontece da criança dizer que está aqui no jongo e não está. Pode acontecer. Com essa menina foi a quarta história dela dizer que vinha para cá e não veio. Tanto que a gente agora, manda assinar uma folha e só sai da atividade quando acabar. Até teve uma reunião, que a Dyonne disse que a gente não podia fechar, que a criança tinha o direito de ir e vir. E eu disse que sim, que tem esse direito, mas desde o momento que a mãe está sabendo que vem apra cá a responsabilidade é nossa. Aí fala que vem, entra, sai, então essa criança está entrando e saindo, acontece alguma coisa, quer saber o que aconteceu, mas acha que a criança está aqui, vem buscar satisfação com a gente.*

*ENTREVISTADORA: Com a casa do jongo funcionando como um complemento da escola, acaba que esse controle acaba sendo necessário. Você estava falando sobre as reuniões, acontece algum tipo de reunião com os pais no início do ano?*

*Aqui teve duas reuniões com os pais, nenhum veio, se veiram cinco pais foi muito.*

*ENTREVISTADORA: Mas vocês pensam em estratégias de trazer os pais para dentro da casa?*

*A RESPOSTA FOI DADA EM OFF.*

*ENTREVISTADORA: Mas como funciona, vocês são uma associação, como funciona em relação a eleição para presidencia da associação, e essas coisas?*

*Aqui é só a coordenação, a presidente da associação é a Deli, antes era tia Maria, mas Tia Maria já não tem condições de assinar mais nada.*

*ENTREVISTADORA: Então hoje a Deli é presidente, foi eleita por voto, quem participa dessa eleição?*

*Não, não há votação. É uma decisão da casa, por que ela é neta de Vovó Maria Joana, então não seria justo eu assumir a função. Se eu chego agora, vou ser presidente por quê?*

*ENTREVISTADORA: Mas se por exemplo, chegasse em algum momento, e decidissem que fosse você. Você assumiria esse lugar?*

*Não, isso aí eu não quero ,não tenho vontade. É muita responsabilidade mesmo.*

*ENTREVISTADORA: Nesse momento, quem está de coordenadora?*

*Eu, Dyonne, Suellen, Lazir, Luisa e Suellen.*

*ENTREVISTADORA: Mas vocês orientam a coordenação de vocês mesmo para uma area. Não é? Eu e a Suellen estamos mais no dia a dia das crianças, ela também é professora. A parte burocrática ela também faz.*

*ENTREVISTADORA: E a Dyonne, fica mais com a parte burocrática?*

*Sim, a Dyonne trata da aprte mais insctitucional. Contato coma prefeitura. Ela que faz a ponte da casa com o poder público.*

*ENTREVISTADORA: Eu ia dizer que a Dyonne chegou por último, mas você chegou por último não é?*

*A Dyonne tem cerca de 20 anos de casa.*

*ENTREVISTADORA: Eu estive conversando com a mãe de uma criança, ela estava falando que soube das oficinas do jongo pela escola que o filho dela estuda aqui do lado, né... Aí Aqui na casa do jongo, você sabe que é enorme, não é? Mas tem muita gente aqui da Serrinha que não sabe o que acontece, que não se interessa em vir aqui na casa.*

*ENTREVISTADORA: Mas aqui na Serrinha tem uma associação de moradores, não é? Vocês fazem alguma parceria com eles?*

*Tem, mas não temos nenhuma relação ou parceria. O Jongo é sozinho aqui. A gente aqui que faz as coisas, não tem nada a ver com a associação, não.*

*Pausa para atender uma pessoa que chegou para fazer uma doação.*

*ENTREVISTADORA: Chegou agora essa moça, para fazer essa doação. Esse tipo de situação é recorrente?*

*É porque assim, as vezes, tipo o Marquinhos, um menino que está aí. A Suellen chegou jogou agua nele... ele vai chegar em casa molhado a mãe vai brigar com ele. Peguei uma dessas roupas e dei apra ele trocar. A gente dá para pessoas que precisam de roupas, tipo a avó da Agata, que vai ter outro neto. A gente vai passando.*

*ENTREVISTADORA: E sobre o acervo do museu do jongo, como vocês construíram?*

*São doações, fotos, móveis, moradores, quando encontram algo em casa que acreditam ser importante para o acervo, eles trazem. Mas esses móveis rústicos aí grandes foram comprados, pq fazia parte da ambientação.*

*A saleta ali é composta basicamente de doação. O sofá ali.*

*ENTREVISTADORA: Então querendo ou não eles participam de alguma forma. Mesmo aquele que não vem na casa, as vezes fala para mim - Damiana, tem um movel aqui, você quer, lá apra a casa? -*

*ENTREVISTADORA: Igual a situação da padaria?  
Não, da padaria eu falei para ele que aqui vinham tantas crianças que a gente faz o lanche. Então porque tem criança aqui que não tem um lanche desse em casa, come na escola e come aqui.*

*ENTREVISTADORA: Agora em relação a loja, como funciona?  
Então, lembra do bazar? O bazar não estava indo muito a frente por que não estava tendo muita saída, porque não era a roupa do povo da Serrinha. O povo da serrinha gosta de vestidinho, shortinho. As roupas estavam vindo estava muito sofisticada, vinha la da Barra.*

*ENTREVISTADORA: Então quem traz as roupas atualmente para cá?  
Elas compram e estampam. E quem é responsável por essa parte é a Suellen e a Luana. Quando tem evento, o samba, se não tiver você pode encomendar. E parte do que elas ganham com a venda reverte para a casa.*

*ENTREVISTADORA: Atualmente, as portas de entrada de financiamento são a loja, o samba e as doações. Em termos de fianciamento público atualmente não existe.  
Exato. E a casa e coordenada so por mulheres. Porque homem assim, tem o Flavinho, ele vem ajuda as vezes na parte mais burocratica, mas a gente não tem muito como pagar. Porque se você for pagar um pedreiro para fazer alguma coisa assim... em termos de manutenção e com a gente. As vezes meu marido vem ajuda. Não e aquela coisa assim, você vir trabalhar, chegar aqui um sofa, ai tem o Flavinho, o meu marido, o Gilmar que tambem ajuda.*

*ENTREVISTADORA: Mudando um pouco de assunto, em relação as atividades a gente tem ali o quadro das atividades, as crianças dão sugestões sobre as atividades que querem fazer. Por exemplo, a Larissa esta sempre perguntando quando eu venho dar aula de ballet para elas. No calendário das atividades, qual o poder de escolha das crianças? Elas podem sugerir atividades para a casa?*

*Então basicamente as atividades são ligadas ao jongo, a gente tem canto, capoeira, jongo.*

*ENTREVISTADORA: Sim, mas tem tipo o Muay Tay.  
Sim, mas essa é uma história complicada. Desliga que eu te conto.*

*(Entrevista Lazir Sinval - coordenadora Artística)*

*ENTREVISTADORA: Então, Lazir. Eu queria te pedir para você me explicar a tua relação com o Jongo.*

*A minha relação com o jongo é uma benção de Deus, assim eu ter nascido na família Oliveira que é uma família aqui da Serrinha. É uma família enorme, com muitos tios, muitos primos que vieram para cá de Minas Gerais para o alto do morro, para Serrinha e aqui construíram suas casas e a mais jogueira de todas as tias é a minha tia-avó que é a Tia Maria do Jongo. Então eu aprendi tudo com ela desde pequenininha. E sempre tive uma relação, a relação familiar entre as famílias sempre foi muito carinhosa. Eu cresci muito tempo achando que era da família Monteiro também. Que a Deli era minha prima, que Mestre Darci era meu tio, depois que eu fui crescendo que eu percebendo que eram famílias diferentes. Tamanha a proximidade entre as famílias. Quando eu conheci o jongo, foi uma paixão já de infância, eu aprendi a dançar com a tia Maria no quintal da casa dela.*

*ENTREVISTADORA: Agora falando em termos de instituição mesmo como se dá, pois a gente vê que as crianças todas vem para cá, tem uma relação muito próxima, mas eu vejo poucos pais, vindo, trazendo que seja. Aqui percebe-se que tem um senso de comunidade muito grande, mas como funciona esse transito com os pais, as famílias dessas crianças.*

*Algumas famílias são muito próximas, eu acho que mesmo por causa do cotidiano, do dia a dia do ter que trabalhar, a gente está sempre com as crianças aqui no contra turno escolar. A maioria dos pais trabalhando, os que não trabalham vem trazer as crianças ou convivem mais conosco. Por exemplo, aos sábados também tem aulas de jongo para adultos, mas acho que é o dia de folga que os pais, a mãe tem, a tia, a avó tem para cuidar da casa. Então, eu acho que por causa do cotidiano mesmo a gente tem uma frequencia mais difícil na casa do jongo, mas sempre que tem evento aos domingos eu acho que fica mais fácil eles virem para cá. Então é o caso da maioria ter que trabalhar mesmo.*

*ENTREVISTADORA: Então, quando acontece, no domingo teve o samba e as crianças vieram dançar. Existe algum mecanismo de reunião anual com os pais?*

*Teve sim, essa parte é mais com a Luiza Marmelo que é a coordenadora pedagógica, que trata das reuniões com os professores, com os pais toda a pedagogia jogueira. Ela é uma ótima coordenadora. Eu no jongo cuido mais da parte artística, do grupo musical “Jogadores da Serrinha”, e com as crianças mesmo que eu dou aula de jongo. Então está tudo muito voltado comigo para o jongo para ação mesmo, para o canto, para dança, para percussão.*

*ENTREVISTADORA: Sim tem essa questão da coordenação, estive falando com a damiana e ela falou sobre ela também ser coordenadora, ou seja, você fica mais com a coordenação da parte artística?*

*Parte artística, grupo, evento, dançarinos jongueiros, nesse ambito assim.*

*ENTREVISTADORA: Agora com relação a questão de outros grupos de jongo na cidade e até mesmo no Estado, comunidades que tem a questão do jongo muito forte...*

*Nossa, muito, é muito próximo. Acho que a relação de jongueiros é uma relação familiar mesmo, sabe? Quando a gente se encontra mesmo, se ainda existir algum jongueiro de outra comunidade que a gente não conheça que não seja tão próxima a gente se emociona muito, a gente se encontra com muita frequencia em eventos. A gente recebe aqui na Casa do Jongo a comunidade jongueira, muito mais Bracuí, Pinheral Miracema... São muitas as comunidades. E sempre nesses encontros a gente fica próximo, a gente abre uma roda de jongo juntos que é a coisa mais linda. O último encontro que tivemos foi com dez comunidades jongueiras do Rio de Janeiro que foi para o lançamento do cd "jongo do Rio de Janeiro". É um cd do IPHAN, é um cd incrível, tem pontos da Serrinha e de todas as comunidades aqui do Rio.*

*ENTREVISTADORA: então quando teve essa questão da audiência há algum tempo atrás do processo do Jongo ser tombado como patrimônio imaterial todas essas comunidades estiveram envolvidas?*

*Sim! O jongo da Serrinha é muito atuante, mas é importante que todas as comunidades estejam envolvidas e juntas para qualquer realização que se fale de jongueiro.*

*ENTREVISTADORA: Estive falando com a Patricia Ferreira, na época era quem estava com a Secretaria de cultura na altura em que teve a audiência para o "Dia estadual do Jongo", você estava presente nessa altura?*

*Não lembro de tanta coisa, mas a gente participa de muitas reuniões da secretaria, no Capanema.*

*ENTREVISTADORA: Você percebe a diferença que isso trouxe para a comunidade, para os jongueiros em si, para o Jongo da Serrinha em termos de instituição.*

*Sempre é bom não só para gente, como para toda a comunidade jongueira. Embora dia de jongueiro seja todo dia também.*

*ENTREVISTADORA: Você percebe que, nessa questão do tombamento como patrimônio imaterial, está muito ligado a manutenção do território. Principalmente comunidades quilombolas que é onde o jongo tem uma presença também muito forte, se você vê percebe esse impacto.*

*Percebo sim, não só isso, sabe. Eu acho que a gente precisa cuidar muito do cotidiano dessa manutenção entre nós, promover isso, promover diversas formas que a gente consiga estar cada vez mais unido. Estando todos os jongueiros juntos, todas as comunidades juntas.*

*ENTREVISTADORA: Essa reunião que vocês tem, você disse que teve essa gravação do cd do IPHAN, vocês tem um calendário de organização de encontros?*

*Sim, a gente sempre teve a rede pontão para isso, Pontão de Cultura e o apoio do IPHAN, nessa salvaguarda desse patrimônio, não basta só ser tombado, essa manutenção, esse cotidiano, essa proximidade. A gente precisa estar plantando todos os dias.*